

OS DISCURSOS DAS PRÁTICAS: A CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL EM RIO CLARO

SUMÁRIO:	Páginas
1- Projeto da Vida Pessoal: O Amor de Cada Um	001
2- Projeto do Desenvolvimento é Sustentável ?	007
3- Projeto Coletivo: UTOPIA E REALISMO	016
3.1- Caminho da Transição Paradigmática	018
3.2- Tempos e Espaços da Transição	018
4- A Construção da Paz: Algumas Dificuldades	024
4.1- A Cultura do Poder e o Poder da Cultura	027
4.2- Democracia para Emancipação	029
4.3- A Cidadania na Cidade Multicultural	031
4.4- Pelo Ambiente da Felicidade	036
4.5- Rumo a Outra Globalização	040
4.5- Colaborando para uma Outra Globalização	041
5- RIO CLARO: Aproveitando Experiência	046
5.1- Discurso de Posse	046
5.2- Ética para Unir e Transformar	053
5.3- Estamos de Bem com a Vida	056
5.4- Funcionalismo Municipal	061
5.5- A Cultura é Revolucionária	065
5.5.1- O Roteiro da Ordem	065
5.5.2- Relações Público e Privado	068
5.5.3- Privatização e Ferrovia	072
5.6- A Democracia tem que Produzir Alegria	073
5.6.1- Conferência Municipal - Segunda Fase	074
5.7- Desempenhando Papéis nas Redes	081
5.7.1- Redes Internacionais	081
5.7.1.1- Fórum Social Mundial e Esperança	081
5.7.1.2- Rio Claro e o Mapa Mundi	083
5.7.1.3- Cooperação entre cidades - Brasil - Itália	085
5.7.1.4- Mercocidades e Nova Democracia	090
5.7.1.5- Ampliação da Rede Mercocidades	093
5.7.2- Comitês de Bacias Hidrográficas	095
5.7.2.1- Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá	095
5.7.2.2- Outorga e Cobrança Pelo Uso da Água	097
5.7.2.3- Forjando uma Sociedade Sustentável	102
5.7.2.4- Recursos Hídricos: Assoreamento de Rios	104
6- Bibliografia	108

OS DISCURSOS DA PRÁTICA: CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL

1.0) Projeto da vida pessoal: Amor de Cada Um

Tem se tornado comum a reflexão sobre as causas da infelicidade e do sofrimento humano, procurando-se identificá-los na pessoa, no indivíduo. Partindo-se dessa estrutura de pensamento, se inicia uma busca na personalidade das pessoas, bem como no seu caráter, visando encontrar o fator gerador dessas dores. Assim é que a vaidade humana, o egoísmo humano, a agressividade, representada ora pelo sadismo, ora pelo masoquismo, têm sido identificados na conduta que será responsabilizada pelo nosso próprio sacrifício. Em muitas das análises que conhecemos, o egoísmo, sob diversas roupagens, é escolhido como o maior vilão. Egoísmo, a partir do qual derivariam outras atitudes indevidas, reconhecidas como não virtudes.

Ocorre que a cultura ocidental estimulou uma visão, a nosso ver distorcida, sobre o egoísmo. Muitos de nós aprendemos que devemos amar os outros e que os nossos interesses devem ficar em segundo plano, sendo indevida a atitude do auto-amor, que acaba confundido com egoísmo. O *amor aos outros*, nesse caso, pode acarretar que ofereçamos vantagens e privilégios aos outros, negando-os a nós mesmos. Isto quer dizer que, em primeiro lugar, estão as outras pessoas, e que *é de bom tom* deixarmos o que nos interessa para depois. Claro que se não permanecer restrita ao comportamento da boa educação, essa prioridade para os outros, em muitas circunstâncias, não é justa para conosco.

Mesmo que tenhamos aprendido a atender em primeiro lugar as necessidades alheias para depois nos preocuparmos conosco, não é isso o que se pratica na vida real e na sociedade moderna. Veja-se, por exemplo, a disputa em esportes competitivos. Em geral, as torcidas dos times de futebol querem sair vitoriosas, mesmo que o gol da vitória seja conseguido após o término do tempo regulamentar e seja feito com as mãos, deixando o árbitro da partida com a fama de *ladrão*. Nesses casos, muitas vezes o interesse próprio, ou da torcida, foge às raias da racionalidade, levando a verdadeiras batalhas campais, com espancamento de pessoas e até mortes.

Dessa forma, o desrespeito ao preceito aprendido poderá nos deixar sujeitos a diversos sofrimentos; primeiramente, há o risco de nos considerarmos incompetentes para cumprir o que seria bom e lícito; em segundo lugar, poderemos considerar que o mais interessante é fingir que estamos agindo conforme as regras, mas ficarmos incentivados a enganar os outros e a nós próprios, colocando nosso interesse acima de tudo. Poderemos ficar estimulados a levar vantagens naquilo que nos interessa, e, por conseguinte, agir de forma egoística. Evidentemente, que quando essa prática é *bem sucedida* poderá deixar os atores *vitoriosos* sujeitos a novas iniciativas de igual teor, em diversos outros momentos de suas vidas. Um importante equívoco disseminado por esse pensamento é, justamente, o empobrecimento do conceito que faz com que o egoísmo seja entendido como sinônimo de amor próprio e de auto-defesa.

O exemplo oferecido no campo esportivo torna-se ainda mais embrutecido quando se refere às questões econômico-financeiras e de proteção à vida familiar. Nesses casos, poderemos encontrar justificativas para qualquer tipo de ação. O caráter competitivo gerado por essas disputas leva grande parte das pessoas e das nações até mesmo a disputas bélicas. O *amor próprio* e a *auto defesa*, utilizados como sinônimos de egoísmo, acabam por embrutecer as pessoas e promovem verdadeiras ações doentias.

Retornemos ao ângulo de análise que refuta e desvaloriza o amor próprio e que acaba por estimular a atitude de nos esquecermos de nós mesmos. Esse padrão, oferecido por nossa educação, induz a que não nos reconheçamos como importantes, ao contrário, valemos pela nossa capacidade de servir ao outro e a Deus, para quem devemos viver e dedicar nossa morte. Quantas são as mães que se esquecem completamente de si para pensar unicamente nos filhos. Renunciam à sua própria

individualidade para assumir a identidade dos filhos e/ou da família. Nesses casos, a refutação do amor próprio tem o sentido de eliminar o risco do desenvolvimento de atitudes egoísticas.

Considera-se humilde a atitude de se esquecer de si mesmo e de recusar a se valorizar. Trata-se de uma humildade que chega às raias da humilhação e da submissão. Circunstâncias que aproximam os homens – e as mulheres - da miséria humana. Ou seja, a pessoa humana não tem valor e deve aceitar esse fato, conformar-se a ele com humilhação. Gostar de si ou de qualquer parte de si próprio é uma demonstração de falta de humildade, caracterizando-se como um verdadeiro pecado. É por isso que muitas pessoas não conseguem reconhecer beleza em seu próprio corpo, devem ser relaxadas e demonstrar que a última preocupação que têm é consigo mesmas. Levadas a pensar dessa maneira, muitas pessoas se subestimam e se submetem às tarefas sociais e trabalhos mais simples, que são desconsiderados em seu valor pelos demais indivíduos.

Claro que, para essas pessoas, a sua própria felicidade não pode ser importante. O mais importante é a subordinação à Divindade e também as autoridades e ao governo. Muitas são as pessoas que sequer conseguem manter-se de cabeça erguida quando se comunicam com uma autoridade, seja de igreja, seja da vida política, representativa do Estado. Dessa maneira, muitas estruturas de poder e *castas sociais* são mantidas em seus interesses de dominação. Por isso, o medo ao egoísmo, difundido entre os setores sociais mais empobrecidos, promove a desconsideração pelo amor próprio e pela auto-estima, disseminando os genes da dominação social e econômica.

É admissível e perfeitamente explicável desejar que os outros sejam felizes. Mas, seria uma verdadeira aberração ansiar pela própria felicidade. A felicidade somente é admissível se ela representar uma fórmula para viabilizar nossa necessidade de cumprir os deveres. Por exemplo, temos o direito à desfrutar de algumas horas com a família e até mesmo demonstrar cuidados com nossa saúde, se essa for uma maneira de nos recuperarmos para, no dia seguinte, ou na hora seguinte, retornarmos ao trabalho. A doença não deve ser vista como um estado de fraqueza. Não temos o direito de estar fracos e combalidos. Quantas vezes ouvimos pessoas dizendo que alguém somente procurou o médico ou o hospital quando foi carregada por outras pessoas. Essa desconsideração com a saúde deve, entre outras coisas, estar ligada ao fato de que não temos o direito de nos cuidar. Cuidar de nós mesmos seria uma atitude de egoísmo, afinal, temos tanto o que fazer, como é que vamos nos preocupar com nossa saúde ?.

O pensamento emanado de nossa cultura faz com que o desejo de obter prazer também não seja uma virtude. Afinal, não temos o direito de buscar o prazer em nossa própria pessoa, ou mesmo de nos conceder momentos de prazer. Afinal, as santidades são isentas do prazer. Todas elas foram reconhecidas pelas estruturas sociais que valorizam o trabalho e o sofrimento benevolente, promotor da auto-anulação e da extirpação. Assim é que os governos devem ser respeitados, ainda que sejam desempenhados por verdadeiros tiranos. Como *as autoridades são revestidas desses seus papéis por determinação Divina*, devemos nos curvar às suas vontades. Os rebeldes, com todas as justificativas plausíveis, devem ser punidos, sacrificados e mesmo devem ser mortos. Se for o caso, a pessoa deve ter sua individualidade negada para que o governo *reine absoluto*, ainda que com opressão.

Para Nietzsche¹, o amor tem outro sentido. A procura do amor, segundo ele, é demonstração de fragilidade daquelas pessoas que não possuem condições – estão fragilizadas - para lutar pelo que desejam e querem; por isso, procuram através do amor que as degenera. Essa forma de manifestação do autor é a maneira como demonstra sua rebelião contra as filosofias que subordinam os indivíduos à princípios extrínsecos. Por isso, ele considera que o amor que manifestamos pelos outros é a demonstração de que não somos capazes de nos amar. Assim, aqueles que não se suportam precisam buscar outros para amar. O amor seria uma demonstração de nossa busca de nós mesmos no outro. Pelo fato de nos desvalorizarmos, o encontro do amor no outro, poderia, com muita satisfação, fazer com que nos anulássemos e nos perdêssemos. Erich Fromm², ao analisar

¹ Nietzsche. Obras Incompletas. Seleção de Gerard Lebrun. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

² Erich Fromm

essas formulações de Nietzsche, concluiu que ele considerou o amor como a busca para criar o que é amado. Nessa concepção, pelo menos na aparência, o amor é uma manifestação de egoísmo.

Mais uma vez, parece haver uma enorme confusão entre amor-próprio e egoísmo. Quantas vezes, somos levados a ensinar para as crianças que não devem ser egoístas? Não ser egoísta significa abrir mãos de nossas próprias vontades, em benefício dos outros? Principalmente quando os outros são detentores de autoridade? Devemos abrir mão de nosso bem estar, de nosso conforto, para oferecê-los aos outros, principalmente para os detentores de autoridade? Qual seria o limite entre a atitude egoística de querer para nós tudo o que é melhor, e a atitude educada e manifesta de amor capaz de reconhecer que temos direitos, mas, os outros também os tem?

Até que ponto a ordem para não sermos egoístas se constituiu em um instrumento de dominação para nos submeter, retirando nossa espontaneidade e, por isso mesmo, nosso direito à libertação? É bastante plausível verificarmos a imensa confusão de pensamentos que afetam nossas culturas na abordagem do nosso bem estar e de nossas funções sociais. Imagine-se como fica fragilizada a saúde mental dos indivíduos que aprenderam a agir de uma maneira, mas que identificam em seus próprios mestres o comportamento não condizente com os ensinamentos ministrados.

Sob a égide do egoísmo e do não-egoísmo se fortaleceu e ganhou sentido a confusão estabelecida nas mentes humanas. Como devo ou não devo agir? Essa terrível contradição entre pensar e agir estimulou a submissão e a humilhação sob o tacão dos poderosos, gerando uma imensidão de seres humanos *mansos*. Michel Foucault³ considerou que há pessoas *adocicadas* por favores e vantagens oferecidas por empresas onde trabalham e que, por isso, se comportam como verdadeiros *corpos dóceis*-, dispostos a abrir mão de seus próprios interesses. Portanto, essas contradições favoreceram a muitos que, sorrateiramente, se aproveitaram da ideologia para a dominação e a competição sem barreiras.

Erich Fromm⁴ indaga “...será o egoísmo do homem moderno de fato uma preocupação consigo mesmo, como indivíduo, com todas as suas potencialidades intelectuais, emocionais e sensuais? Não terá ele se convertido em um apêndice de seu papel sócio-econômico? Será o egoísmo idêntico ao amor-próprio ou não será ele causado pela própria falta deste?” Assim, Fromm nos abre uma imensa brecha para analisarmos essa faceta do amor: o amor-próprio. Temos sido conduzidos à reflexão de que o amor aos outros é excludente em relação ao amor a nós mesmos?

Pensamos que se alguém é realmente capaz de amar, também é capaz de amar a si próprio. Ninguém é capaz de amar ao outro se não for capaz de se amar. Em outras palavras, quando se ouve dizer que devemos amar ao próximo como a nós mesmos – preceito cristão - estamos ouvindo que o amor dedicado ao outro(a) deve ter como referência aquele que dedicamos a nós mesmos.

Por isso, podemos dizer que amor próprio e egoísmo estão longe de terem semelhanças entre si, ao contrário, ocupam posições em diferentes pólos. O egoísmo tem relação com interesse de obter vantagens pessoais, poder próprio e sucesso exclusivo. O egoísmo não se assemelha a uma virtude do ser humano, ao contrário do que é o amor próprio.

Como vivemos em uma sociedade capitalista, onde os objetos fixos, os objetos móveis e as ações têm funções de mercadorias, as pessoas também se reduzem a valores mercantis. As personalidades humanas reduzidas à mercadoria, passam a ter preço. Forma-se uma verdadeira bolsa de valores para as personalidades humanas. Com essa concepção mercadológica, torna-se imensamente difícil a separação entre os seres humanos, ou seja, o eu, dos objetos que possuímos, portanto dos objetos que são meus, e daqueles que são seus.

Aproveitando-nos dessa confusão, é possível que, com frequência, tenhamos usado nossos talentos para nos aproveitar dos outros e buscarmos promoções à suas custas.

³ Michel Foucault. Falta a referência

⁴ Erich Fromm Falta a referencia.

Com essa compreensão, podemos também concluir que a mercantilização dos seres humanos produziu uma deterioração dos interesses das pessoas. Ou seja, as pessoas não conseguem identificar com clareza quais são de fato os seus reais interesses. Há uma falta absoluta de auto-conhecimento e, por isso mesmo, inexistente o amor próprio. Um bom caminho para enfrentarmos essa dificuldade será o reconhecimento de quais são nossos verdadeiros interesses como seres humanos. Essa é uma trilha para que nossas energias sejam gastas com o objetivo de vivermos intensamente a nossa própria vida. Com essa fórmula, talvez possamos nos ajudar a não considerarmos que nossa vida é fútil e desnecessária. Teremos dado um passo muito importante e decisivo para nossa realização.

Saberemos reconhecer que a nossa felicidade está umbilicalmente ligada com a felicidade dos outros. Não somos seres insulados, vivemos socialmente e, quando existe sofrimento humano, mesmo que não nos atinja diretamente, também sofreremos. Por isso, estamos absolutamente destinados a nos amarmos e compartilharmos esse amor com os demais companheiros de vivência. O respeito que conseguirmos desenvolver por nós mesmos deverá ser compartilhado, bem como o respeito aos direitos e à dignidade humana dos outros. E esses sentimentos e ações não deverão estabelecer diferenças, mas, ao contrário, reconhecer e respeitar as diversidades, sejam quais forem. Esse, parece-nos, se revela como um bom sentido para as nossas vidas e para nossa contínua busca de felicidade.

Essa revisão em nossas vidas e nas formas de escolhermos como vamos viver, poderá nos ajudar a construirmos relações interpessoais com um novo senso comum. Poderemos cultivar o prazer de viver, expandir nossas ações de solidariedade. Essa nova conduta humana permitirá a preparação de novos espaços domésticos, em nossa comunidade. Estaremos reconstruindo nossas formas de praticar a cidadania. Nosso lugar já não será mais visto como o único e melhor, numa perspectiva competitiva que tem fundamento no egoísmo. Ao contrário, teremos prazer de que todos tenham a possibilidade de viver bem. Estabeleceremos e ampliaremos nossas redes de comunicações, estaremos dispostos a ensinar e a aprender com todas as pessoas. Para que isso seja possível, teremos que nos convencer de que não somos inferiores a ninguém, mas, que também não somos superiores. Se tivermos maiores experiências, mais conhecimentos ou mesmo mais poder, isso não nos torna superiores. Isso nos torna mais responsáveis para compartilharmos nosso amor, reconhecendo que aqueles aparentemente inferiores, em muitos momentos nos darão lições importantes.

As revoluções mundiais, com datas marcadas, objetos de nossas aspirações na adolescência, poderão ser substituídas pelo nosso trabalho diuturno de contaminar as estruturas regionais e nacionais com esses princípios, e, assim, estaremos preparando as grandes transformações consistentes nas relações entre os povos. As transformações globais poderão se operar simultaneamente ao nosso trabalho de auto-reformulação. Mudam-se as estruturas sociais e políticas, mas, também as aspirações humanas que, concomitante, construirão relações humanas e internacionais sustentadas nos princípios da ética.

E isso será possível? É apenas um sonho impraticável e fundamentado nos princípios da fé? De fato, entendemos que a humanidade não pode viver sem fé. Geralmente, se imagina que a fé gera uma atitude passiva, contemplativa, que leva as pessoas a aguardarem com esperanças que os seus desejos se realizem. Essa forma de entender a fé se resume em entendê-la como algo egoístico e resultante de uma atitude derivada da crença. Mas, as idéias de liberdade e de construção de uma democracia participativa produziram, durante séculos, uma atitude de fé raciocinada.

Os acontecimentos da segunda metade do século passado, com a derrubada do Muro de Berlim, e os deste início de milênio, com os bombardeios das torres gêmeas de Nova Iorque, bem como do Pentágono, nos permitiram um conjunto de experiências que estimulam a fé de que as transformações mundiais podem acontecer, apesar das brutalidades e das ações egoístas. As experiências vividas em nossas atividades cotidianas também fortalecem nossas esperanças de que

estamos construindo um mundo que se fundamentará nos princípios do respeito entre as pessoas e, portanto, embebido de amor.

OS DISCURSOS À PRÁTICA: Construção do Poder Local

2.0) PROJETO DO DESENVOLVIMENTO É SUSTENTÁVEL?*

Com a ampliação das discussões sobre desenvolvimento sustentável, o Laboratório de Planejamento Municipal do Departamento de Planejamento Regional/IGCE/UNESP decidiu participar com o oferecimento de sua concepção do assunto⁵. Para isso, em conjunto com os Professores da Universidade de Havana, Cuba, foi preparado um texto que tem orientado nossas reflexões e atos. Consideramos indispensável, desideologizar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme é visto pelos Estados que participam da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir dessa desideologização, considerou-se a necessidade de ideologizar na perspectiva que interessa para o Planejamento Ambiental Municipal, conforme o trabalhamos. Desta forma, esta abordagem se reconhece em sua carga de ideologia, aliás, o conceito de Planejamento. não pode ser concebido de forma diferente.

Os últimos anos do segundo milênio estão presenciando o aparecimento de um novo paradigma para a humanidade e para a ciência - o desenvolvimento sustentável. Partindo-se desse paradigma, tem sido elaboradas concepções que, além de permitirem o esboço de um ideário centrado na contradição entre desenvolvimento e meio ambiente, dirigem-se à buscar uma compatibilização entre formas de desenvolvimento sensíveis e de desenvolvimento insensíveis ao meio ambiente (SACHS, 1993)⁶. Atrás da aparência, nesse debate, estão escondidas formas completamente diferentes de se compreender a organização da sociedade, implicando profundos embates ideológicos e políticos diferenciados. O presente artigo está voltado à discussão das diversas concepções sobre desenvolvimento sustentável, e a apresentação do ponto de vista destes autores sobre os caminhos da praxes, coerente com a essência de nossas concepções.

Com a realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), tem sido utilizado, cada vez mais, o conceito de desenvolvimento sustentável (sustentado e sustentável). Esse conceito tem seus antecedentes na obra "*Nosso Futuro Comum*", publicada em 1987, que se constitui um documento de preparação da Comissão Brundtland sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No referido informe, o desenvolvimento sustentado é definido como o "*desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer aquilo que as futuras gerações precisam para satisfazer suas próprias necessidades.*" Esta definição se baseia em dois eixos conceituais:

- A satisfação das necessidades básicas da humanidade;
- O consenso de que os limites do desenvolvimento estão impostos pela organização tecnológica e social, bem como por seus impactos sobre os recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. Portanto, a tecnologia e a organização social podem ser administradas e melhoradas para criar uma nova era de crescimento econômico.

No mesmo informe se propõe que a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- Implementação de sistemas políticos que assegurem efetivamente a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão;

* Texto elaborado em 1995. Este texto expressa boa parte das idéias que embasaram nossas atividades administrativas à frente da Prefeitura Municipal de Rio Claro de janeiro de 1997 até o final de 2004. Os discursos elaborados durante o mandato e as práticas demonstradas na COLETÂNEA RIO CLARO: A Cidade Azul no Limiar do Milênio. Os relatórios das nossas Administrações Municipais poderão ser avaliados, considerando-se os conceitos expressos neste texto que serviu de base para muitas palestras na UNESP de Rio Claro.

⁵ Mateo Rodriguez, J.; De Cabo, A.; Mauro, C.A. De & Carvalho, P.F. de - Desenvolvimento Sustentável: Paradigma Utópico ou Realizável? - Boletim Gaúcho de Geografia. No Prelo. Porto Alegre.

⁶ Sachs, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. "Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável". Editora Brasiliense, pp.29-56. São Paulo, 1993.

- Manutenção de um sistema econômico confiável, capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos sustentados;
- Prevalência de um sistema social que resolva as tensões originadas no desenvolvimento desarmônico;
- Estabelecimento de um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica para o desenvolvimento;
- Desenvolvimento de um sistema tecnológico apto a buscar continuamente novas soluções;
- Implantação de um sistema administrativo que seja flexível e tenha a capacidade de se auto corrigir;
- Criação de um sistema internacional que fomente os padrões sustentáveis de comércio e finanças.

Na Declaração da Conferência das Nações Unidas, conhecida como "*Declaração do Rio*" foram apresentados os seguintes princípios, tidos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável:

- o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza dos seres humanos;
- a imbricada harmonia entre proteção do meio ambiente e desenvolvimento;
- a eliminação da pobreza como requisito indispensável;
- a redução e eliminação dos sistemas de produção insustentáveis e o fomento de políticas demográficas apropriadas, como via para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A partir dessa conceituação, se tem desenvolvido o conceito de sustentabilidade como a habilidade de um sistema econômico para manter a produção através do tempo, sob a presença de repetidas restrições ecológicas e pressões sócio-econômicas, o que implica em conceber a conservação como base da produção.

Desta maneira, se consideram os seguintes fatores básicos para construir o conceito de sustentabilidade⁷:

- coerência ecológica: uso dos recursos naturais em função de suas aptidões;
- estabilidade sócio-estrutural: formas sociais de usufruto e posse da terra;
- complexidade infra-estrutural: fluxos de entrada e saída das transformações do meio;
- estabilidade econômico-financeira: condições macroeconômicas de manejo dos recursos;
- segurança à riscos: conhecimento e capacidade para o controle das perturbações.

Uma interpretação particular, da criação de uma sociedade sustentável, foi sugerida em uma publicação conjunta de várias organizações internacionais (HUMBERG, 1991)⁸, com a elaboração de uma "*...estratégia para o futuro da vida.*" Segundo essa estratégia, o desenvolvimento sustentável deve ser encaminhado para melhorar a qualidade de vida humana, dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Segundo eles, os objetivos que comportam o melhoramento da qualidade de vida são: uma vida longa e saudável, educação, acesso aos recursos necessários para um padrão compatível com a dignidade humana, liberdade política, garantia de direitos humanos e de proteção contra a violência. Deste modo, a obtenção da sustentabilidade relaciona-se a objetivos políticos definidos, vinculando-se a um projeto que propague e perpetue o padrão de vida "*ocidental*", e a prevalência de um sistema "*democrático representativo*". Segundo tais princípios, um país que não siga tais preceitos (por exemplo, Cuba ou Coreia Democrática), não pode alcançar um desenvolvimento sustentável, ainda que eles apresentem índices de saúde, educação e padrões de equidade capazes de mostrar uma qualidade de vida muitas vezes melhor do que países do chamado "primeiro mundo".

Esses preceitos servem, cada vez mais, como base para concretizar uma proposta de aliança global. O desenvolvimento sustentável representa uma peça fundamental para a consecução de uma composição política que envolva a hegemonia universal e soberanias limitadas. É um instrumento

⁷ Comissão Mundial Sobre O Meio Ambiente E Desenvolvimento. Nosso futuro Comum. FGV. 1988. Rio de Janeiro.

⁸ Humberg, M.E. (1991) - Cuidando do Planeta Terra: uma Estratégia para o Futuro da Vida. Editora CL-A Cultural, Publicação Conjunta de UICN, PNUMA, WWF, 246pp. São Paulo

político de regulação do uso do território, convertendo-se em um paradigma para a obtenção da globalização na época atual do neoliberalismo desenfreado (DAVIDOVICH, 1993)⁹. Assim, por exemplo, E. LEFF (1988)¹⁰, sustenta que *"...como se pretende generalizar políticas e estratégias capazes de impedir a catástrofe ecológica global, devemos começar por reconhecer que ainda falta construir o suporte institucional de ordem global, capaz de viabilizar uma intervenção social e política de caráter global, que regule o funcionamento do mercado internacional."* Não é possível o *"...desenvolvimento sustentável em um só país"*.

A essas aspirações geopolíticas de globalização do modelo ocidental, homogeneizador do desenvolvimento sustentável, se contrapõe uma conceitualização do eco-desenvolvimento dirigida para oferecer respaldo às aspirações de auto-sustentação possível, em bases nacionais, articulada com uma proposta de erigir um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável.

Paralelamente à Eco-92, aconteceu o Fórum Global-Cidadão da Rio-92, convocado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) de todo o planeta. Esse fórum cristalizou-se com a elaboração da Carta da Terra, centenas de documentos e trinta e três (33) tratados.

As organizações sociais partiram do reconhecimento de que existe uma crise planetária global, baseada na sobre-produção, no acesso ao consumo para alguns, no sub-consumo e ausência de oportunidades para a maioria; admitindo, ainda, que dentre as alternativas para solução desses problemas está a prioridade na abolição dos programas que mantêm o atual modelo de crescimento.

Essa crise se fundamenta na existência do atual modelo de desenvolvimento desigual das sociedades humanas, nocivo para os sistemas naturais. O modelo de desenvolvimento é entendido como *"...formas de organização social para utilizar a natureza, tecnologias para levar a cabo essa utilização e exploração de acordo com os propósitos de crescimento econômico."* (Meza, 1992)¹¹. Esse modelo é regido pela busca da eficiência e exaltação da competitividade, às expensas do funcionamento e da diversidade dos sistemas naturais, afetando sua capacidade de suporte, impondo ritmos de pressão sobre os mesmos, incompatíveis com os tempos de reabilitação e regeneração da natureza.

Tal modelo é insustentável a médio e longo prazo, em virtude de quatro (04) fatores principais: crescimento populacional exponencial; diminuição das bases de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluidoras e de baixa eficiência energética; sistemas de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material (VIOLA, 1992)¹². O referido modelo civilizatório tem sido incapaz de deter e resolver os três problemas medulares do ser humano contemporâneo: o incremento da pobreza; a expansão da crise existencial entre os cidadãos das sociedades industriais e a deterioração ecológica do planeta (Toledo, 1992)¹³.

Assim, as Organizações Não Governamentais (ONGs) acusaram os governos de ajustarem-se a novos níveis de cooperação que garantam a manutenção dos princípios da lógica de reprodução, essenciais para o atual modelo de civilização, e a introdução de reformas capitalistas que vêm protelando a resolução das contradições, resguardando os privilégios de poucos às custas dos sacrifícios de tantos outros. Ou seja, *os governos se propõe a ajustar o que está mal, para que tudo continue igual, segundo a ordem imperante.*

Neste sentido, torna-se necessário ressaltar o fato de que a maioria das elites políticas latino-americanas subordinam a vontade ambientalista aos postulados neoliberais. Estes *"novos ambientalistas liberais"* aceitam o progresso econômico como motor da sociedade e proclamam o

⁹ Davidovich, F. (1993) - A Propósito da ECO-Urb's 92: A Temática Urbana na Questão Ambiental. Geografia e Questão Ambiental. IBGE. pp. 13-23. Rio de Janeiro.

¹⁰ Leff, E. - Ecologia y Capital. Editora Siglo XXI, 354pp. México.

¹¹ Meza Aguillar, L. (1992) - Educación Ambiental ? Para qué ? Nueva Sociedad, pp.176-185. Caracas.

¹² Viola, E. (1992) - El Ambientalismo Brasilenõ. De la Denuncia y Concientización a la Institucionalización y el Desarrollo Sustentable. Nueva Sociedad, nº 122, pp.138-155. Caracas.

¹³ Toledo, V. (1992) - Utopia y Naturaleza . El Nuevo Movimiento Ecológico de los Campesinos Indigenas de América Latina. Nueva Sociedad, nº 122, pp.86-103. Caracas.

mercado como o cenário privilegiado para as interações sociais, incluídas aquelas de gestão ecológica. Desta maneira, a natureza se converte em uma mercadoria. Segundo essa óptica distorcida, o problema ambiental deixa de ser ético ou político, assumindo um "exclusivo" caráter técnico, restando uma imensa dificuldade: *encontrar uma boa fórmula para determinar o seu preço.* (Gudynas, 1992)¹⁴.

Uma demonstração geral das limitações fundamentais da tese do Desenvolvimento Sustentável foi apresentada por Fidel Castro em sua "*Mensaje ante la Cumbre de Rio*"¹⁵, na qual assinala:

- *“seu caráter ambíguo, a medida em que identifica as disparidades sociais existentes no mundo atual mas, não reconhece os mecanismos que tem gerado essas desigualdades;*
- *a tendência de considerar o Desenvolvimento Sustentável como uma fórmula na qual podem conciliar-se a conservação do meio, a igualdade social, crescimento econômico e as forças do mercado;*
- *o fato de que a aplicação prática do Desenvolvimento Sustentável seja realizada pelas mesmas agências dominadas pelos países mais desenvolvidos e responsáveis em grande parte pelas atividades que causam as maiores deteriorizações ao meio global.”* (Castro Ruz, 1992)

Em particular, na ECO/RIO/92 as Organizações Não Governamentais elaboraram o "*Tratado dos Modelos Econômicos Alternativos*" no qual acusam o Modelo Bruntland de Desenvolvimento Sustentável de perpetuar o estado neo-liberal e, portanto, o modelo concentrador de riquezas, para o qual a expansão da produção representa uma finalidade em si mesma.

Os princípios do Modelo Alternativo são:

- deve inspirar-se nos modelos autóctones e nas comunidades de base;
- deve incorporar os sistemas alternativos de produção, processos de decisão e tecnologias originárias das comunidades autóctones;
- deve basear-se na auto-suficiência das comunidades, regionais e dos países;
- deve incrementar a formação de um sistema de repartição baseado na autonomia, na igualdade, na democracia e na solidariedade;
- deve organizar a vida e os indivíduos dentro dos limites dos recursos existentes no planeta, considerando as necessidades das futuras gerações .

Em essência, o Modelo Alternativo propugna uma interpretação de desenvolvimento sustentável concebida como um desenvolvimento igualitário, auto-gerenciável, autônomo, ecologicamente equilibrado e sustentado, para satisfazer as necessidades das populações e melhorar a qualidade de vida.

Segundo essa visão, a solução dos problemas ambientais passaria pela eliminação das desigualdades nas relações econômicas entre os países ricos e pobres, que se expressam na desigualdade da repartição da riqueza socialmente produzida em escala mundial; na construção de uma nova relação entre os homens e de uma nova relação homem-natureza; implementação de um processo de desenvolvimento em consonância com nossos valores culturais, nossas tradições e nossas potencialidades ambientais.

Nele, o meio ambiente é considerado como um verdadeiro potencial produtivo para um desenvolvimento alternativo, estimulando o conhecimento científico de nossos recursos e a revalorização dos estilos culturais, com adaptação dos processos tecnológicos. Um desenvolvimento que instauraria formas alternativas de exploração, baseadas na: otimização da produtividade

¹⁴ Gudynas,E. (1992) - Los Multiples Verdes del Ambientalismo Latinoamericano. Nueva Sociedad, nº 122, pp.104-116. Caracas.

¹⁵ Castro Ruz, Fidel. Mensaje ante la Cumbre de Rio,1992; a e b.

primária dos ciclos naturais; criação de uma tecno-estrutura adequada para transformação dos recursos e dos valores de uso naturais e maximização da produção primária de cada ecossistema.

Baseado no conceito de eco-desenvolvimento apresentado por Maurice Strong (1973), e revisto por Ignacy Sachs (1974), Enrique Leff (1988)¹⁶, apresentou princípios conceituais e axiológicos da teoria sobre meio ambiente e desenvolvimento. Tratam-se de princípios muito bem sintonizados com as concepções contidas na Carta da Terra, assim expressos:

- a valorização da diversidade biológica e a pluralidade cultural;
- a conservação e potencialização da base ecológica do sistema de recursos naturais como condição para um desenvolvimento equilibrado e sustentado;
- a valorização do patrimônio de recursos naturais e culturais e dos processos ecológicos, a longo prazo, incluindo a solidariedade e provisão do bem estar das gerações futuras;
- a abertura de opções e espaços de criatividade que facilitem a multiplicação de experiências e a busca permanente de alternativas para um desenvolvimento que respeite as características dos lugares; a satisfação das necessidades básicas e da elevação da qualidade de vida da população, através do melhoramento da qualidade ambiental;
- a prevenção de catástrofes naturais, industriais e humanas, geradas como efeito da degradação ambiental;
- a percepção da realidade a partir de uma perspectiva global, complexa e interdependente, que permita compreender a multicausalidade dos problemas ambientais e articular os diferentes processos que intervêm no manejo integrado e sustentado dos recursos;
- a distribuição da riqueza, do acesso a ela e ao poder através da descentralização econômica e da gestão participativa e democrática dos recursos; o direito das comunidades e nações de satisfazer as necessidades básicas de suas populações, elevando a qualidade de vida e a realização de suas aspirações, a partir de seus valores históricos e culturais, e através de diferentes projetos de desenvolvimento; a produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriadas;
- o fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e da autodeterminação tecnológica dos povos;
- o direito a participar na tomada de decisões que afetem as condições de existência e dos estilos de desenvolvimento de cada indivíduo e de cada comunidade;
- a valorização dos aspectos qualitativos do desenvolvimento humano sobre os quantitativos do crescimento econômico.

Desta forma, a situação ambiental que atualmente prevalece teria que ser reconceitualizada em seus modos e padrões de vida. Deveria basear-se em princípios igualitários e de reciprocidade, que evitariam a super exploração e permitiriam o estabelecimento de mecanismos coletivos de controle e correção no manejo da natureza; a reformulação de todos os indicadores que descrevem o crescimento econômico e não a qualidade de vida. De outra parte, o enfrentamento dos problemas ambientais deveria ser diferenciado de acordo com os diversos padrões de desenvolvimento verificados no planeta. Assim, nos países do "Terceiro Mundo" a busca do Desenvolvimento Sustentável "... é, antes de tudo, a busca do próprio desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento não apenas o crescimento, mas a transformação das estruturas econômicas e sociais em busca da elevação da qualidade de vida da população e obtendo a progressiva formação de novos valores éticos." (Castro Ruz, 1994, p. 14)¹⁷.

Ainda que para o mundo industrializado e para as elites econômicas dos países subdesenvolvidos a solução dos problemas ambientais implique em "... conseguir a substituição da cultura consumista ...por um modo de vida que, sem sacrificar no essencial seus atuais níveis

¹⁶ conforme citações anteriores.

¹⁷ Castro Ruz, F. (1994)- Discurso pronunciado ante la conferencia Global de Pequeños Estados Insulares. Granma, ano30, nº 90, pp.1. La Habana.

materiais, tendo um uso mais racional dos recursos e uma significativa redução da agressividade contra o meio..." (Fidel Castro Ruz, 1992 b, p. 13).

Em diversas ocasiões, se apresenta de forma muito forte a opinião de que para resolver a crise ecológica contemporânea é necessário imprimir uma mudança drástica na forma de organização social. Assim, Mauro; Carvalho & Riani Costa (1992)¹⁸, argumentam *"A nossa resposta clara e definitiva é que a questão ambiental está colocando para a humanidade a necessidade de buscar novas formas de organização social... A construção da nova sociedade deverá estar embasada na negação da apropriação privada da natureza e da alienação material e espiritual do trabalho em relação aos meios de produção, aos processos produtivos e a repartição da riqueza socialmente produzida. Somente assim, poderemos perseguir objetivos que satisfaçam as reais necessidades do homem, principalmente enquanto ser social, em paz com a natureza."*

Independente das visões que existem sobre as formas de obter um novo modelo de desenvolvimento, o que está claro é que a população Latino-americana necessita mais recursos para desenvolver-se e alcançar um melhor nível de vida. Ao mesmo tempo, é necessário conservar os recursos naturais e sua produtividade. Surgem, desta forma, as seguintes indagações: Como poderemos obter mais da terra sem degradar o ambiente? Como poderemos desenvolver-nos de forma equitativa e sustentável? (Ezcurra, 1992)¹⁹.

Apesar de que as diversas visões sobre os modelos de desenvolvimento se diferenciem pela interpretação política e pela forma de organização social, está claro que ambas aceitam uma reconceitualização do desenvolvimento. Em ambas está explicitada a necessidade de: uma evolução na interação dos processos naturais, sociais e econômicos; entre os sistemas naturais-sócio-econômicos; e, uma nova ética para o estabelecimento de uma equidade econômica e social.

Para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, três elementos básicos interatuam:

- as entidades que tomam decisões: os governos, as empresas e entidades econômicas;
- a população os produtores, aqueles que "usam" o capital natural;
- a ciência, como elemento capaz de influenciar na forma mais racional para uso dos recursos e colaborar com a elaboração do modelo de desenvolvimento.

Um novo modelo de desenvolvimento que alcance a harmonia nas relações Sociedade-Natureza e a equidade sócio-econômica deve basear-se nos seguintes elementos básicos:

- a conservação da integridade e da coerência ecológica;
- o ajuste da utilização dos recursos naturais à capacidade de carga e limites dos sistemas naturais;
- conceber o meio ambiente como um potencial produtivo, ou seja, a conceitualização das bases geo-ecológicas da produtividade primária do meio natural;
- ter em conta o funcionamento a médio e longo prazo dos ecossistemas, ou seja, seu dinamismo, suas mudanças e sua transformação evolutiva;
- a coerência e respeito às diversidades culturais;
- a busca da otimização na configuração espaço-temporal.

A construção de um projeto civilizatório alternativo deve ser uma resposta urgente, frente aos alarmantes sinais de deterioração da qualidade de vida das grandes majorias da população mundial e também da natureza. Devem ser aglutinadas todas as forças que apontam para uma civilização ecologicamente sustentável e devem ser abarcadas diversas formas de luta. A obtenção da sustentabilidade se marca no contexto da luta política; mas, de outra parte, deve estar baseada em

¹⁸ Mauro, C.A. de; Carvalho, P.F. De & Riani Costa, J.L. (1992) - A Questão Ambiental Demandando Novas Formações Espaço-Sociais. Laboratório de Planejamento Municipal/DPR/IGCE . UNESP. Publicação Interna: Coletânea 001, pp. 1-4. Rio Claro.

¹⁹ Ezcurra, E. - El Ambiente en los Tiempos de Cólera. Ecología y Desarrollo en América Latina. Nueva Sociedad, nº 122, pp.128-137. Caracas.

construções cientificamente fundamentadas. A sustentabilidade não será conseguida de uma vez, muito pelo contrário, será obtida de forma gradual e por meio de diversas e variadas contribuições. Deve-se ter em conta a atual e prevalente correlação das forças políticas e econômicas. Parece pouco real a construção de um *"modelo alternativo"*, principalmente ao nível reduzido de um único país. Portanto, parece mais lógica a utilização de vários caminhos que poderão ir conduzindo à sustentabilidade. Alguns deles são:

1. Acabar com a atual e predominante *"exploração ecológica"* do SUL subdesenvolvido por parte do Norte, e a reversão da chamada *"dívida ecológica"*. *"O crescimento sustentável de que se fala é impossível sem uma distribuição mais justa entre todos os países. Não pode haver crescimento sustentável para uma parte do mundo e subdesenvolvimento para todos os demais."* (Fidel Castro Ruz, 1994). Aproveitando as propostas de Carvalho; Mauro & Riani Costa (1993)²⁰ *"...devemos desenhar diretrizes que estabeleçam um norte para conter a destruição nas relações centro-periferia entre os países, manifestada na repartição desigual das riquezas socialmente produzidas em escala mundial..."* Nos diversos espaços sociais, em suas diversas escalas espaciais, as lutas deverão se nortear pelas seguintes diretrizes:
 - 1.1 Incorporar, como diretriz de curto prazo, o chamado *"custo ambiental"* como custo de produção, em qualquer e todo processo produtivo como forma de restringir/negar a degradação ambiental;
 - 1.2 minimizar a alteração do movimento natural da matéria e da energia em qualquer processo produtivo;
 - 1.3 privilegiar os recursos naturais e os processos produtivos que concentrem/utilizem a energia solar (considerada infinita na escala humana);
 - 1.4 incorporar *"balanços energéticos"* na avaliação de processos produtivos;
 - 1.5 incorporar progressivamente rendimentos econômicos proporcionais aos potenciais energéticos dos elementos construtivos dos processos produtivos;
 - 1.6 com a interação dos objetivos acima, perseguir progressivamente a identidade entre balanço energético e balanço econômico;
 - 1.7 incorporar os princípios acima na definição de escalas de produção e economias de aglomeração;
 - 1.8 incorporar os objetivos acima no arranjo dos assentamentos humanos;
 - 1.9 incorporar também os objetivos acima na produção de valores de uso;
 - 1.10 incorporar progressivamente a teoria do valor trabalho e conseqüentemente estabelecer o conceito de terra como condição de produção.
2. Para se obter um desenvolvimento sustentável, com simultaneidade ao bem estar social e uma determinada qualidade de vida, é fundamental a instrumentalização de elementos reguladores e de controle que coadunem com a interação harmônica entre a natureza e a sociedade, sob um processo racional de ocupação do espaço. Nele, é reservado um papel fundamental para a Política Ambiental. Esta Política deve ser integrada pelo conjunto de instrumentos legais e institucionais que o Estado, em interação com a sociedade, põe em funcionamento para incidir sobre as tendências econômicas e sociais e alcançar o desenvolvimento sustentável. Elementos básicos da política ambiental são a Gestão Ecológica e o Planejamento Ecológico-Ambiental. Desta maneira, uma política ambiental ideal seria aquela que conseguisse abranger um conjunto amplo de setores sociais, atuando em defesa da sobrevivência e da qualidade de vida, e expressando-se através de uma complexa gama de canais de participação (PÁDUA, 1992)²¹.

²⁰ Carvalho,P.F.; Mauro,C.A. & Riani Costa,J.L. (1993) - A Questão Ambiental Demandando Uma Nova Ordem Mundial. In Souza, et. alii (orgs.). Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. Hucitec-Anpur. São Paulo.

²¹ Pádua, J. A. (1992) -Espaço Público, interesses privados y política ambiental. Nueva Sociedad, nº122, pp.156-163. Caracas.

3. Isto nos leva a utilização dos mecanismos do Estado, do poder público, com o propósito de fortalecer a qualidade ambiental e garantir a sobrevivência ecológica a grande prazo. Entre estes mecanismos, a Gestão e o Planejamento Ambiental possuem um papel fundamental. O Planejamento Ambiental está se articulando de forma sistêmica, como um dos instrumentos principais da política ambiental e atualmente se conceitua sob a forma de quatro níveis devidamente integrados: a organização ecológica; a avaliação ambiental de projetos; a auditoria e peritagem ambiental; a gestão do modelo de Planejamento Ambiental. Ao conceber o Planejamento Ambiental como um complicado sistema instrumental e técnico-administrativo de caráter regulador das interrelações Sociedade-Natureza, exige-se uma clara distinção das funções técnico-administrativas: de planejamento-administrativas; de execução e gestão; jurídica; de fundamentação científica; de participação e validação social. Só um funcionamento coerente, dentro do campo da honestidade administrativa e da ética social e profissional, permitirá o cumprimento efetivo do papel de regulação das relações natureza-sociedade, do Planejamento Ambiental para conseguir o Desenvolvimento Sustentável.
4. Muitos dos exemplos de modelos alternativos estão sendo obtidos no âmbito local, com a participação decisiva das comunidades autóctones. O funcionamento de verdadeiras "*entidades ecológicas*" autônomas, autogestionárias, ecologicamente sustentadas, administrativamente viáveis, socialmente justas, energeticamente equilibradas, culturalmente assimiláveis, economicamente funcionais e promotoras de integração, é uma realidade concreta existente em vários países da América Latina. A criação em Cuba, a partir de 1993, das "*Unidades Básicas de Produção Cooperativa*", pode se constituir em um estímulo ao nível de todo o País. Em 1993, o Governo de Cuba adotou uma nova forma de gerenciamento da terra, para a maior parte daquelas administradas por empresas estatais (aproximadamente 80% do total das terras do País), mediante a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). As UBPCs são entidades nas quais os trabalhadores recebem o usufruto da terra e têm a possibilidade de administrar os recursos e a produção, determinando-se os seus ganhos financeiros na dependência dos ganhos na exploração agrícola. Até o presente momento, o Estado assume as funções de determinar o uso da terra, o volume de produção, os preços e a comercialização. Sem dúvida, estas experiências apontam ao fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades, à autodeterminação tecnológica dos povos, à descentralização econômica, e à gestão participativa e democrática dos recursos. Isso poderá ter repercussões locais e regionais, o que conduzirá ao aprofundamento e crescimento paulatino das experiências de "modelos alternativos".
5. A questão ambiental, em grande parte, tem sido um fator de mudanças significativas nas formas de organização da sociedade civil. Sua manifestação mais clara é a aparição das Organizações Não Governamentais (ONGs). Só no Brasil se contam cerca de cinco mil (5000) ONGs (Bernardes & Nanne, 1994)²². Elas permitem a participação das pessoas na solução de problemas coletivos, propõem alternativas de desenvolvimento que, nem mesmo os governos ou as instituições tradicionais conseguem promover; são, muitas vezes, mais ágeis e eficientes que os governos, fiscalizam e complementam ao serviço dos órgãos oficiais. Contudo, é verdade que elas possuem muitos problemas. A falta de controle sobre as atividades das ONGs, em diversas ocasiões tem dado lugar a casos de corrupção, oportunismos e fisiologismo. De outra maneira "*... em muitas ocasiões os grupos ecologistas tem sido transformados, de grupos de pressão à cúmplices da privatização da gestão ambiental.*" (Chantada, 1992)²³. Não são poucas as ONGs que tem se convertido em Organizações "Neo" Governamentais. Mas, apesar disso, não há dúvidas de que esta forma

²² Bernardes, R. & Nanne, K. (1994) - O Brasil Organizado Funciona, Revista Veja, ano 27, nº 6, pp.70-77. São Paulo.

²³ Chantada, A. (1992) - Los Canjes de Deuda por Naturaleza. El Caso Dominicano. Nueva Sociedad, nº122, pp.164-175. Caracas.

de organização da sociedade civil se constitui em um dos motores da construção de um "desenvolvimento alternativo".

6. Nos umbrais do "Terceiro Milênio", em pleno auge do "pós-modernismo", com a trepidante derrubada no campo socialista e o predomínio das concepções globalizadoras, o ambiental se apresenta como um novo paradigma. Contudo, o problema ambiental é uma questão de caráter eminentemente sócio-político. Emerge dos conflitos de interesses e provém das situações de iniquidade social e desigualdade na distribuição do poder político (Guimarães, 1992)²⁴. Portanto, a questão ambiental está no centro do debate ideológico-político. Daí, trata-se de aglutinar a todas as forças progressistas que apontem para uma sociedade ecologicamente sustentável, enfrentando às forças conservadoras que defendem uma civilização depredadora. Desta maneira, entende-se o desenvolvimento sustentável como aquele projeto que levará a humanidade à sua própria salvação, implicando num reajustamento nos comportamentos humanos, nas formas de organização social, e para uma verdadeira harmonia entre homens (sociedade)-natureza. Não há outra forma de entendê-lo senão como uma alternativa realizável e necessária. *"Se quisermos salvar a humanidade da autodestruição, há que se distribuir melhor as riquezas e as tecnologias disponíveis no planeta. Menos luxo e menos desperdícios em alguns poucos países, para que haja menos pobreza e menos fome em grande parte da Terra. Não mais transferências ao Terceiro Mundo de estilos de vida e hábitos de consumo que não se harmonizem com o meio ambiente. Faça-se mais racional a vida humana. Aplique-se uma ordem econômica internacional justa... Pague-se a dívida ecológica e não a dívida externa. Desapareça a fome e não o homem."* (Fidel Castro Ruz, 1992a e b).

²⁴ Guimarães,R. (1992) - El Discreto Encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación Impressionista de Rio-92. Nueva Sociedad, nº122, pp.68-103. Caracas.

3.0) Projeto Coletivo: UTOPIA E REALISMO

Professor Doutor Cláudio Antonio de Mauro

Prefeito de Rio Claro

Presidente dos Comitês (Federal e Paulista) das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

No dizer de **Boaventura de Souza Santos (2001)** "*o realismo é o filho epistemológico predileto do paradigma que tem a racionalidade dominantes*". O autor diz ainda que "*...o realismo nos levou a uma situação em que a própria emancipação só pode ser pensada de modo não realista e moralista*". Olhando por esse ângulo, identificamos o realismo como a antítese da utopia. Para construirmos os instrumentos alternativos ao realismo, propomos que é necessário sonhar.

No Fórum Social Mundial de 2002, **Eduardo GALEANO**, importante escritor uruguaio propôs uma reflexão sobre a utopia. Em outras palavras dizia **GALEANO** que a utopia pode ser vista como se fosse a linha do horizonte. Se caminharmos um passo, a linha do horizonte também se deslocará um passo; se caminharmos dez passos, a linha do horizonte também se deslocará igual. A linha do horizonte, quando chegarmos ao lugar que a tínhamos como referência, será observada muito mais distante. O fato é que a linha do horizonte nos ensina a caminhar. Nos chama para a caminhada, não é para ser alcançada. Assim também é a utopia, ela nos alimenta de esperanças, nos estimula a buscar, ou, nos pede para caminhar.

Neste início de século estamos a caminho de uma transição paradigmática. Toda a vida da humanidade é processual, está em construção. Mas, em alguns momentos da história ficam mais evidentes as buscas de alternativas para as relações sociais, econômicas e com os demais componentes da natureza.

Fazemos uma reflexão sobre a utopia, compartilhada com Boaventura de Souza **SANTOS (op. cit.)**, de que vivemos um momento que nos oferece a oportunidade de propormos a **substituição da natureza capitalista de nossas relações, para a natureza ECO-SOCIALISTA**.

Fundamentados na visão realista, mesmo que a análise seja submetida ao método dialético, não teremos chance de propor esta nossa reflexão. Friamente, o desenvolvimento tecnológico agudizou no mundo moderno os instrumentos da dominação e a constituição de império. A força da dominação e do autoritarismo, conjunta com os níveis jamais conhecidos de polarização e concentração da riqueza, da super-exploração dos componentes da natureza, nos apontam para a auto destruição da humanidade sobre o Planeta Terra. Nunca esteve nas mãos de tão poucos, tanto potencial bélico, capaz de destruir a vida sobre a Terra, de maneira tão rápida e eficiente.

Em *Más allá del capitalismo senil*, **Samir AMIN (2003)** considera algumas teses centrais no atual estágio do capitalismo no mundo, entre as quais:

- 1) *a centralidade da alienação economicista, na qual a economia em geral e a acumulação capitalista em particular se tornaram no fim em si mesmas, impondo-se como a força dominadora no conjunto dos processos da vida social*. Tudo na vida passou a ser submetido a interesses econômicos, seja nas relações entre pessoas ou nas inter-relações entre povos. A acumulação passou a ser o objetivo da vida nas nações onde seus povos aspiram felicidade. Felicidade passou a ter como símbolo a capacidade de possuir e portanto de acumular.

Discurso feito no Seminário de Educação Ambiental - Ministério da Educação. Bertioga. São Paulo, 2004.

- 2) a centralidade da polarização produzida pela mundialização do capitalismo, aprofundando a imensa brecha -nos níveis de desenvolvimento material-, entre os sistemas dos centros do capitalismo mundial em relação à suas periferias. Assim é que nas cidades cresce o número de condomínios fechados, cercados por controle eletrônico para proteger seus proprietários da **fúria dos miseráveis**. Esta constatação fez com que **Josué de CASTRO** escrevesse que "...metade da população do mundo tem fome, e a outra metade, não dorme, de medo daqueles que têm fome.". A polarização no mundo chegou ao nível do insuportável. A **lei da pauperização** desenvolvida por **Marx**, torna-se cada dia mais evidente, como produto da acumulação capitalista mundial, refletida em quase todas as partes do mundo.
- 3) a centralidade de um conceito de capitalismo que não está reduzido à noção de "mercado generalizado", mas que situa a essência desse sistema no poder que está além do mercado. Em outras palavras, não existe a desregulação dos mercados. Os chamados mercados "desregulados" são regulados pelos poderes dos monopólios que se situam muito acima dos mercados. Embora exista o argumento de que o mercado regula e estabelece o equilíbrio nas relações econômicas, contudo, o capitalismo é o sistema dos contínuos estados de desequilíbrio. Faz parte de sua natureza os confrontos sociais e políticos.

É assim que a análise realista, não admite, em qualquer das hipóteses tentadas, considerarmos a possibilidade da emancipação dos povos e das pessoas no e do capitalismo. Essa talvez seja uma das causas da intensa busca às religiosidades nestes tempos. Tem proliferado nos tecidos urbanos as denominações religiosas que se apresentam como alternativas para se obter a **BOA NOVA**, ainda que tragam a mensagem da "inevitável necessidade do sofrimento e da dor para que se ganhe o direito da redenção e o reino dos Céus". Em outras palavras, o sonho da paz e da felicidade não é possível de ser construído na perspectiva do realismo e acaba vinculado a princípios moralistas. **Robert HAPPÉ** afirma que "...o controle de manipulação que caracteriza nossa história, foi responsável pela absorção de muito medo na psique humana. O medo é dotado de forte poder que nos força a viver circunscritos aos limites da mente racional e, dentro desses limites, tornamo-nos alienados...". O medo é um grande obstáculo à aceitação de nos submetemos ao novo, à novas experiências.

A análise moralista, sem vislumbrar outras possibilidades, ou seja, o fortalecimento do conceito de que somente serão salvos aqueles que foram "eleitos", aceitando e se submetendo aos princípios e ética expressos em "Livros Sagrados", serve aos interesses do autoritarismo da dominação. Não aceita as diversidades, busca o extermínio do que é "ruim", escolhido a partir dessa ética moralista. É uma concepção de mundo e de vida na qual, aproveitando o texto de **Nilton BONDER (2004)** "qualquer tentativa de engenharia que vise extirpar o "outro ruim" corre o risco de inventar um "bom" monstruoso, que seja desagradável, horrendo e destrutivo...Afinal amar é o sentimento capaz de apreciar o diferente. Só poderemos integrar nosso "ruim" - **afinal todos temos algo, e quem sabe muito de ruim- a nós mesmos se pudermos processá-lo por meio do sentimento de amor. Num mundo só bom não há espaço para o humano...**". **O texto acrescido em negrito é meu.**

Os **conceitos da ordem** estão arrumados, obedecendo uma certa hierarquia que lhes configura a expressão da **pureza da ordem**. A busca pela pureza - só o que é bom- foi um dos componentes responsáveis pelas aventuras nazi-fascistas. Essas reflexões que encontramos em **BAUMAN, Zygmunt (1998)** nos levam a analisar alguns aspectos das relações sociais, estabelecidos em nosso tempo. Ou seja, uma sociedade que possui a beleza -estética- como um de seus componentes fundamentais, não se sente preparada para conviver com o feio, com o ruim, com o que está fora da ordem. Esses são alguns dos conceitos que têm alimentado durante séculos as estruturas autoritárias da visão patriarcal, das trocas que são desiguais, dos traços das culturas, dos lugares e das pessoas que se reduzem á meras e simples mercadorias fetichizadas.

3.1) Caminho da Transição Paradigmática

Para que não nos finquemos nas proposições moralistas, vamos em busca da construção de nossos sonhos. Fortalecer nossa Utopia é reconhecer que a humanidade está em processo e por isso mesmo, estão em processo seus pensamentos, seus conhecimentos, sua forma de viver. Voltando à análise de **Samir AMIN (op. cit.)** vamos conhecer sua quarta tese, que procura entender a dinâmica da transformação das sociedades:

4) a centralidade do que ele chama de "subdeterminação" na história, ou seja, o sistema social, portanto também o capitalismo, é histórico, assim que teve um começo e terá um fim. Mas, a natureza do sistema que o irá suceder não está determinado por forças exteriores às decisões das sociedades. Por isso mesmo, se formos capazes de nos antecipar à destruição que se aparenta como inevitável poderemos tentar, entre outros os seguintes caminhos:

- 1) Buscar a transformação do Poder Autoritário típico de nossas ações individuais, de nossas instituições e órgãos, que nos submetem no cotidiano, nos dedicando à construção de um poder em que a autoridade seja exercida de maneira compartilhada. O Poder da Autoridade Compartilhada. Há diversas experiências de administrações públicas, de organizações não governamentais e de núcleos domésticos que se dedicam à experiência da vida compartilhada. Sugerimos a leitura de Boaventura de Sousa **SANTOS (2002)** e de Romuldo **DIAS (2003)** com bons exemplos destas inovações criativas ;
- 2) Buscar a transformação do Direito que privilegia os déspotas, que enaltece os forte, os poderosos, os dominadores, para promover a construção de um Direito Democrático, exercido e gerido com o poder da autoridade compartilhada. O Direito Democrático não pode aceitar as decisões unilaterais de invasão bélica em regiões, apesar dos impedimentos impostos pelas Leis e Pactos internacionais;
- 3) Buscar a transformação do conhecimento que existe para estabelecer a regulação, o controle, pela construção do conhecimento que é emancipador, libertador.

Pelos caminhos democráticos propostos, ou seja, pela democracia sem fim, explicita-se que esse projeto social não é o capitalismo. Tal projeto tem como objetivos emancipar a humanidade da alienação economicista e reduzir drasticamente a herança da polarização que prevalece em escalas local e mundial.

É seguro que mesmos nos nossos sonhos, a construção de um mundo que se fundamente no Poder da Autoridade Compartilhada, no exercício do Direito Democrático e que aflore e cultive o Conhecimento Emancipação, nos parece algo pouco provável. Claro, assim nos ensina a visão realista do mundo. Afinal essas transformações nos parecem tão distantes e quase sempre nos sentimos impotentes diante das barreiras e dificuldades que estão à nossa frente. É certo que os processos dessas transformações não podem se constituir no sonho de apenas uma pessoa. Tem que ser compartilhado, sem toda a ansiedade do realismo, que fundamentado nas concepções capitalistas, quer resultados imediatos, pois considera que *"...tempo é dinheiro..."*. Avançar pelos caminhos aqui propostos implica em transformações, que necessariamente incluem a participação ativa e articulada dos povos de todas as partes do planeta.

3.2) Tempos e Espaços da Transição

Na abordagem deste tema nos concentramos nas reflexões e propostas de **SANTOS, B. de S. (op. cit.)** que trata dos espaços da transformação. A inclusão de alguns pontos, fruto de nossas

experiências ao longo destes oito (8) anos como Prefeito de Rio Claro, em nada pretende modificar as propostas do autor referido, por quem temos admiração e reconhecimento, como referência epistemológica e metodológica. Em muitos debates sobre os processos de transformação são levantadas para reflexão as abordagens que querem definir se em primeiro lugar devem acontecer as transformações estruturais, para que depois ocorram as transformações das pessoas, dos indivíduos, ou vice-versa, neste caso, as transformações estruturais produzem, posteriormente as transformações individuais. Nesses debates, sempre aparecem aquelas pessoas que consideram as transformações das pessoas humanas, como capazes de imprimir verdadeiras transformações nas estruturas sociais, políticas econômicas e das inter-relações entre os componentes da natureza, nela incluídos os seres humanos.

Temos aprendido que as transformações estruturais e as individuais devem se processar simultaneamente. Contudo, as vezes ocorrem sem um vínculo muito estreito entre si, mas verificamos que muitas transformações estruturais têm desencadeado aprimoramentos nas formações individuais. Assim como, verificamos que muitos indivíduos progressistas, atuando de forma articulada e em conjunto com outros, são capazes de contribuir com imensas transformações. O que nos parece em desacordo com a construção da democracia são aqueles indivíduos que se adiantam nos processos coletivos e comunitários, que perdem as referências e relações com as bases. Nestes casos, aparentemente falta humildade e paciência para aguardar os processos de amadurecimento dos quais fazemos parte. Temos notado que as transformações mais duradouras têm sido impressas com a presença e participação democrática, capaz de promover processos emancipatórios. Por isso, para considerarmos os espaços da transformação, devemos reconhecer a importância do indivíduo e da comunidade, numa perspectiva emancipatória:

1) **O Espaço da Pessoa - Neste espaço há uma importante contradição na competição do indivíduo formado na cultura do paradigma autoritária com o novo senso desenvolvido no paradigma que se dedica à libertação emancipatória.**

Na sociedade capitalista as pessoas são reduzidas a mercadorias, passando a ter preço, estimuladas ao consumismo, aos comportamentos da vulgaridade e do medo. Com essa concepção metodológica, torna-se imensamente difícil a separação entre os seres humanos, ou seja, a *persona*, dos objetos que possuímos. Com essa mercantilização dos seres humanos há uma deterioração dos interesses das pessoas. Ou seja, as pessoas não conseguem identificar com clareza quais são seus interesses verdadeiros. Há uma falta absoluta de auto conhecimento e por isso mesmo há uma ausência de amor por si mesmo.

Essa análise do homem e da mulher é ratificada por **Erich FROMM (1964)** que afirma *"...Como o homem moderno se sente ao mesmo tempo como vendedor e a mercadoria a ser vendida no mercado, sua auto-estima depende de condições que escapam ao seu controle. Se ele tiver sucesso, será 'valioso'; se não, imprestável....Se a pessoa acha que seu próprio valor não é constituído primordialmente por suas qualidades humanas, mas sim pelo seu sucesso em um mercado competitivo com condições em constantes modificações, sua auto-estima provavelmente será pouco sólida e precisará constantemente ser confirmada pelas outras pessoas. Por isso, a pessoa é impelida a lutar incessantemente pelo sucesso, e qualquer retrocesso é uma grave ameaça à sua estima própria: o resultado disso são sentimentos de incapacidade, insegurança e inferioridade. Se as vicissitudes do mercado são os juizes do valor da gente, desaparece o sentimento de dignidade e brio."* Devemos ainda considerar que a sensação que a pessoa tem de si é a mesma que terá dos outros.

Ninguém é capaz de amar ao outro se não aprender a se amar. Sem se amar e se reconhecer como digna, a pessoa não reconhece a possibilidade de almejar sua própria felicidade. Nesse caso, fica mais importante a subordinação à Divindade e também à autoridade e ao Governo. Também há o conceito de que o desejo de obter prazer, não é virtuoso. Afinal, não temos o direito de buscar o

prazer em nossa própria pessoa, ou mesmo de nos conceder momentos de prazer. Afinal, as *santidades* são isentas de prazer. As pessoas são treinadas para a competição e quando perdem na disputa pela vida, tornam-se as verdadeiras responsáveis pelos seus próprios fracassos. Os rebeldes, com todas as justificativas plausíveis devem ser punidos, sacrificados e há justificativas até mesmo para condená-los a morte.

Algumas questões são levantadas, como por exemplo, todos esses tipos de sofrimentos podem ser vencidos ou devem ser mantidos? Eles são frutos das condições impostas pela natureza, somos determinados por eles? Parece-nos mais plausível que aprendamos a cuidar da Terra e de nós mesmos, de nosso interior, de nosso corpo, da nossa capacidade de amar, de manifestar nosso afeto por nós e pelos outros, de sermos generosos. Temos que aproveitar os avanços obtidos em nosso ambiente, no mundo para a construção de uma rede de influência capaz de desenvolver e fortalecer os valores humanos que apontam para a felicidade. Podemos nos dedicar à construção dos maravilhosos ideais da democracia que nos conduza e por nós é conduzida ao futuro, na direção do eco-socialismo. Para isso será muito importante desenvolvermos nossas riquezas interiores. Isto pressupõe que as pessoas se fortaleçam em princípios éticos saudáveis, não aceitando a manipulação e a ingenuidade da pseudo-bondade.

- 2) **O Espaço da Comunidade Doméstica** - Neste espaço há uma enorme **contradição que é resultado da competição entre o paradigma da família patriarcal e o paradigma das comunidades domésticas cooperativas, da democracia e da comunidade afetiva**. Nossa cultura nos formou com a necessidade de termos um chefe, um "salvador da pátria". Alguém que tenha responsabilidade de nos tutelar e decidir. Assim, somos impulsionados a reproduzir essa concepção familiar que nos prepara para transferirmos tais condutas para todos os demais espaços de nossa vida. A maioria de nossas sociedades assimilam com facilidade um chefe patriarcal nas atividades laborais, precisam de um chefe para as ações nos movimentos comunitários, no partido político, nos governos. Contudo, muitas são as experiências vividas em comunidades domésticas que repartem as responsabilidades de forma cooperativa, democrática, carregadas de afetividade. Estimular a renovação e aprofundamento dessas experiências é uma forma de estendê-las nos territórios, reorganizando as formas sociais de vivência.
- 3) **O Espaço da Produção** - Neste espaço a **contradição se dá entre as unidades de produção capitalistas e as unidades de produção cooperativas, auto-gestionadas, pequenas agriculturas, agricultura orgânica, produção controlada pelos trabalhadores, unidades de produção de utilidade social, redes de produção comunitárias**. Trata-se da substituição da natureza capitalista pela natureza eco-socialista. Esse espaço onde devem se processar as transformações será melhor sucedido, na medida em que os demais espaços referidos também estiverem sendo contaminados pela nova forma de organização social.

Há muitas experiências bem sucedidas nos processos de organização alternativa dos espaços da produção. Em Democratizar a Democracia, **Boaventura de Sousa SANTOS (2002)**, organizou trabalhos que pesquisaram e exemplificaram a vivência de comunidades que conseguiram resultados interessantes. Em Rio Claro -SP-, cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras conseguiram se constituir em alternativa para a emancipação de dezenas de famílias. Apesar do sucesso obtido, essas experiências não são suficientes para a construção de um sistema de produção eco-socialista, mas servem de "*ponta de lança*" em um processo que não está somente sendo gestado, mas se constitui em uma concreta maneira de inventar novas formas de organizar o espaço da produção. As cooperativas e processos associativistas de catadores de produtos recicláveis, de artesãos, de costureiras e confecções, dos oleiros, de produtores de eventos sociais e culturais, de

produtores rurais, enfim, muitas são as experiências bem sucedidas que nos permitiriam na fase seguinte estabelecer os elos de ligação e conexão entre eles, a partir do governo municipal. Tais reinvenções não podem ficar isoladas e precisam se articular em redes que troquem experiências e se organizem para conseguir visibilidade social, estimulando outros atores que poderão se multiplicar e então se generalizar por todo o mundo. As articulações devem acontecer internamente, no âmbito do lugar e também nas relações externas com outras organizações similares e/ou com as quais se reconhece alguma identidade.

4) O Espaço do Mercado - Neste espaço a **contradição** se dá **entre o paradigma do consumismo individualista e o paradigma das necessidades humanas, da satisfação decente, do consumo solidário**. Ou seja, os meios de satisfação estão mesmo atendendo e a serviço das necessidades. A vulgaridade estimulada pelo capitalismo faz com que se processe o consumo pelo consumo. Nada mais fútil e vazio do que um avião composto por consumidores que se destinam a um mercado de objetos, na maioria, inteiramente dispensáveis e desnecessários. Quantas são as pessoas que de forma esbanjadora viajam para Miami para consumir bagulhos e quinquilharias de gosto, pelo menos, suspeito? Mercado, que repetindo **Samir AMIN (op. cit.)**, é praticamente um sinônimo de capitalismo, regulado, ainda que aparentem desregulação, pelos centros do sistema. Tais consumos e consumidores são apenas peças da engrenagem que comanda suas vidas. Enquanto isso, bilhões de pessoas no mundo estão alijadas de conseguir as condições necessárias e indispensáveis para a sobrevivência. O pacto da sociedade deve estabelecer o acesso ao indispensável para a sobrevivência com dignidade, como a **situação divisória**. Todos os seres humanos devem ter alcançadas tais condições como direito inalienável, como cláusula pécunia do direito de viver. É por isso e pelas diversidades das pessoas que se torna difícil quantificar o que são as necessidades humanas, elas devem ser reconhecidas de forma qualitativa, na qual são eliminadas as subordinações. No paradigma que possui como referência as necessidades humanas, ao Estado cabe a responsabilidade de promover experiências e alternativas. Assim é que o Programa de Gestão Urbana (PGU) das Nações Unidas estimula a agricultura urbana e das áreas localizadas nos entornos das cidades. A produção de alimentos de maneira alternativa é uma das mais importantes formas de colaborar com a reorganização da produção e do consumo, numa perspectiva solidária.

5) O Espaço da Comunidade - Neste espaço a **contradição** se dá **entre o paradigma da comunidade fortaleza, agressiva ou defensiva, que se enclausura para as relações exteriores**, elas se originam na mentalidade colonial que dominou nossa história. Essa história favoreceu o desenvolvimento de uma cultura provinciana onde alguns grupos sociais se fecham, considerando-se superiores a outros que são pretensamente inferiores. Tais grupos sociais buscam processos associativos e entidades que os mantêm "blindados", em relação aos feios, sujos e indignos que estão fora da ordem. Esses grupos sociais passam a exercer um controle social de auto-proteção entre seus membros que procuram estabelecer o comando das mais diversas atividades sociais e econômicas. Tais comunidades se confrontam **com o paradigma das comunidades que estão sempre inacabadas, em processo**. Estas comunidades valorizam as multiculturalidades como princípio informador das atividades dos Estados, em todos os seus níveis e esferas de poder, em todas as suas áreas, buscando os espaços de participação no planejamento, na execução, na fiscalização e na gestão. Trata-se da valorização das multiculturalidades progressistas, procurando seus vínculos e relações com os espaços e territórios. O novo paradigma no qual se fundamentam as comunidades estabelece a busca das trocas de experiências, o contacto contínuo entre culturas e territórios, permitindo o aprendizado mútuo, respeitando as diversidades. O mundo, a natureza e portanto as pessoas, as culturas são reconhecidas e valorizadas em suas diversidades, o que caracteriza-se no fulcro para uma vida rica, saudável e sustentável. Assim os espaços estão sempre preparados para a reinvenção, aceitando-se a condição processual. **B. de S. SANTOS (2001)** denomina estas comunidades como comunidades-amiba, nas quais se contrói "*...um senso comum emancipatório orientado por uma hermenêutica democrática, cosmopolita, multicultural e diatópica...*".

6) O Espaço da Cidadania - Neste espaço a **competição se dá entre o paradigma da democracia autoritária que procura a perpetuação, com o paradigma emergente, da democracia radical que expande e projeta os direitos democráticos, os direitos humanos e por isso mesmo desenvolve a cidadania.** Para B. de S. SANTOS (2001) o senso comum emancipatório da cidadania, baseia-se no **Eco-Socialismo como Democracia Radical, ou seja Democracia Sem Fim**, ultrapassando os limites do tempo atual, articulando-o com o futuro, bem como os espaços nacional e transnacionais. Há o reconhecimento de que a democracia de agora precisa se preocupar com a vida digna para as futuras gerações, e que neste território temos compromissos com a construção da democracia em todo o mundo.

Não existe a construção da cidadania se não houver uma articulação presente entre todos esses espaços referidos - doméstico, produção, mercado, comunidade, pessoal, bem como nos territórios e espaços estruturais. Todos esses componentes precisam estar articulados e integrados. Para que a cidadania se desenvolva e consolide, torna-se indispensável que o Estado fortaleça as iniciativas das comunidades, de instituições não governamentais. Em Rio Claro, a experiência tem nos mostrado que é possível estimular as entidades de atenção à crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, de produção alternativas a receberem apoio financeiro do município, para construir suas identidades com apoio técnico, cursos e treinamento para capacitação de pessoal. O respeito à autonomia e iniciativas destas entidades tem procurado desenvolver uma rede emancipatória, geridas de forma democrática, contribuindo para a ampliação dos espaços que são públicos, mas não são estatais. O autor citado (SANTOS, 2001), considera que *"...na transição paradigmática, o Estado é um Estado dual, ou seja, em cada domínio social há um conjunto de leis e de instituições que garantem a reprodução das formas de sociabilidade dominante, e um outro conjunto de leis e instituições que garantem a experimentação com as formas emergentes de sociabilidade."* Estes processos permitem o estabelecimento de novas conexões Estado-cidadãos e entre as associações e entidades-Estado-cidadãos formadores. Assim, a cidadania irradia o processo de construção da democracia nos demais espaços. No exemplo de Rio Claro que citamos, há um esforço dos agentes de Estado para que a autoridade seja compartilhada dentro de uma visão emancipatória. Nem sempre tivemos sucesso nessas tentativas, há muitos entraves que precisam ser vencidos, principalmente pela cultura do velho e desgastado paradigma. É possível de se constatar na prática que muitas vezes, os próprios beneficiários diretos, da construção do paradigma emancipatório o rejeitam e repelem. Há impregnada na cultura vigente a aceitação aos princípios reguladores, em detrimento da emancipação que geralmente é trabalhosa e desgastante. Torna-se indispensável o reconhecimento de que essa reação também é legítima e deve ser respeitada, na fase da transição paradigmática. Identificamos a necessidade de muita paciência, combinada com firmeza e determinação nas intervenções que aspiram as transformações no espaço da cidadania, na direção da Utopia. É importante para o desenvolvimento do paradigma emergente, emancipatório, que haja o fortalecimento e o estímulo ao surgimento dos mais diversos e novos processos de sociabilidade alternativos.

7) O Espaço Mundial - Neste espaço a **competição se dá entre o paradigma do desenvolvimento desigual com soberania exclusiva, com o paradigma das alternativas democráticas ao desenvolvimento e de soberania reciprocamente permeável por outro.** Assim, o desenvolvimento capitalista, expansionista e desigual do atual paradigma se constitui na mais implacável violação dos direitos humanos. As novas experiências de diálogo e associativismo e redes entre municípios do Mercosul e Mundiais são uma experiência interessante para abrir os conceitos desse velho paradigma que é excludente social, econômica e culturalmente. Para se contrapor a esse velhos conceitos, o paradigma emergente tem que se construir com base em características internacionalistas. No caso do Mercosul, as Autoridades Locais desconfiadas dos propósitos meramente economicistas e mercadológicos da rede que se forma no âmbito dos governos centrais, decidiram criar um Fórum de diálogo entre os municípios, a Rede Mercocidades

que ainda não conseguiu prestígio junto aos Governos Nacionais. Contudo, esse processo deve ser iniciado, concomitantemente, dentro dos próprios espaços e territórios nacionais, onde em geral, os municípios são desprestigiados e pouco reconhecidos em suas importâncias. Há uma nítida imposição de subordinação dos municípios, ente que tem sido historicamente relegado à papéis coadjuvantes, em relação aos interesses da União e dos Estados. **No caso brasileiro, vive-se uma experiência que aponta para novas relações entre os entes federados.** Contudo, em vista da insipiência e juventude do processo, teremos que acompanhá-lo para conhecer seus níveis de aprofundamento e resultados. Há uma forte expectativa para o desenvolvimento de novos arranjos e articulações que estimulem as associações entre os entes do mesmo nível de poder, dentro dos princípios que valorizem as multiculturalidades progressistas, bem como os diálogos intelectuais que levem a uma reflexão filosófica que conduza a ações concretas, sobre o que devemos aspirar para a humanidade.

Essas novas experiências de autodeterminação e diálogo interno, no Brasil, poderão se transformar em um aprendizado que se refletirá na autodeterminação externa, inovando e recriando as formas de relações e sociabilidade internacional.

Por toda abordagem apresentada, nota-se que nossa opção (**SANTOS, 2001**) não se dá pelos atos de ruptura revolucionária, mas pela generalização das mais variadas formas alternativas de sociabilidade, com desenvolvimento da cidadania. Aos governos progressistas cabe a responsabilidade de estimular as condições para assegurar as possibilidades mais contundentes das experiências em que a utopia seja pensada, perseguida e concretizada fora do paradigma da racionalidade dominante, o realismo.

BIBLIOGRAFIA:

AMIN, Samir (2003) - Más allá del capitalismo senil: por un siglo XXI no norteamericano. 1ª edição. Paidós. Buenos Aires.

BAUMAN, Z. (1925) - O Mal Estar da Pós-Modernidade. Tradução Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Revisão Luiz Carlos Fridman. Jorge Zahar Ed. 1998. Rio de Janeiro.

BONDER, Nilton (2004) - A Ditadura do Bom. Tendências/Debates. Folha de São Paulo.

CASTRO, Josué de () - Geografia da Fome.

DIAS, Romualdo (2003) - A Construção da Democracia em Rio Claro - SP. Brasil. Publicação eletrônica do www.pgualc.org Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas -Cuadernos de Trabajo, Gobernabilidad, nº 109. Quito, Equador.

FROMM, Erich (1964) - Análise do Homem. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

GALEANO, Eduardo (2002) - Publicado na Biblioteca Alternativa do Site www.forumsocialmundial.org.br Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

HAPPÉ, R. -Consciência é a Resposta. Editora Talento. 3ª Edição. São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) - A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. 3ª edição. Cortez. São Paulo.

-----**organizador (2002)** -Democratizar a Democracia. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

4.0) A CONSTRUÇÃO DA PAZ: ALGUMAS DIFICULDADES*

As discussões a respeito de um Estado mínimo vêm acompanhadas dos conflitos gerados nos debates sobre ideologia. A derrubada do Muro de Berlim acrescentou novos ingredientes nos conceitos a respeito do presente e do futuro da humanidade. Quando as discussões ideológicas, pelo menos na aparência, ficaram em plano secundário, afloraram debates importantes a respeito do racismo, dos fundamentalismos religiosos, do chauvinismo étnico e de gênero, a tentativa de pasteurização das culturas, que se contrapõe à criatividade cultural, o respeito às diversidades e mesmo com a solidariedade.

As discussões sobre o tamanho do Estado, têm provocado a identificação de que em suas fronteiras territoriais está ocorrendo um crescimento das outras formas das organizações, chamadas de subestatais, com as quais, muitas vezes se estabelece o confronto. Além das fronteiras, os conflitos também são notáveis, envolvendo as chamadas forças supra-estatais, que estabelecem regras de conduta, na perspectiva dos interesses das nações centrais e de suas empresas. Em função da globalização, os conflitos que, aparentemente, deveriam ser externos, acontecem dentro dos Estados, tendo em vista que as empresas não são nacionais. Devemos destacar que, gradativamente, e muitas vezes em acelerada velocidade, a comunidade tem conquistado importantes espaços de participação e assim são identificados pontos de crescimento no desenvolvimento da cidadania.

Aí está, portanto, uma imensa contradição da globalização. Como é que ela pode se efetivar em territórios distintos, envolvendo culturas tão diferentes, sem esmagá-las e aos seus processos de manifestação da vida?

Se o capitalismo pensou em aniquilar as lutas ideológicas, contudo, pela globalização neoliberal, afloram outras maneiras das organizações sociais. Neste caso, sob a forma do fundamentalismo religioso reagem culturas que não se conformam com a aniquilação. As religiões, em geral, expandiram-se enormemente, não ficando restritas aos seus locais de origem. As religiões se difundiram e contaminaram todas as culturas. Daí, a aniquilação das culturas não é um caminho que poderá ser transitado sem reação. Principalmente pelo fato de que, pelo menos na aparência, as pessoas identificam e reconhecem a necessidade de respeito e convivência com as diversidades.

Boaventura De Souza Santos²⁵ (2002) considera que *“...longe de significar regresso ao passado, o novo surto de religiosidade exprime, acima de tudo, um ressentimento perante as promessas modernizadoras e progressistas não cumpridas e, portanto, uma grande desconfiança face às instituições que se proclamam arautos dessas promessas, sobretudo o Estado e o mercado. Na periferia do sistema mundial, o revitalismo fundamentalista, sobretudo do fundamentalismo islâmico, deve ser visto em geral como uma resposta ao fracasso do nacionalismo e do socialismo, e como uma alternativa que, ao contrário do que sucedeu em estes dois últimos, não assenta na imitação do Ocidente e na rendição ao imperialismo cultural deste, e antes se baseia na possibilidade de um projeto social, político e cultural autônomo.”*

Os paradigmas da modernidade não foram cumpridos, nem dentro dos próprios países centrais do capitalismo, e, principalmente nunca puderam se concretizar nas sociedades mais empobrecidas do resto do mundo. Esse não cumprimento estimulou o revigoramento de antigos conflitos, assim como permitiu o afloramento de outros. E por isso, os problemas da civilização contemporânea são muito complexos e de difícil superação.

Tendo os paradigmas da modernidade se amoldado ao modo de vida e de produção capitalista, houve uma tentativa de acomodação, com relação: à super-exploração do trabalho e principalmente das periferias, pelos países centrais e pelas empresas; à super-exploração da

* discurso proferido para Movimento de Adolescentes: A Paz é a gente que Faz!

²⁵ Boaventura de Souza Santos [org.] Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

natureza, transformada em riquezas naturais, isso tudo gerando a polarização que se reflete nos imensos contrastes entre o bem estar vivido no centro do sistema, em comparação às periferias referidas. Há muitas pessoas que preferem identificar essa conjuntura como um imenso desafio a ser vencido. Nossa posição, contudo é de que a continuidade e insistência em trilhar caminho de imensas polarizações não poderão produzir bons frutos. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América do Norte, foram modelares para nos demonstrar que os caminhos que estão sendo trilhados trarão muitas dores e sofrimentos para a humanidade. Haja vista as retaliações, previsíveis, promovidas no Afeganistão e que por certo acarretarão mais reações, em curto e/ou médio prazo.

Parece-nos um imenso equívoco acreditar-se que alguns serão vencedores, seja uma cultura, seja um sistema, e que outros serão os vencidos. Os acontecimentos de 11 de setembro demonstraram que os perdedores seremos todos nós, ou seja, será a humanidade. A tentativa de vincular os ataques ao Afeganistão para derrotar o terrorismo, talvez possa ser vendida em alguns lugares. Mas, abriu-se uma imensa brecha nos conflitos entre culturas e, por isso mesmo, modos de viver. Ao invés da tolerância e do respeito às diversidades, na vida real, na prática o sistema reafirmou-se como intolerante e incapaz de cumprir as promessas da modernidade. Sempre restarão os redutos que não estarão dispostos a ceder suas *riquezas naturais*, seus valores históricos e morais, cultuados por milênios.

A crise de Nova Iorque e no Afeganistão parece que foi disseminada por todo o mundo. Há riscos de, aos poucos, ela aflorar em todos os lugares, nas formas de lutas fundamentalistas, étnicas, racismo, criminalidade, e, quem sabe, na perda de controle por parte dos governos, do controle social e até dos territórios nacionais. Esperemos que a crise na Argentina – que tem uma diversidade de causas, não seja uma das primeiras manifestações, no Cone Sul da América Latina, dos desastros produzidos pela tentativa de se estabelecer um controle bélico para garantir a manutenção do modo capitalista de viver. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América do Norte, que se colocam como os *guardiões e defensores do sistema*, são chamados para intervir nos conflitos entre Índia e Paquistão. Também neste momento já existem provocações na imprensa, portanto, entrando na pauta das discussões, que o terrorismo não seria praticado apenas por Bin Laden, mas, também pelo IRA, pelos Bascos, pelos Israelenses e pelos Palestinos, entre tantos outros povos e culturas oprimidos.

Todos esses conflitos, típicos deste mundo globalizado, com empresas de diversas bandeiras em todos os continentes, possuem o condão de esparramar as áreas de conflitos por todas as partes. As tentativas de esmagar alguns processos, ao contrário, parecem estimular a disseminação dos interesses, assim, os pontos de conflitos não ficam mais localizados e sequer podem ser identificados com facilidade. Por isso mesmo, parece-nos que esta sendo construída uma outra forma de embate. Nesta forma, não haverá território e nem lugar específico para o combate.

O certo é que os *guardiões* do mundo, não tem tido muito tempo para pensar nos temas maiores, como por exemplo, qual será o futuro que almejamos para a humanidade. Ficam restritos em tentar solucionar os conflitos locais e/ou regionais, enquanto isso os povos se sentem com a obrigação de retirar o sustento no cotidiano, até por uma questão de sobrevivência. Os grandes encontros das lideranças das Nações Unidas terminam por estabelecer programas e cronogramas de curto e curtíssimo prazo, não englobando uma reflexão mais ampla sobre a vida humana, empurrando os povos para as visões imediatistas e consumistas, nos deslocando das discussões centrais que interessam para toda a humanidade.

Alguns dos temas que deveriam fazer partes das reflexões e que poderiam conduzir as preocupações políticas nacionais e internacionais passam pelos temas éticos e políticos que envolvem os grupos sociais e orientam as ações pessoais. Para essa análise, não podemos ficar na racionalidade científica, que tem a tendência de buscar as soluções na técnica e nas bases jurídicas. O capitalismo tem transmitido seus interesses imediatistas e consumistas para a técnica e para a

ciência. E esse não é o melhor caminho para enfrentarmos os problemas políticos, que precisam contemplar uma forte base ética para serem analisados e resolvidos.

Outro tema importante para ser tratado é a visão possessiva da propriedade privada. Esse é um assunto muito difícil de ser tratado. Há, impregnado em nossa cultura, o culto ao direito à propriedade, mesmo que a ela não se dê o uso adequado, e de acordo com o interesse social. A posse da propriedade privada alimenta uma postura individualista. Talvez, aqui esteja um dos fundamentos nas visões possessivas do meu, do teu. Essa formação psicológica também nos impulsiona para a tentativa de possuir pessoas e grupos sociais. Se não há um grande interesse em participar de grupos sociais democráticos e voltados para a solidariedade, contudo, fica muito forte o pertencer a um grupo que tem características de posse. Como é mais difícil possuir pessoas e grupos sociais, há um contentamento com aquilo que é mais possível, ou seja o acesso à propriedade privada dos objetos e das coisas.

A posse de propriedades num sistema que ensinou que a felicidade é obtida pela compra de objetos, acabou por alimentar a idéia de que o desenvolvimento tecnológico poderá suprir todas as necessidades humanas. Assim, através da racionalidade científica poderão ser supridas todas as necessidades geradas pelo *desenvolvimento* e pelo crescimento econômico.

Todos esses conceitos impregnados nas pessoas e nas sociedades, também se refletem nas relações entre as nações. Assim se desenvolve a filosofia da soberania nacional que precisa manter as características e as bases do sistema, custe o que custar. Apesar do argumento de que vivemos sob a égide da democracia, ficou necessária a adjetivação como democracia liberal, para justificar as formas de proceder. Podemos notar que a manutenção do sistema, garantindo a soberania internacional, está em uma posição de destaque, acima da construção da democracia no relacionamento entre os Estados e nas relações internas dentro de cada território. Tanto é que sempre que houve necessidade, recorreu-se aos aparatos bélicos que puderam levar à guerras civis.

4.1) A CULTURA DO PODER E O PODER DA CULTURA*

Partimos do princípio de que a cultura tem poder revolucionário. Em quase todos os momentos da história, lançaram-se mãos das diversas formas de expressão dos grupos sociais para aprofundar e garantir o controle social, fortalecendo as facetas pelas quais se manifesta ou se organiza o poder. Também, em muitos outros momentos, as manifestações culturais se constituíram em instrumento de contestação e rebeldia social e política.

Em nossa leitura da realidade atual, identificamos que o sistema mundial vigente está ferido de morte. Vivemos em meios a profundas transformações paradigmáticas e epistemológicas. A humanidade está em busca de novos caminhos. Poeticamente, podemos vislumbrar que há perspectivas favoráveis para o futuro da vida humana. Contudo, para que as nossas expressões, sob a égide que todas as suas formas, se constituam em importante meio para a proliferação das novas idéias, das novas ações, consideramos importante recorrermos ao conceito de poder, elaborado por Boaventura de Souza Santos²⁶ (2001).

Para ele, “...*poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual...*”. Aprofundando-nos em suas reflexões, encontramos algumas formas manifestadas de poder que circulam nas sociedades capitalistas:

- O patriarcado – como forma de poder privilegiada no espaço doméstico. Trata-se no sistema de controle do homem e da família sobre a reprodução social da mulher. Mas, nem sempre é no lar que se opera a opressão contra a mulher, na sociedade capitalista. Essa forma de opressão também aparece nos espaços do trabalho e portanto da reprodução da produção, no mercado e mesmo nas diversas instâncias de organização das comunidades, nas quais é relegado um papel secundário e, às vezes, sem nenhuma expressão para as mulheres;
- O fetichismo das mercadorias – que é a forma de poder expressa pelo mercado. Os consumidores são *coisificados*, alienados, ficam impedidos de compreender que enquanto trabalhadores são os criadores das mercadorias. Assim, antes de cidadão, o consumidor é transformado no sujeito do consumo e também no objeto do consumo. Estimulada pelos sentidos, a simbologia das mercadorias produz uma esteticização do consumo e, nesse âmbito, afeta as artes;
- A diferenciação desigual – trata-se da forma de poder que tem seu espaço privilegiado nas diferentes organizações comunitárias. Ela se manifesta no desrespeito às diversidades, mas, tem sua roupagem nas diversidades do racismo. Configura-se como discriminação, preconceito, xenofobia, invenção e identificação dos chamados “*bodes expiatórios*”, nas “*caças às bruxas*”. Está presente na intolerância do gênero, das etnias, das religiosidades.

Todas essas formas do poder, referidas, aparecem de maneira descentralizada e informal e são exercidas nos mais diversos microcentros de poder. Vamos abordar, agora, aquelas formas de poder que têm uma relação mais direta com o centro das instituições político-administrativas:

- A dominação – é a forma de poder que adentra o espaço da cidadania. Esta forma de poder é reconhecida, classicamente, como centrada no Estado, gerada pelo sistema político, portanto, identificando-se como o poder político. Como forma de poder, a dominação é a mais difundida e ganha características de institucionalizada. A radicalidade da polarização, no momento atual, se alimenta na aceitação de que a pobreza e a miséria sempre existiram e sempre existirão. Ela é aceita com uma certa passividade social;

* Discurso proferido no 1º. Fórum Regional de Políticas Culturais; maio de 2002.

²⁶ Boaventura de Souza Santos. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

- A troca-desigual – embora em todas as expressões do poder haja trocas desiguais, contudo, neste caso, a referência é feita para as relações de poder do centro para as periferias do sistema mundial. Trata-se da troca desigual que se constitui na fonte do desenvolvimento desigual; não se fala, aqui, em desenvolvimento sustentável. Não se refere apenas às trocas econômicas, mas também às relações políticas e culturais.

A troca desigual se articula, se fortalece e fortalece todas as outras formas pelas quais se manifesta o poder. O Estado impõem aos cidadãos as políticas de ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e demais instituições do espaço mundial, que são controladas pelos estados centrais e por suas companhias. Nesse mecanismo se articulam as manutenções desde as relações patriarcais – contando com o trabalho não assalariado, sobretudo no espaço doméstico, até na garantia e aprofundamento do fetichismo das mercadorias que também garante o sistema de dominação.

Tais formas de poder são alicerçadas no determinismo econômico e cultural que se constitui no princípio básico da teoria que sustenta o sistema mundial. Por isso mesmo, a integração cultural no sistema mundial vigente desempenha apenas papéis secundários na reprodução da ordem contemporânea. Observemos como são absolutamente desconsiderados os papéis da cultura na formação dos blocos regionais, a exemplo de ALCA, Mercosul e Comunidade Européia. No caso da Rede Mercocidades, que surgiu da contestação municipal ao modelo economicista e de altas cúpulas originais do Mercosul, temos algumas iniciativas que se diferenciam do modelo geral. Este Fórum é um exemplo desta nossa referência.

Mas, na visão teórica e míope do sistema vigente, a história e a economia que “*funcionam*” no mundo capitalista são determinadas. Por isso, nos caberia a função de buscar a transformação da realidade, admitindo-se essa possibilidade, no âmbito de abrangência das utopias.

A derrubada do muro de Berlim; Os acontecimentos de 11 de setembro com as Torres Gêmeas e a morte daquelas – quem sabe –, mais de 20 mil pessoas; o Pentágono; os ataques contra o Afeganistão; a derrocada do sistema na Argentina; os conflitos no Oriente Médio; os riscos de guerra envolvendo a Índia e o Paquistão; a atitude incontrolada de George Bush que se configura como o garantidor da “*ordem mundial*”; todos esses acontecimentos e muitos outros, nos consolidam na defesa da tese de que estamos vivendo uma época de transição paradigmática e epistemológica. Por isso mesmo, vivemos em meio ao *fermento*, em uma intensa transição sócio-política e cultural.

Nossas gerações atuais e as próximas deste início de milênio teremos que nos confrontar com as formas organizativas autoritárias para transformá-las em conhecimentos e práticas emancipatórias. Teremos que, aproveitando as experiências vividas no mundo, organizar os componentes jurídicos da forma democrática de viver, com toda a sua radicalidade. Os novos programas transformadores, revolucionários, exigirão dos produtores e geradores de manifestações culturais uma capacidade inovadora e criativa, livre dos dogmatismos e apta a tolerar e respeitar as diversidades.

Neste I Fórum Regional de Políticas Culturais não temos o direito de ser omissos, prevaricadores. Temos que reiterar nossos compromissos com a humanidade, com nosso presente, com o nosso futuro e com o futuro de nosso planeta. Tenho certeza de que a humanidade pode esperar das pessoas que aqui compareceram, para este Fórum, o maior e mais complexo compromisso e amor pela Vida.

Viva a Vida!

4.2) DEMOCRACIA PARA EMANCIPAÇÃO

Se o sistema é concentrador e autoritário, colocando-nos diante desta terrível crise civilizatória, somente resta para os povos e para os Municípios se rebelarem contra esse estado das coisas e buscar novos caminhos.

Para que haja um bom conteúdo na análise do tema referido, consideramos indispensável que tomemos para leitura o texto “DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: Os Caminhos da Democracia Participativa”, escrito por Boaventura de Souza Santos e publicado em 2002 pela Editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro.

O autor nos mostra que o século XX promoveu uma imensa disputa em torno da questão democrática. Primeiro a discussão ocorria em torno da desejabilidade da democracia; pelo fato de acontecerem duas guerras mundiais, nesse período, discutiu-se com ênfase as restrições e as formas democráticas da participação. A forma hegemônica de democracia ficou fixada nos limites dos procedimentos eleitorais para a formação de governos.

Por volta do ano de 1980, com o desmonte do Estado de bem estar social, através de intensos cortes nos investimentos em políticas sociais, reabriu-se em diversas partes do mundo a discussão sobre o significado estrutural da democracia, principalmente para os países mais empobrecidos, localizados no hemisfério sul. Daí, fortaleceu-se o debate sobre as diversas formas da democracia e, portanto, sua variação, que na verdade se concretiza com a discussão sobre a qualidade da democracia.

Um dos efeitos positivos da globalização foi permitir que as diversas culturas passassem a conhecer experiências democráticas, gestadas em diversos países, inclusive as desenvolvidas por dentro, no interior do Estado nacional.

O conceito e a forma hegemônica de democracia, a democracia representativa, fortemente elitista e vigente a partir do hemisfério norte, buscou se impor em todas as partes do globo. Com isso, foram ignoradas e desmerecidas as experiências suscitadas com maior ênfase nos locais (por exemplo, municípios) e no interior dos Estados nacionais, a exemplo do que acontece no Brasil, na Índia, em Moçambique e na África do Sul, entre outras.

Para um governo que se estabelece no local, a compreensão da imposição de um modelo de democracia tornou necessária a discussão que fundamenta a escolha dos caminhos para a construção de novas práticas. Gradativamente, nos conduzimos para a **opção por ações rebeldes, sem aceitação do conformismo.**

4.2.1) REBELDIA E FORMAS DO PODER

Para optarmos pela ação rebelde, reconhecemos e distinguimos pelo menos seis formas de manifestação do poder: 1) patriarcado; 2) exploração (em todos os níveis sociais e econômicos, coletivos e individuais); 3) fetichismo das mercadorias; 4) diferenciação identitária desigual (classe social, etnia, gênero, religiosidade na sociedade multicultural); 5) dominação; 6) troca desigual (típica das relações norte/sul, mas também em nossas vidas, no cotidiano). São formas de poder que se expressam todos os dias entre as pessoas, grupos sociais nacionais e internacionais, formais e informais. Para Boaventura de Souza Santos, as contraposições a essas formas de poder são, para exemplificar: 1) a **democracia participativa** confronta a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual; 2) a **produção alternativa** confronta em especial a exploração, o fetichismo das mercadorias e a troca desigual; 3) o **multiculturalismo emancipatório**, as justças e cidadanias alternativas confrontam em especial a diferenciação identitária, a dominação e o patriarcado; 4) a **biodiversidade e seus conhecimentos** confrontam a troca desigual, a exploração e

a diferenciação identitária desigual: 5) o **novo internacionalismo operário** resiste em especial à exploração, à troca desigual e ao fetichismo das mercadorias.

Só podemos promover a emancipação social, o que será consequência das ações rebeldes, se oferecermos resistência a todas essas formas do poder. E, mais importante ainda, todas essas formas do poder precisam ser combatidas simultaneamente. Para Boaventura de Souza Santos, *"...Uma estratégia demasiadamente centrada na luta contra uma forma de poder, mas negligenciando todas as outras, pode, por mais nobre que sejam as intenções dos ativistas, contribuir para aprofundar em vez de atenuar o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu cotidiano."*

Daí, a nossa experiência de construção da democracia em Rio Claro tem procurado responder a pergunta formulada por Schumpeter em 1942, no seu livro clássico "Capitalismo, Socialismo e Democracia: é possível que o povo governe?". Para Schumpeter o processo democrático é: *"...um método político, isso é, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas."* Isto nos parece muito pouco.

A questão que precisa ser esclarecida é se as eleições esgotam os procedimentos de autorização dada pelos cidadãos que são diferentes. A questão da democracia não é, na essência, a questão da burocracia. Afinal, na medida em que o Estado foi assumindo responsabilidades, a burocracia foi se tornando insuficiente para resolver os grandes problemas; veja-se por exemplo a segurança pública e tantos outros que as diversas autoridades dizem que somente poderão ser enfrentados com a participação das comunidades.

Assim, a cidadania é chamada para ajudar a resolver os problemas que o Estado e sua burocracia se imaginavam competentes. Em outras palavras, imaginava-se que a complexidade dos problemas da economia de mercado exigiria cada vez mais especialistas, tecnicamente bem preparados. Principalmente os economistas, os juristas, os técnicos saberiam como resolver os problemas da sociedade de consumo. Ledo engano; confirmamos esse equívoco em Rio Claro. Pelas limitações do Estado, da burocracia, sabemos da importância de desenvolvermos com toda qualidade nosso Poder Local.

Assim, volta a ser inserido o debate sobre a democracia e a criação de seus arranjos participativos. Reorganiza-se o debate sobre a participação democrática e o sistema de representação que precisa levar em conta, pelo menos três dimensões: 1) a autorização (a eleição é uma forma de autorização?); 2) a identidade (todos os setores em suas diversidades são representados?); 3) a prestação de contas (apresentar as contas para os canais burocráticos competentes é suficiente?). E é exatamente pela dificuldade da prestação de contas e pela diversidade de identidade dos representados que a democracia representativa tem suas enormes e maiores limitações.

As experiências de construção da democracia participativa têm demonstrado que ela está vinculada aos procedimentos que desenvolvem uma forma de vida e de aprimoramento da convivência humana. Trata-se de reconhecer a pluralidade humana. No dizer de Boaventura de Souza Santos, é *"...a criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, ou seja, a procura de uma institucionalidade da democracia."* Pelo que estamos vendo, os movimentos sociais, com ações rebeldes, assumem seus papéis políticos, promotores das transformações nas práticas dominantes, ampliando a participação cidadã – participar significa influir diretamente nas decisões e controlar as mesmas –, constituindo-se em canais para inserção dos atores sociais excluídos. O autor destaca também que, na medida em que o Estado promove essas experimentações em seu interior, ele mesmo se transforma em um **novíssimo movimento social**. Trata-se da **reinvenção da emancipação social**.

Por fim, nossa proposta principal, neste momento, é para que aprendamos a abrir mão de nossas decisões, em favor das formas participativas de decidir e ter controle sobre as ações. Nesta nossa

fase de construção da democracia, temos procurado promover a intercomplementaridade nas formas de democracia participativa e democracia representativa. Mas, sabemos que delegar poder é fortalecer nossas ações rebeldes diante da hegemonia do conceito de democracia importado do hemisfério norte.

Para que nossa rebeldia na ação se concretize com conseqüências e responsabilidades, precisamos ter coragem de enfrentar, com determinação e serenidade, pelo menos as formas de poder com as quais convivemos, em nós, nos grupos sociais com os quais participamos e nas nossas providências administrativas. Todas as formas de experiências participativas bem formuladas precisam ser estimuladas em nossas práticas cotidianas. Assim, nossas práticas serão perenes, não sofrerão retrocessos e estaremos contribuindo com o movimento emancipatório da humanidade.

Apesar da compreensão teórica desses conceitos e desses propósitos, continuamos convivendo com nossas limitações impostas pela cultura na qual vivemos e que é essencialmente competitiva, imediatista e centralizadora. Nessa limitação de nossa formação estão as dificuldades impostas por nossa experiência administrativa. Principalmente pelo fato de que fomos buscar para compor nossa equipe de Governo pessoas íntegras, honestas, bem intencionadas, mas com diferentes formas de ler o mundo e as realidades. Essa diversidade, e as variáveis nos tempos que as pessoas necessitam para amadurecer sobre um determinado assunto também têm seus aspectos positivos, contudo, nem sempre contribuem com a intercomplementaridade e integração necessária nas ações de governo. Por isso, a humildade, a paciência e a serenidade se tornaram os ingredientes mais usados durante todo o processo de construção da equipe e da definição de suas práticas. Trabalhar com as diferenças individuais dentro da equipe se constituiu num grande desafio que permeou todos os anos da Administração Municipal. Procurar conhecer melhor cada um dos companheiros desta enorme missão solicitou que houvesse uma busca na filosofia e nas motivações da vida para cada um.

4.3) A CIDADANIA NA CIDADE MULTICULTURAL*

Para que os indivíduos encarnados no Planeta Terra se completem e se realizem como cidadãos precisam se reconhecer em seu território. O saudoso geógrafo Milton Santos²⁷ (1978) considerava que o território é uma das poucas coisas que o indivíduo tem de permanente e caracteriza o “nosso quadro de vida”. É indispensável o conhecimento do território, tê-lo sob seu próprio controle para circulação e para possuí-lo de forma afetiva. Assim se desenvolve uma perspectiva de futuro, evitando-se a perda do sentido de sua existência individual e do grupo social no qual está inserido. Para os que possuem uma visão universalista – o que Milton Santos também possuía, ainda assim, aqueles que vivem na Terra, precisam de um referencial, de um lugar com o qual trocam afinidades.

* 2º Fórum Regional de Políticas Culturais - Rio Claro/maio de 2003.

²⁷Milton Santos. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel Editora, 1978.

TERRITÓRIO E LUGAR

Nos territórios de quase todo o planeta Terra desenvolvem-se diversos elementos e ações que, através dos tempos, permitem ao indivíduo a identificação dos seus lugares. No território-lugar, onde os homens e mulheres construíram suas histórias e por eles foram construídos(as), são oferecidas muitas das condições de desalienação. Por isso, o autor considera que o espaço é também uma condição de alienação e/ou desalienação.

Essas condições que caracterizam os lugares também são reconhecidas por Pierre Lèvy²⁸ (2001), que afirma: *“Temos necessidade de ser produzidos e reproduzidos como seres humanos no interior da cultura (...) Quando a tradição evolui rápido demais ou desaparece, os indivíduos tornam-se desadaptados e são ameaçados de morte psíquica (...) Se constata no caso de populações inteiras de países ditos “desenvolvidos”, cujas tradições de vida – enraizamento num certo tipo de trabalho, de profissão, de solidariedade local ou social- são brutalmente questionadas pelo movimento da globalização.”*

É certo considerarmos que o sujeito produz sua cidade e que a cidade também é responsável pela produção de seus sujeitos, o que acontece de maneira simultânea, concomitante. É por isso que podemos considerar as cidades e seus lugares como laboratórios onde se desenvolvem muitos experimentos. São experimentos na área da política, da economia, da cultura, da religião, da ética, em todas as áreas da vida e também dos objetos fixos. As cidades têm nos formado numa visão competitiva que estimula o individualismo. As pessoas são gestadas com uma visão mercantil que, segundo Pierre Bourdieu - citado por Maria Laura Silveira²⁹ (2001), deseja introjetar na sociedade um espírito de cálculo e de previsão, visando “aparecer como incontestável porque a racionalidade é a atmosfera da qual se alimenta.”. Essa visão positivista, que desconsidera e se contrapõe aos movimentos que afetam e redirecionam os processos sociais e culturais, busca implementar uma postura consumista, que se antecipou ao desenvolvimento da cidadania. Essa forma consumista de viver, desrespeita as culturas locais, podendo acarretar a falta de perspectiva de futuro, deixando sem sentido a existência humana e suas diversidades.

Mas, as maneiras como pensamos a ação da cultura nas cidades, nossos lugares, são rebeldes e quase sempre revolucionárias. Refletimos em nossos lugares a luz de processos solidários de vizinhança, onde se compartilham as emoções e os sonhos, as expectativas da solidariedade global.

O atual modelo de racionalidade científica, analisado por Boaventura de Souza Santos³⁰ (2001), apresenta sinais muito fortes de que *“(...) atravessa uma profunda crise.”*, convivendo com a derrubada das carcomidas estruturas do paradigma dominante. O autor conclui que essa crise não é apenas profunda, mas, irreversível; contraposta por uma verdadeira revolução científica, iniciada em Einstein e a mecânica quântica, sem fim previsível e cujos sinais existentes apontam para novo paradigma que, neste momento, somente apresenta alguns indícios, ainda não muito claros. Contudo, *“(...) o mundo senil, velho está prestes a morrer, e viverá na História, como hoje acontece aos tempos da Idade Média, com seus costumes bárbaros e suas crenças supersticiosas.”*

O descrédito nas velhas instituições democráticas está revelado pela revista The Economist, citada por Eduardo Galeano³¹ (2002), que registra que mais da metade da população latino-americana não crê no sistema democrático dos governos neoliberais. É Galeano que também questiona se afinal a democracia consiste somente no direito a votar de quatro em quatro anos? Não é possível que as pessoas continuem a votar em um candidato se depois serão governadas por outro, aquele que não cumpre os compromissos assumidos no período eleitoral. Eduardo Galeano reforça sua crença na força popular ao esclarecer que a *“democracia somos nós, expressa pelo povo*

²⁸ Pierre Levy. A Conexão Planetária: o Mercado, o Cibernético, a Consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

²⁹ Maria Laura Silveira.

³⁰ Boaventura de Souza Santos. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

³¹ Eduardo Galeano. The Economist, 2002.

*argentino, nas ruas de suas cidades, derrubando uma seqüência de governantes de plantão. O povo mobilizado, nas ruas de Buenos Aires, as milhares de pessoas reunidas em Porto Alegre no Fórum Social Mundial, são sinais dos novos tempos. A população mundial, cresce em organização, se une e deixa claro que o atual modelo que nos é imposto não pode seguir a frente.”*³²

O atual modelo, fundamentado nos princípios da racionalidade tecno-científica, sustenta suas bases na globalização do capital, na concentração das populações em áreas urbanas, radicalizando as polarizações e, conseqüentemente, os conflitos. Milton Santos³³ (1965) já ressaltava que o capital tomou conta do espaço total, produzindo o espaço global do capital. A tecnologia ganhou força autônoma, submetendo a natureza a uma verdadeira super exploração. Natureza transformada em mercadoria. A circulação das mercadorias, em seu sentido mais geral, foi acelerada e tem a importante função de instrumento da acumulação em escala mundial. As tecnologias encurtaram distâncias, reduziram os tempos, possibilitando que os sistemas de comunicações externem a globalização dos interesses, dos negócios entre nações e grupos empresariais.

Nessa realidade, vivemos também o tempo dos grandes contrastes, reflexos das polarizações que caracterizam a nova divisão internacional do trabalho e beneficiam as pessoas e os agrupamentos que possuem acesso aos recursos tecnológicos. É evidente que o acesso à tecnologia demanda investimentos de capitais; por isso, os povos mais instrumentalizados são também aqueles que possuem mais chances de se atualizar, de se desenvolver, e, portanto, saírem vencedores nestes trágicos processos competitivos.

Nessa fase do desenvolvimento do capitalismo mundial consolidam-se as posições privilegiadas para os fortes e de desvantagem para os mais fracos. A competição, sob o fetiche da “qualidade total”, torna-se a expressão da ordem que aspira a competitividade. Endossamos a afirmação de Milton Santos³⁴ (1965): “...assim se instalam ao mesmo tempo, não só as condições de maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija.” Para as populações dos países que são periféricos aos países centrais do capitalismo não resta outra alternativa senão buscar o fortalecimento na solidariedade e na cooperação ou minguar e perecer à margem do mundo. Este é um dos principais motivos que estimularam imensos e irresistíveis movimentos migratórios.

O atual modelo gerou seres fundamentalmente desterritorializados. Assim, considera Felix Guattari³⁵ (1992). “...com isso seus territórios etológicos originários –corpo, clã, aldeia, culto, corporação...- não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado.”. Uma pesquisa elementar poderia ser tentada em nossas cidades: quantos de nossos habitantes são originários de outros lugares, ou seja, quantos vivem no lugar onde nasceram e se educaram?

O modelo imposto para a vida ocidental, que tem buscado sua mundialização apesar de exigir o nomadismo, contudo, quase sempre o transforma em problema sócio-econômico, travestido com as roupagens de lutas religiosas e/ou étnicas. Quantos são os africanos, asiáticos, latino-americanos impedidos de entrar nos países centrais do capitalismo e tratados como invasores? Muitos desses ‘invasores’ foram atraídos para as cidades do mundo desenvolvido, destinados a ocupar os postos de trabalho tidos como menos dignos e brutos, rejeitados pelos cidadãos autóctones.

Em nossos países periféricos do capitalismo, as populações das regiões menos desenvolvidas são atraídas para nossas grandes cidades, participam da construção urbana e rural e,

³² Eduardo Galeano. Caros Amigos, 2000.

³³ Milton Santos. A Cidade nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

³⁴ Op. Cit.

³⁵ Felix Guattari. CAOSMOSE: Um Novo Paradigma Estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

quase sempre, ficam marginalizadas e ofendidas como populações invasoras. A etnia, a cultura de um povo, lhe dá singularidade. Principalmente no mundo globalizado, as pessoas precisam manter alguns vínculos, precisam ter algo de si, de seu. Os desterritorializados, pelo desrespeito que o sistema estimula contra suas culturas, também são desculturalizados. Seu lugar de origem estava onde os homens e as mulheres, juntos, sentiam, viviam, se emocionavam. Tudo isso fica no passado e na lembrança, gerando sofrimento mental e uma imensa sensação de perda.

O modelo imposto, apesar de nem sempre externar esses interesses, na prática buscou aniquilar as diferenças ideológicas, contudo, a globalização neo-liberal não foi suficiente para impedir o afloramento e a revitalização de outras formas de organizações sociais. Sob a forma de fundamentalismo religioso reagem culturas que não aceitam a aniquilação. As religiões, em geral, expandiram-se enormemente, não ficando restritas aos seus locais de origem. As religiões, que estavam restritas no espaço, difundiram-se e contaminaram todas as culturas. Daí, a tentativa de aniquilar culturas para atender os interesses do capital. Não é um caminho de fácil trânsito, sem que ocorram radicalizações e reações. Principalmente, pelo fato de que, pelo menos na aparência, as pessoas reconhecem a necessidade do respeito e da convivência com as diversidades. Para Boaventura de Souza Santos³⁶ (1997) *“...longe de significar regresso ao passado, o novo surto de religiosidade exprime, acima de tudo, um ressentimento perante as promessas modernizadoras e progressistas não cumpridas e, portanto, uma grande desconfiança face às instituições que se proclamaram arautos dessas promessas, sobretudo o Estado e o mercado. Na periferia do sistema mundial, o revitalismo fundamentalista, sobretudo do fundamentalismo islâmico, deve ser visto em geral como uma resposta ao fracasso do nacionalismo e do socialismo, e como uma alternativa que, ao contrário do que sucedeu em estes dois últimos, não assenta na imitação do Ocidente e na rendição do imperialismo cultural deste, e antes se baseia na possibilidade de um projeto social, político e cultural autônomo.”*

O certo é que os paradigmas da modernidade não foram cumpridos satisfatoriamente dentro dos próprios países centrais do capitalismo, e, principalmente, nunca puderam se concretizar nas sociedades mais empobrecidas do resto do mundo. Esse não cumprimento estimulou o revigoramento de antigos conflitos, favorecendo o afloramento de outros. Por isso, os problemas da civilização contemporânea são muito complexos e, parece-nos, feriram de morte o modelo vigente. Nossa posição é de que a continuidade e a insistência em trilhar esse caminho de imensas polarizações não permitirão que alcancemos bons frutos. Os acontecimentos que explodiram em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América do Norte, vinculados aos desdobramentos no Afeganistão e, mais recentemente, no Iraque, foram modelares para nos demonstrar que os caminhos que estão sendo trilhados trarão muitas dores e sofrimentos para a humanidade. Há um imenso equívoco em acreditar-se que alguns serão vencedores, seja uma cultura, seja um sistema, e que outros serão os vencidos. Os acontecimentos bélicos demonstram que os perdedores seremos todos nós, ou seja, a humanidade.

A crise de Nova Iorque parece que se disseminou por todo o mundo. Essa e/ou outra justificativa poderão ser apresentadas para aflorarem nos lugares, as formas de lutas fundamentalistas-religiosas; étnico-racistas; a criminalidade enquanto forma de expressão da violência, produzida pelo modo de vida imposto pelo modelo hegemônico. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América do Norte, que gostam de fazer o papel de ‘guardiões e defensores do sistema’, juntamente com seus aliados, se colocam como mediadores dos conflitos esparramados por todas as partes do globo. Esta tarefa, assumida pelos ‘xerifes’ do mundo, tem justificado a manutenção de campos de concentração com seres humanos acorrentados e enjaulados, tratados como animais irracionais. Atitudes, cuja análise caberia a um tribunal internacional, que as avaliasse e julgasse como crimes em nada diferentes ou com características menos atrozés àqueles cometidos nos campos de concentração durante a segunda guerra mundial. Imagens filmadas e

³⁶ Boaventura Souza Santos. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

expostas em programas de televisão mostram o tratamento atribuído aos membros do Taleban, prisioneiros e confinados em Guantanamo, e da falta de atendimento humanitário nas ruas de Bagdá e outras cidades iraquianas.

Nos países da América Latina temos visto a disseminação e o crescimento das igrejas cristãs, católicas e evangélicas, pelas bordas das cidades. Homens e mulheres apagados e não reconhecidos em suas origens, em seus antigos locais de vida, tendo perdido seus vínculos com as culturas primárias buscam se afirmarem em uma nova identidade. A religiosidade, surgindo como fator de acolhimento, buscando religar as pessoas humanas, re-elabora vínculos com outros seres e com a finitude humana. Através dessas religiões, homens e mulheres estão procurando um significado, um sentido para suas vidas.

O fato de algumas dessas alternativas orientarem-se por hierarquias e estruturas de poder vem acompanhado do apelo para que se mantenham fixas as tutelas. Se desenvolvidos com esses princípios autoritários, os processos religiosos não conduzem as pessoas para a libertação e nem há disponibilidade para experiências acumuladas na direção de movimentos emancipatórios. Mesmo assim, torna-se indispensável o crescimento do senso da tolerância. A multiculturalidade tem que ser reconhecida como o campo das diferenças, das trocas e das construções a partir das diferenças. Respeitar as diferenças precisa se constituir na base para a possibilidade da convivência.

Se o modelo vigente desrespeita as diferenças étnicas e culturais, esse também é o seu trato para os assuntos do gênero. O mundo socialmente construído tem sido essencialmente masculino. Mesmo que não se possa reconhecer uma sociedade masculina, singular, contudo, tem sido assim o sistema de vida humano. Boaventura de Souza Santos³⁷ (2001) aborda o caráter sexista adotado pela ciência moderna, a qual é disseminadora de conhecimentos e formas de viver, contaminando as formas de organização das sociedades. O autor citado reforça essa análise ao afirmar que os *“Estudos feministas, sobretudo os dos últimos vinte anos, tornaram claro que, nas concepções dominantes das diferentes ciências, a natureza é um mundo de homens, organizado segundo princípios socialmente construídos, ocidentais e masculinos, como os da guerra, do individualismo, da concorrência, da agressividade, da descontinuidade com o meio ambiente.”*

Essa forma autoritária de reconhecer o mundo e o que nele acontece ignora o próprio movimento da criação. A mulher, o feminino é essencialmente criador e gerador. E as relações humanas devem ser amorosas e, portanto, não há como dissociá-las da existência e da valoração de feminino e masculino. Repensar a ciência moderna e as bases da própria organização social implica na reconstrução de valores. Diante da complexidade da vida, haverá necessidade de serem revistas as formas de conviver com os outros e conosco mesmos. Esse é um bom caminho para nos ajudar nos processos de construção da cidadania.

As transformações necessárias passam, obrigatoriamente, pelo desenvolvimento da tolerância, do reconhecimento do valor da(o) outra(o) e das(os) outras(os). O reconhecimento e o respeito das diversidades são características indispensáveis da construção da democracia. O modelo da globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas, as culturas - expressas por suas vestimentas, religiosidade, idiomas, culinária, música, comércio, enfim, os estilos de vida e até mesmo os valores que se diferenciam nos tempos e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses das corporações globalizantes. E isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e mais rica quando se expressa através das diversidades biológicas, sociais, econômicas e culturais.

As idéias dominantes em uma época, são sempre as idéias da classe que domina. Quando podemos identificar idéias que se diferenciam daquelas que dominam, que poderão revolucionar uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formam os elementos de

³⁷ Boaventura de Souza Santos. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

uma nova sociedade. Os processos que humilham nossa gente por séculos produziram sofrimentos dilaceradores. Não há razão, qualquer que seja, capaz de justificar e capaz de nos fazer aceitar esses sofrimentos que foram impostos sobre nossos antepassados e mesmo contra nossas gerações. Basta olharmos ao nosso redor e identificaremos quantas são as vítimas que vivem em nossos tempos e dentro de nossas cidades. Situações que em geral nos foram apresentadas como irreversíveis e naturais. Com essa visão determinista não concordamos. Nos fortalecemos na busca que nos agita e estimula, apontando os novos caminhos e confirmando nossa imensa ânsia de viver. Assim, mais à frente está o paradigma emergente que consideramos eco-socialista. Esse paradigma afere o desenvolvimento social pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais. Para Boaventura de Souza Santos³⁸ (1997), esse paradigma eco-socialista decorre de um diálogo intercultural muito amplo. Sua base é dupla, por um lado, estão as necessidades humanas, que poderiam ser reconhecidas sem muitas diversidades. Por outro lado, todas as culturas têm o valor de dignidade humana, o qual, sendo único, permite uma hermenêutica transvalorativa e multicultural. O novo paradigma é essencialmente democrático, promovendo a transformação das diferentes raízes do autoritarismo e das múltiplas formas pelas quais ele se manifesta: seja através do patriarcado, da exploração do fetichismo das mercadorias, da diferenciação identitária desigual, da dominação ou da troca desigual.

Todas essas formas de manifestação do poder precisam ser combatidas pelo fortalecimento e recriação da democracia participativa, pelo estímulo à produção alternativa, pelo reconhecimento e estímulo ao multiculturalismo emancipatório e à cidadania alternativa, pela proteção e preservação das biodiversidades e pela valorização e incentivo para novas práticas internacionalistas.

Todas as formas de manifestações culturais poderão contribuir, como já fazem ao longo da vida da humanidade, para a construção desses processos emancipatórios, propondo a formulação de um novo contrato social, libertário e capaz de se aprofundar na imensidão dos seres, construindo uma nova forma de viver para a humanidade.

Nossos votos são para que os trabalhos neste 2º Fórum Regional de Cultura contribuam nesta nova busca civilizatória.

4.4) PELO AMBIENTE DA FELICIDADE

Algumas indagações nos perseguem durante a vida. Queremos saber de onde viemos, o que estamos fazendo aqui e para onde vamos após a morte. São indagações importantes que em muitos momentos abalam nossas convicções e nos deixam perplexos, diante das variedades dos pensamentos que as abordam. A falta dessas respostas, em muitos casos, oprime e provoca crises interiores quase intermináveis. Somos frutos do acaso? Ocaso dos movimentos químicos e físicos do cosmos? Originamo-nos do barro amassado e transformado em seres humanos? Simplesmente, filhos de Deus? Somos o resultado da combinação de todas essas complexas procedências?

As filosofias, desde os tempos mais remotos, elaboram teorias e conceitos que buscam apaziguar e/ou orientar a humanidade nessas reflexões. A origem e o passado da vida humana são temas que incomodam muitas pessoas. Em geral, contudo, as explicações acabam sendo buscadas em confissões religiosas. A compreensão de que os mistérios, muitos dos quais somente “conhecidos por Deus”, se não satisfazem as consciências, pelo menos não favorecem a formulação de outras indagações. Afinal de contas, ao inexplicável, ao mistério, não cabem outras indagações. Qualquer que seja a resposta encontrada pela mente humana para se acalmar diante dessas importantes

³⁸ Boaventura Souza Santos. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

perguntas, surgirão diversas outras questões que incomodam e nos impulsionam ao longo da trajetória da vida.

Uma parcela significativa das concepções cristãs considera que o sofrimento é um bom conselheiro e, quando suportado com dignidade e sem revolta, aprimora os sentimentos humanos, aproximando-nos de Deus. Também há orientações para a compreensão de que a “felicidade não é deste mundo” e que “vivemos em um vale de lágrimas”. Apesar desses ensinamentos, em geral não encontramos pessoas que se esforçam ou que desejam ser infelizes, procurando os sofrimentos. Ao contrário, ao longo de nossa vida, temos encontrado pessoas que buscam a felicidade e que se esforçam para evitar as diversas formas de sofrimento. Quando dizemos que o objetivo de todos é a conquista da felicidade, ouvimos muitos burburinhos, quase todos concordando com a afirmação. A verdade é que pouquíssimas pessoas, ou quase ninguém em estado de sanidade mental, se esforça para ser infeliz – as experiências de autoflagelo e autodestruição constituem-se em situações especiais.

Apesar do imenso desejo de serem felizes, as pessoas se indagam: *qual será a fórmula da felicidade?* Facilmente encontramos muitas pessoas que estão vivendo atormentadas, descontentes, oprimidas, tristes, mas que gostariam de encontrar os caminhos para serem felizes.

Ricos ou pobres, sejam eles homens ou mulheres, crianças, adultos ou idosos, independente de etnia, queremos ser felizes. Mais do que isso, merecemos ser felizes.

Temos aprendido também que “o dinheiro não leva à felicidade”, mas “que ajuda, ajuda!”. Queremos (e temos o direito de) consumir pelo menos o indispensável para viver, de nos sustentar pelo nosso trabalho. Não é possível a paz interior sem o indispensável para viver, assistindo e acompanhando o sofrimento material de filhos e parentes, conjuntamente às nossas próprias carências e necessidades fundamentais insatisfeitas. Mas a capacidade elevada de consumir também não é garantia para a paz interior e compartilhada.

Se capacidade de consumir fosse garantia da felicidade, nos países desenvolvidos não haveria tantos suicídios ou sofrimentos interiores! Parece-nos que a visão competitiva daqueles que imaginam que a ela devem se submeter tem provocado muitos sofrimentos e conflitos. É aparentemente paradoxal o fato de que entre populações empobrecidas encontramos muitos que compartilham do *pão*, em prática de solidariedade.

Parece-nos correta a percepção de que as relações de poder têm estimulado o desenvolvimento dos sentidos competitivos entre as pessoas, povos e nações, tornando-nos individualistas e sujeitos ao “salve-se quem puder”. Esse princípio nas relações sociais não fica restrito aos negócios, mas contamina diretamente as pessoas e as relações interpessoais. **A competição desmedida nos tem distanciado da solidariedade.** Mesmo assim, é muito comum encontrarmos pessoas solidárias e registrarmos mobilizações sociais, em favor de campanhas de solidariedade. Parece-nos que a humanidade está marcada pela índole da solidariedade, apesar do esforço da visão neoliberal em desenvolver a cultura da competição e do individualismo. É o método que deseja desenvolver e impor a cultura da violência, da insegurança, da dependência, da opressão, do medo e da guerra.

A filosofia oriental ensina que “... amor, paciência, tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros”, e são consideradas como qualidades básicas para os seres humanos. Seguindo por essa mesma esteira do conhecimento, consideramos que a felicidade também exige de nós: 1) a perspectiva ou a fé no futuro (para onde estamos conduzindo nossas vidas e nosso planeta?); 2) a harmonia na consciência (quanto temos nos esforçado para construir um mundo de solidariedade, de não-submissão, libertário, emancipatório para todos os seres?); 3) as necessidades humanas básicas e fisiológicas satisfeitas (nós e os demais seres humanos temos o necessário para viver com dignidade?). Pelo que se vê, é indispensável o cultivo de valores que nos transformem em pessoas boas, capazes de estabelecer relações interpessoais construtivas. Assim,

poderemos contaminar as inter-relações – entre povos e nações –, as fronteiras – entre pessoas e nações –, que talvez, num dado momento, sequer precisarão existir.

Nas relações de poder se desenvolvem valores éticos e a visão de moralidade com todos os elementos que a fundamentam. Assim, há um imenso distanciamento, um verdadeiro fosso colocado entre os valores que se coadunam com a busca da felicidade e aquelas características competitivas e individualistas impostas pelo mundo moderno, aceleradas na concepção neoliberal.

Não faz muito tempo, em grande parte de nossas cidades do interior de São Paulo, raramente ouvíamos falar em crimes e assassinatos. Todos passamos a conhecer situações em que jovens roubam e às vezes matam para obter um tênis de marca, bicicletas, depois motos e carros. Uma morte violenta geralmente produzia comoção em todos os habitantes do lugar, nada havia de banalidade. Há não muito tempo, as drogas pesadas mais conhecidas eram as bebidas alcólicas e os cigarros. Na geração dos anos dourados, pouco se ouvia falar em consumo de drogas, atualmente em processo de vulgarização. Podíamos andar pelas ruas à noite, sendo comum encontrarmos famílias que colocavam as cadeiras nas calçadas para o “bate-papo”. As portas e janelas de nossas casas ficavam abertas, sem qualquer risco de furto ou roubo. Não faz tanto tempo e podíamos deixar as portas e janelas dos carros abertas, sem necessidade de alarme ou travas especiais.

Não há saudosismo nessas afirmações. Há, sim, a constatação do óbvio, vivemos um outro tempo. Mas também vivemos uma imensa crise ética, de valores impostos por um processo de globalização que transformou as pessoas em mercadorias. Em outros tempos, as crises humanas e da humanidade tinham outras origens, que não as atuais, apesar de que todas elas estavam envolvidas nos processos imperialistas de dominação do mundo e das pessoas, na imposição dos modos de produzir.

Todos esses tipos de sofrimentos podem ser vencidos, não precisam ser mantidos. A sociedade moderna valorizou o consumismo, os prazeres rápidos e imediatistas que acarretam imensos sofrimentos, perfeitamente evitáveis. Não são frutos das condições impostas pela natureza, não somos determinados por eles. São todos criados pelas formas e estruturas de poder que moldaram nossas consciências.

Desenvolvemos conceitos eivados de fetiches, firmados em princípios materiais de que podemos comprar a felicidade. E essa compreensão das sociedades modernas, desenvolvida por nossas gerações, muitas das quais ainda em vida, nos distanciaram de nós mesmos, do nosso íntimo. Nesta forma de viver, temos uma imensa dificuldade para manifestar nosso afeto pelo outro, de nos colocarmos como colaboradores, como companheiros. A tônica é a da disputa, do medo de ser vencido, de ficar em uma posição inferior, de submissão. Somos impulsionados para a posição solitária, para a perda da maioria dos laços afetivos. No tempo moderno, na maior parte das vezes não nos sentimos valorizados apenas pelo fato de fazermos parte de uma comunidade, sem precisar de maior brilho ou destaque do que os demais componentes.

Mas, se a sociedade moderna nos impulsionou por descaminhos, também através dela construímos muitos valores que nos conduzem para a felicidade. Nem poderíamos imaginar que, através da eliminação dos avanços tecnológicos e dos bens materiais, produzidos pelo trabalho humano, teríamos uma forma de viver satisfatória. Não vamos abrir mão dos avanços tecnológicos na área da saúde, as vacinas por exemplo, da energia elétrica e das formas de comunicação. É justamente através dos sistemas de comunicação que temos oportunidade de conhecer os *diversos mundos* das nações, reconhecendo-se as diversidades e desenvolvendo o senso crítico do respeito pelo outro e por seus costumes. O sistema de comunicações tem nos ajudado a reconhecer e valorizar as diversidades.

Também tem nos mostrado o resultado da intolerância humana e de nações hegemônicas e imperialistas que dominam o mundo e as culturas, pela força das armas, a *guerra preventiva*. Tem nos ajudado a reconhecer que a humanidade superexplora a natureza e aponta para os imensos

riscos da autodestruição da vida em nossa casa, o planeta Terra. Por isso, nos manifestamos de forma contundente contra a guerra que pretende estabelecer a dominação sobre as nações, as culturas e se apoderar dos bens naturais, recursos naturais que são os instrumentos de manutenção do sistema explorador e fonte de riqueza, cada vez mais concentrada nas mãos dos países centrais do capitalismo, representados por corporações despatriadas.

Os dados modernos, inclusive do censo de 2000 no Brasil, nos mostram que nunca tínhamos atingido números tão elevados em matéria de alfabetização no mundo, apesar do enorme número de analfabetos funcionais. Também nunca tínhamos sido tão concentradores da riqueza e da posse da terra. Enfim, os avanços proporcionados pela modernidade, ainda que tenham produzido enorme concentração de renda e da riqueza, não podem se perder no mundo que estamos construindo. Temos que nos apropriar deles para democratizá-los. A ditadura do neoliberalismo se apossa da vida humana, dos demais componentes da natureza e transforma tudo, incluindo as pessoas, em meras mercadorias.

Não há como construirmos a paz das pessoas, e no mundo, se não formos generosos e capazes de distribuir as riquezas produzidas pelo trabalho humano ou originárias diretamente dos demais componentes da natureza. Por isso, devemos construir um outro modelo de vida na Terra, capaz de permitir que o planeta seja sustentável, na água, no ar, no solo, enfim, na vida.

Temos que cuidar da Terra e de nós mesmos, de nosso interior, da nossa capacidade de amar, de demonstrar nosso afeto por nós e pelos outros. Temos que aproveitar os avanços obtidos em nosso ambiente, no mundo, para a construção de uma rede de influências capaz de desenvolver e fortalecer os valores humanos que apontam para a felicidade.

Não será possível a construção dos maravilhosos ideais da democracia para conduzirmos nosso futuro em direção ao eco-socialismo se não formos capazes de desenvolver as nossas riquezas interiores, que devem ser acompanhadas das grandes transformações estruturais pelas quais passará o mundo. A escola formal e informal deve assumir um papel político, promotor das transformações nas práticas dominantes, ampliando a participação cidadã, constituindo-se em canal para a inserção dos atores sociais que estão excluídos. Trata-se da escola que reinventa a emancipação social e, por isso mesmo, ambiental.

Estamos trabalhando de maneira integrada com a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente e da Conferência Nacional das Cidades, inovações do atual Governo Federal, em favor da democracia participativa para as tomadas de decisões do Estado brasileiro. Experiências que devem funcionar como um laboratório e estímulo para a reprodução de práticas inovadoras, criativas, que radicalizam a construção do processo democrático no Brasil. Levaremos propostas para serem apreciadas nas Conferências Estaduais, e, se for o caso, encaminhadas nas Conferências Nacionais que se realizarão em Brasília. Assim, poderemos influenciar com nossas experiências práticas vivenciadas em Rio Claro, colaborando com as outras etapas tanto das conferências estaduais quanto das nacionais, ou seja, com os esforços brasileiros para a construção do novo Contrato Social para nosso país.

Portanto, há muito que fazer! Temos muito que trabalhar para que sejamos dignos da vida e para que possamos contribuir com o desenvolvimento de ações que transcendam os limites ambientais e sejam acima de tudo libertárias, emancipatórias, fortalecedoras e recriadoras da cidadania.

4.5) RUMO A UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

Os processos desta globalização que vigora têm conduzido o mundo para o estabelecimento de controles centrais onde a autoridade opera através das burocracias e corporações transnacionais, ausentes do lugar, não podendo ser questionadas diretamente. Este é um dos primeiros princípios da globalização econômica: produzir a convergência e a integração das atividades econômicas praticadas no mundo, homogeneizando o desenvolvimento em um único sistema centralizador. Neste início do século XXI, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores do que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo. Assim, são criadas as castas que controlam a economia do mundo, muitas vezes ignorando as nações, os Estados e suas comunidades. Há beneficiários desta globalização. Por exemplo, nos Estados Unidos os altos executivos das grandes companhias globalizadas ganham até 517 vezes a mais do que os salários que são pagos para seus trabalhadores médios, segundo os dados do Institute for Policy Studies.

O programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento publicou em 1999, em seus Informes do Desenvolvimento Humano que as fendas entre ricos e pobres e entre os países do mundo são desproporcionais, e que a pobreza se deve às injustiças produzidas pelo sistema de comércio global. É claramente perceptível que alguns pontos-chave para a manutenção desse estado das relações sociais e humanas se fundamentam em:

- 1) Fortalecimento dos setores financeiros, a exemplo dos bancos, com movimento irrestrito de capitais e desregulação no funcionamento empresarial existente nos países mais empobrecidos. Isto produz a concentração das empresas com a eliminação de seus concorrentes;
- 2) Privatização de serviços públicos e de empresas públicas, no caso brasileiro com as devidas conseqüências para setores de infra-estrutura, afetando e ameaçando a soberania dos países e de suas comunidades. O desmantelamento das economias locais acarreta o enfraquecimento dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico;
- 3) Incorporação de economias nacionais aos sistemas produtivos globais, promovendo a exportação sem controle, acarretando danos sociais e ambientais. Não há o fortalecimento das sociedades nacionais, formando cidadãos que saibam escolher o que consumir e que tenham capacidade financeira para comprar, passo indispensável ao sistema de produção e exportação;
- 4) Manutenção dos níveis de crescimento das economias nos países desenvolvidos, com exploração sumária dos recursos naturais do planeta. É conhecido o fato de que os níveis de consumo da Europa e dos Estados Unidos não podem ser mantidos e estendidos para todos os países do globo. Ainda assim, o Presidente George W. Bush tem se negado a assinar protocolos de proteção ambiental, a exemplo daquele que pretende a redução na emissão de gases tóxicos para a atmosfera;

5) Esforço para a homogeneização das culturas ao modo de viver ocidental, incentivando e promovendo um comportamento global consumista e individualista.

Considerando esses pontos-chave do capitalismo, foi preparada a palestra efetivada no Simpósio de Geografia Aplicada realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.6) Colaborando para uma outra globalização*

O tema proposto para esta mesa redonda explicita a preocupação que se mantém, entre o geógrafos, em relação ao saber e suas implicações nas atividades profissionais. Trata-se de um resquício da concepção que prevaleceu durante alguns períodos da História, que procurou desvincular a ciência da política, ou seja, de acordo com essa visão de mundo, da vida e da ética, o cientista teria a capacidade de se posicionar acima dos objetos da pesquisa, se colocando fora das disputas e isento de envolvimento nos embates entre o bem e o mal. Essa visão, maniqueísta, conduziu muitos pesquisadores a deixarem de lado as análises e interpretações da realidade e dos conflitos.

Ao longo do tempo, essas premissas fizeram com que uma parte significativa das pessoas envolvidas com a Ciência se apartasse da sociedade. Predominaram as pesquisas puras, de base, que, reconhecidas em suas elevadas importâncias, se constituíram no refúgio daqueles que estavam de acordo com os fatos históricos que assolavam a humanidade, ou de outros, que desejavam ficar isentos, não se envolvendo com assuntos tão dramáticos e perigosos. Geógrafos descobrem e se enveredam pelo caminho quantitativo, utilizando-se da matemática, procurando se convencer, e aos outros, do argumentando *que os números não mentem, e que as técnicas devem prevalecer nas pesquisas*. Apesar da importância dos dados quantitativos e do correto desenvolvimento e emprego das técnicas, as pesquisas geográficas tinham essa característica para evitar a exposição ideológica.

Essa opção envolveu a climatologia, a geomorfologia, a pedologia, a biogeografia, e, por incrível que pareça, até mesmo o trabalho de geógrafos cujas pesquisas tinham vertentes sociais e humanas. As técnicas se constituíram no objeto dessas pesquisas. Ressalte-se que alguns pesquisadores envolvidos nesses processos eram bem intencionados, contudo, no geral, havia uma atitude deliberada de fugir à responsabilidade das análises e interpretações dos fatos geográficos que conduziam e se repercutiam na produção dos tempos e dos espaços.

Nessa fase, também predominava a idéia positivista que, argumentando pela neutralidade da ciência, ajudava os militares nos estudos geopolíticos, tendo como alvo a implementação do projeto de dominação. Apesar das características próprias de cada lugar, seja no Uruguai, na Argentina, no Chile ou no Brasil, as ditaduras militares tiveram uma certa simultaneidade no tempo, fato que, posteriormente, a História revelou e/ou confirmou como a presença e participação, em seu planejamento e execução, das forças de dominação que possuem a sede no centro da hegemonia imperialista do mundo.

Com o passar dos anos, aquela opção, dita como neutra, mais uma vez é identificada como expressão de um posicionamento político e ideológico. O Brasil adotou a anistia, ainda que não tenha sido a desejada, aparentemente, pela sociedade brasileira. Mas, os efeitos daquele período nefasto para a História do Brasil, e que teve tanta repercussão na ciência, nas pesquisas e estudos geográficos, ainda permanecem nos debates travados pelos profissionais da área e pelos estudantes. Não existe possibilidade de simplesmente produzirmos uma cirurgia, removendo o efeito do tempo e suas repercussões. Os conflitos daquele período ainda se refletem, de maneira abrupta, nas discussões e na produção dos saberes. É perfeitamente compreensível que tenhamos vivido uma fase de radicalizações, na mais contundente demonstração de que, quem faz ciência não tem postura

* Discurso proferido no Simpósio de Geografia Física Aplicada - UFRJ

de neutralidade. Também não existe necessidade de produzirmos um revigoramento dos fatos históricos, com objetivos revanchistas. A bem do esforço que se empenha em valorizar a história da Geografia brasileira, não podemos olvidar o passado, deixando as condições para que fatos similares se repitam, ainda que em outras circunstâncias. Como diz Boaventura de Sousa Santos³⁹ (2001), não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar as experiências.

É salutar e necessária a explicitação dessas contradições e conflitos. Todos temos que saber que não ficamos impunes à História. A maneira de proceder adotada em determinados momentos de nossas vidas, ou seja, a construção do presente, é responsável pela história individual e coletiva que será diagnosticada e interpretada no futuro. Estamos vivendo no presente o reflexo do passado e adotando as opções que constroem os caminhos do futuro. Ninguém está ou ficará impune.

No caso da Geografia, especialmente na parcela do seu conhecimento que procuram denominar de Geografia Física, são procurados os entendimentos e as intercomunicações dos processos estabelecidos pela sociedade com os demais componentes da natureza. Para isso, em muitas circunstâncias temos que nos aprofundar em áreas específicas, para então estabelecer as correlações com os demais componentes da natureza. Por esta característica das pesquisas, não havia correção e nem era justa a crítica que se fazia ao desconsiderar como geográficas as pesquisas que enfocam os componentes da natureza.

Devem ser ressaltadas as importantes contribuições de muitos pesquisadores do que se identifica como Geografia Física, através da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) ou individualmente, nas lutas pela preparação do Estatuto da Cidade, na reforma agrária, no respeito ao direito de viver dos povos das florestas, no envolvimento com o líder Chico Mendes, na preparação da legislação ambiental enfocada pela Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios, entre tantas outras lutas. Mais recentemente, as presenças de pesquisadores brasileiros, das diversas universidades federais e estaduais, nos institutos de pesquisa, têm contribuído com a luta que se dá, no Brasil e mundialmente, para a formação de uma nova mentalidade e desenvolvimento da cidadania. Neste aspecto, a Rio - ECO 92 e as instâncias mundiais do debate ambiental têm aumentado a importância das pesquisas geográficas e as representações de nossos territórios e seus processos. Cada vez mais a União, os Estados e os Municípios contratam profissionais da Geografia, que, na maioria das vezes, com muita competência demonstram a importante contribuição que temos a oferecer para o bem-estar das populações.

O MUNDO DESIGUAL É SUSTENTÁVEL ?

O discurso do desenvolvimento sustentável nos chama para uma discussão sobre a sociedade sustentável (Rodrigues,1998)⁴⁰. Como antecedente e preparação para esse debate, contudo, há que se tratar do mais visível e gritante componente das relações sociais e dos conflitos da sociedade com os demais componentes da natureza, ou seja, as desigualdades sociais e o modelo que a mantém.

O caráter concentrador da riqueza mundial atingiu números de extrema polarização. Nesse início de milênio, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores o que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo, juntos. O mesmo perfil pode ser observado quanto às características do consumo mundial, a medida em que 20% da população mundial, concentrada nos países ricos e nas áreas ricas dos demais países, é responsável por cerca de 86% do consumo privado e os 20% mais pobre ficam com 1,3% dessas despesas de consumo. Vejamos que *"...o quinto mais rico da população consome 45% de toda a carne e peixe*

³⁹ Boaventura de Sousa Santos. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez,2001.

⁴⁰ Rodrigues, A M. Produção e Consumo do e no Espaço: problemática ambiental urbana. São Paulo: HUCITEC, 1998.

(o quinto mais pobre, 5%), 58% da energia total (o quinto mais pobre, menos de 4%), tem 74% de todas as linhas telefônicas (o quinto mais pobre, 1,5%), consome 84% de todo o papel (o quinto mais pobre, 1,1%), possui 87% da frota de veículos a nível mundial, o quinto mais pobre 1%)." (Feldman, 2003).

Se, nessas condições de desigualdade social, sabemos que o consumo mundial está 20% acima da capacidade de suporte do planeta, então, podemos considerar essa forma de viver, esse modelo, insustentável. Vale dizer que não poderemos propor que a maneira como vivem as populações mais ricas seja o objetivo de nosso trabalho geográfico, e, portanto, de cidadania para a construção da justiça social. A persistir o vigente modelo de globalização que pretende impor formas de viver que aspiram o consumo, fetichizando as mercadorias e o mercado, impondo uma cultura com desejos criados para se perpetuar, estaremos sendo conduzidos para o caos da Terra.

Mas, ao analisarmos esses dados, verificamos, também, que há setores sociais para os quais não podemos propor a redução do consumo, tendo em vista que lhes é impedido o acesso até mesmo ao indispensável. Os setores mais empobrecidos precisam ter respeitados os seus direitos de se alimentar, ter atenção à saúde, à educação, ao vestuário, à habitação, à terra, ao trabalho, ao lazer, pelo menos. Contudo, os países mais ricos e de visão belicista e armamentista, conforme assinalou Galeano⁴¹ (2003), no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre *"...precisam da guerra, do mesmo modo que os fabricantes de agasalhos necessitam do frio."*

Nosso contraponto emancipatório à esse modelo, segundo Santos⁴² (2002), passa pelo combate à todas as formas arbitrarias das manifestações do poder, construindo uma nova democracia. No dizer de Gil⁴³ (2003), *"...todos esses males sociais são produtos de um determinado processo civilizatório..."*, [que precisa ser contraditado por uma]...*crítica cultural de valores e das práticas que estão por trás de cada problema em tela. Isso vale para coisas tão variadas quanto o problema do lixo urbano, do transporte de massas, da sujeira nas praias, da poluição sonora, da mercantilização do ensino, do preconceito social, da discriminação racial, dos meninos de rua ou da transformação da saúde em mercadoria."* E conclui *"...o que a crítica cultural dos ecologistas pretende, a todo momento, situa-se a partir dos momentos e movimentos de nossa realidade específica, é apontar para um outro horizonte. Para a possibilidade de um outro e novo modelo civilizatório."*

REVENDO O MODO DE VIVER

O novo processo civilizatório tem que ser construído através de um Contrato Social que implique em imensas mudanças de hábitos de consumo, de relações com o poder e das formas de viver. É importante que sejam organizados e revistos os conceitos e princípios que devem reger as relações de cooperação entre as sociedades e delas com os demais componentes da natureza. Pode-se considerar e reafirmar algumas das propostas do International Forum on Globalization (IFG), que publicou uma SINTESIS com alternativas para a globalização econômica. Trata-se de princípios indispensáveis para a vida da humanidade na Terra e que permitem a rearticulação nas relações locais e regionais:

- **A Nova Democracia:** para a IFG a democracia floresce quando as pessoas organizam-se para proteger suas comunidades, seus direitos e ficam atentas às ações de seus representantes políticos eleitos. Ao invés de se transferirem as responsabilidades governamentais para corporações globalizadas, deve ser buscado um modelo que atenda às necessidades essenciais da população e das comunidades. Em outras palavras, não é possível o fortalecimento das

⁴¹ Galeano, Eduardo. A Lição Argentina: os invisíveis tomaram conta da cena. Revista Caros Amigos. Ano V, nº 58, janeiro. São Paulo, 2000.

⁴² Boaventura de Souza Santos [org.] Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴³ Gilberto Gil, Discursos do Ministro da Cultura. MinC, 2003.

corporações globais com o enfraquecimento das populações locais. As comunidades locais devem ter o poder político e econômico para decidir sobre tudo aquilo que as afeta e ao seu território. Este é o caminho para garantir a autonomia das municipalidades, que também precisam estar articuladas em suas relações de interdependência com as outras localidades. Toda decisão de assunto que diga respeito a um município, nele deve ser tomada. Quando isso não puder ser atendido, então a decisão deve ser transferida à próxima esfera de governo, regional, nacional e em última instância, com apoio internacional. Nesse sentido, fica reafirmada, no Brasil, a importância do Estatuto da Cidade e a organização de processos de construção dos orçamentos e planejamentos participativos, das realizações das Conferências das Cidades, bem como a criação e fortalecimento dos Conselhos temáticos nos municípios. Também não há como pensar a democracia das cidades se forem mantidos os níveis de irregularidade e de segregação oferecidos pelos arranjos sócio-espaciais concentradores das riquezas urbanas. À medida que se ampliam os espaços de participação social no planejamento, acompanhamento da execução e das prestações de contas, se estará caminhando para a construção de uma Nova Democracia, capaz de influir em todas as esferas e níveis de governos. Destaque-se que não pode existir democracia sem que seja respeitado o direito à cidade, lugar onde vivem os cidadãos, ou seja, a democracia nas e das cidades.

- **Desenvolvimento Sustentável:** as economias devem atender as genuínas necessidades humanas, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, preservando a diversidade natural do planeta para sustentar os ecossistemas e a vida sobre a Terra. Os bens naturais são patrimônios comuns e sobre eles temos direitos que são inalienáveis. Entre esses bens naturais estão a água, o ar, o solo, a fauna e a flora, dos quais temos dependência para a manutenção da vida na Terra. Não cabem as políticas que estimulam e patrocinam o desperdício dos bens sociais, entre eles os originários dos recursos naturais. Uma nova e moderna matriz energética terá que levar em conta as energias alternativas e renováveis, que são disponíveis para uso das economias e sociedades, que, contudo, não têm servido aos interesses das corporações internacionais, portanto, não se estimulam os seus usos e pesquisas. Torna-se indispensável que as políticas públicas valorizem e ofereçam linhas de crédito para os processos de produção alternativa, como por exemplo, o setor cooperativo e associativo. Assim é que a Economia Solidária, a Economia Social se constituem num importante setor que se mostra em franco desenvolvimento, apesar do pouco estímulo que recebe das esferas governamentais. Deve ser tomada como tarefa do Estado brasileiro o apoio, a incorporação e legalização dos imensos contingentes de trabalhadores que atualmente se situam no setor informal;
- **Outros Patrimônios Comuns:** a cultura e o conhecimento são resultados da criação coletiva no mundo, através dos tempos e dos espaços; por isso, pertencem à humanidade e não devem ser monopolizados. A humanidade tem acumulado conquistas básicas, como por exemplo, nas áreas da saúde, da educação, da seguridade e bem estar social, indispensáveis para a manutenção da vida, devendo ser asseguradas para todas as pessoas;
- **Direitos Humanos:** proclamados pelos governos na ONU, em 1948; foram reconhecidos os direitos básicos como *"direito a uma vida digna...saúde e bem estar..., incluindo alimentação, vestuário, moradia e serviços médicos, todos os serviços sociais, o direito previdenciário em caso de desemprego."* O respeito a esses direitos deve ser acompanhado do respeito aos direitos individuais, civis, políticos que também são primordiais;
- **Trabalho e Emprego que Garantam a Sobrevivência:** As sociedades sustentáveis devem proteger os direitos de seus trabalhadores formais, bem como os do setor informal e daqueles que estão desempregados. Para isso, precisamos rever as políticas globalizantes que expulsam os agricultores e os povos das florestas e da terra, assim como os pescadores artesanais de seus ecossistemas costeiros e fluviais. Devem ser estimuladas as formas alternativas de organizações encontradas pelas populações locais, criativas e capazes de buscar os frutos de suas sobrevivências;

- **Garantia de Alimentação e de Alimentos:** As comunidades e as nações somente poderão conseguir estabilidade e segurança quando nelas não existir a fome, quando há condições para produzir e se abastecer dos alimentos indispensáveis. Além disso, cresce o interesse pela alimentação saudável que não pode ser submetida aos interesses transnacionais que disseminam os produtos químicos em forma de defensivos agrícolas e agrotóxicos em geral;
- **Eqüidade:** A globalização tem aprofundado as brechas e fendas das desigualdades sociais e entre as nações ricas e pobres. Essa tem sido a maior ameaça para a paz mundial fora e dentro das fronteiras das nações. A maior eqüidade entre os povos é indispensável para o fortalecimento e implantação da democracia e das sociedades sustentáveis. Neste aspecto, o mundo tem que discutir e rediscutir o endividamento externo dos países pobres. Para isso torna-se indispensável uma revisão dos organismos e instituições que estabelecem as regras para controle de todo o mundo, que deverão se fundamentar nos princípios da justiça social e global;
- **Respeito à Diversidade:** o modelo da globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas, as culturas - expressas por suas vestimentas, religiosidade, idiomas, alimentos, música, o comércio; enfim, os estilos de vida e até mesmo os valores que se diferenciaram nos tempos e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses empresariais globalizantes. Isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e muito mais rica quando se expressa através das biodiversidades biológicas, sócio- culturais e espirituais;
- **Respeito à Prevenção e Precaução:** quando a produção de alimentos e medicamentos, por exemplo, apresentam algum tipo de incerteza científica sobre os riscos que poderão ocasionar para a saúde humana e para o meio ambiente devem ser adotadas medidas de prevenção para restringir seu uso, até que sejam apresentadas as comprovações sobre suas conseqüências. Aqueles que produzem essas mercadorias devem ficar com a obrigação de comprovar tal sanidade e se responsabilizar pelas conseqüências adversas que porventura aconteçam.

Esses pontos, assinalados pela IFG, são importantes para nossa reflexão metodológica de engajamento, contudo, mesmo reconhecendo as limitações das negociações firmadas na Cúpula de Joanesburgo, ainda assim foi estabelecido um compromisso das Nações Unidas onde se definiram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Os compromissos que precisam ser atingidos até 2015 são:

- Estima-se que temos 1,2 bilhões, no Globo, que vivem com menos de 1 dólar por dia. Esse número deverá ser reduzido para, pelo menos, metade. Muitas são as possibilidades da Geografia Física para colaborar com os programas de redução da pobreza, geração de renda para as populações mais empobrecidas;
- estima-se que cerca de 113 milhões de crianças estão fora das escolas. Em Joanesburgo foi assumido o compromisso de universalizar a educação primária. Os mapas da pobreza das áreas urbanas e rurais podem colaborar com a definição das ações do programa e oferecer conteúdos nas grades curriculares;
- homens e mulheres precisam ser tratados com eqüidade, principalmente na educação, onde sabemos que dois terços (2/3) dos analfabetos do mundo são mulheres. A preparação e desenvolvimento da cidadania das mulheres excluídas é uma tarefa que cabe a todos os profissionais que possuem formação ética para essa atividade. Ao mesmo tempo, podem ser oferecidos treinamentos para melhorar as condições de vida nos lugares habitados por essas populações empobrecidas. O conhecimento geográfico pode ser utilizado como um dos instrumentos de emancipação;
- A mortalidade perinatal e das crianças antes de completar 5 anos atinge, no mundo, números catastróficos. O esforço para a preparação do parto (pré-natal), a atenção com vacinação e atendimento preventivo terá que reduzir esse número em dois terços (2/3). Muitas das causas da morte das crianças, devem-se às condições de vida no lugar e as relações com os demais componentes da natureza. Colaborar com essas populações através de apoios técnicos para que

elas se preparem para os embates sociais e conquistas de seus direitos, constitui-se num importante elemento de colaboração social;

- O conceito de desenvolvimento sustentável deve estar contemplado nas políticas públicas de todos os países membros. Não há futuro para a humanidade se o presente não for construído com sustentabilidade, oferecendo todas as garantias para a vida dos nossos descendentes. Neste tópico, a Geografia tem uma função indispensável, em todos os seus campos de atuação;
- A meta de universalizar o acesso à água potável deve passar, até 2015, pela redução de 50% daqueles que sofrem de falta de água potável. A colaboração para mapeamento e o empenho para organização das comunidades no processo de organização de canais de reivindicação, a possibilidade de colaborar com o planejamento para encontrar as soluções para esta situação, são contribuições plausíveis para as pesquisas e os trabalhos geográficos;
- Combate efetivo às doenças infecto-contagiosas, através de vacinações e demais políticas públicas preventivas, incluindo a malária, as parasitárias e a AIDS. Conhecimento das condições ambientais e os processos para superação das dificuldades nos locais de habitação e vida são instrumentos de transformação;
- Acesso ao crédito, revisão e redução das dívidas externas dos países que precisam de apoio e assistência nas políticas de desenvolvimento com sustentabilidade. A preparação de projetos e programas de ação das comunidades deve contar com a colaboração de geógrafos.

Os compromissos com esses princípios e com essa ética das Nações Unidas e do IFG poderão ajudar na compreensão das realidades locais, suas articulações regionais e nacionais, permitindo que as ações dos geógrafos corroborem com o pacto que objetiva a construção de um novo modelo de globalização.

5.0) RIO CLARO: APROVEITANDO A EXPERIÊNCIA

Reforçando o discurso de que na sociedade globalizada temos que fortalecer nossa individualidade, o que temos de próprio, passamos a abordar o que trazemos de singular, a experiência administrativa em uma cidade real, Rio Claro o lugar de nossa expressão.

5.1) DISCURSO DE POSSE*

Vivemos um tempo em que o sistema busca aprisionar os seres humanos. Através dos sistemas de comunicação, procura-se convencer as pessoas de “verdades”. E sabe-se que as idéias dominantes em uma época são sempre as idéias de quem domina. As formas de comunicação, as palavras, as comidas, as maneiras de se trajar e vestir, as mais variadas formas de manifestações culturais, tudo isso se projeta na tentativa de se provocar uma hegemonia que extinga as diversidades. Em nosso tempo, acredita-se que se tudo for igual, as formas de dominação serão muito mais facilitadas. Na visão do pensador da Filosofia Alemã - Sloterdijk, à luz do autoritarismo, olha para a humanidade como uma espécie metafisicamente virulenta, que deve ser humilhada com a redução da pluralidade. Nosso educador, Romualdo Dias, em sua Tese de Doutorado, reconhece as influências exercidas por grupos sociais, aliados com o Estado para estabelecer hegemonias e homogeneizações nos estilos de vida e de governar. Esses comportamentos autoritários, diz Romualdo, impedem o deslanche da sociedade para a democracia, na qual as pessoas desenvolvam-se como seres adultos e livres. Dessa maneira, no jogo de poderes, exercidos por esses grupos, não há possibilidades para se reconhecer uma ordem social na qual as diferenças sejam admitidas, sem medo de que isso leve ao caos social.

*Discurso proferido no dia 1º. de Janeiro de 2001. Início do Terceiro Milênio. Início do Século XXI.

No final do Século XIX, Marx e Engels, na extraordinária obra “Manifesto Comunista”, escrevendo sobre alguns desses mesmos grupos sociais autoritários, demonstraram que eles fizeram da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituindo as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a liberdade do comércio. Ou seja, as pessoas e suas vontades ficaram limitadas ao estrito valor das mercadorias.

Afinal, quais teriam sido as justificativas para que, em um município como o de Rio Claro, rico, de relevo plano e de boas terras, as suas populações mais pobres fossem submetidas a ocuparem bairros distantes, sem nenhuma infra-estrutura urbana? Ocorre que as populações mais pobres, na agressiva maneira de pensar dos grupos dominantes, tinham, claramente, suas funções de trabalhar para manter e gerar as riquezas dos mais ricos. Essas populações mais pobres eram vistas como objetos descartáveis, substitutas dos escravos, libertados por Leis, no final do século XIX, mas mantidos sob a subjugação dos interesses dominantes.

Os mesmos pensadores universalistas citados, proclamaram que as idéias dominantes em uma época são sempre as idéias da classe que domina. Quando podemos identificar idéias diferentes daquelas que dominavam, que revolucionaram sociedades inteiras, isto quer dizer que, no seio da velha sociedade, se formaram os elementos de uma Sociedade Nova. Quer dizer que a dissolução das velhas idéias também é acompanhada pela dissolução das carcomidas e esgarçadas condições de existência.

Não queremos tripudiar sobre os escombros da velha ordem social, mas, não podemos deixar de destacar que vivemos os maravilhosos sinais do novo tempo. Os processos que humilharam nossa gente por muitas décadas, produziram sofrimentos dilaceradores. Não há razão, qualquer que seja, capaz de justificar e capaz de nos fazer aceitar esses sofrimentos contra nossos antepassados e mesmo contra nossa geração. Basta olharmos ao nosso redor e identificaremos quantas são as vítimas que vivem em nosso tempo e dentro de nossos espaços. Situações que, em geral, nos foram apresentadas como irreversíveis e naturais. Com essa visão determinista não concordamos.

No dizer de Leonardo Boff⁴⁴ (1996), a opressão, aos poucos se torna simplesmente insuportável. O mais agressivo, é que essas formas de dominação chegaram mesmo a serem introjetadas no âmago dos oprimidos. Eles mesmos, no dizer de Leonardo Boff, passam a hospedar o opressor dentro de si. Mas, quando o processo de transformação se inicia, quando o tempo está amadurecendo para a libertação, ela se inicia pela própria mente dos oprimidos, em seguida se manifesta na organização e, por fim, é incorporada nas práticas sociais. E não há dúvidas: é pela libertação que os oprimidos resgatam sua auto-estima e podem reconquistar ou conquistar a pátria e as cidades dominadas. Assim, os povos das cidades, dos municípios, passam a construir uma história autônoma e poderão se associar a outros povos que também estiverem livres.

Reconhecemos, com Leonardo Boff, que a Terra é nossa morada, nossa casa. Da mesma maneira que cuidamos de nossa casa, precisamos cuidar do Planeta. Nele vivemos com bilhões de pessoas. E não há como pensar em seres humanos sem reconhecer sua espiritualidade. Por esse reconhecimento, temos sido chamados a dialogar com nossa interioridade. Somos chamados a escutar os apelos que afloram desde nossa consciência, do nosso centro. É através da concentração nesses chamamentos que buscamos e alimentamos nossos encontros com Deus. E, assim, buscamos com Ele o diálogo para que possamos entender Sua vontade. Nesse diálogo, temos meditado para compreender os novos paradigmas de nossa vida e de nossa maravilhosa utopia. Nesse diálogo, procuramos confirmar nossa sensibilidade e nosso carinho para com todos aqueles que demonstram amor por nós e principalmente por Rio Claro.

Agradecemos a Deus todos os dias. Agradecemos pela vida dos amigos, dos nossos familiares, dos servidores da Prefeitura Municipal, pela unidade de nossa equipe de trabalho.

⁴⁴ Leonardo Boff. Ecologia. Grito da Terra, Grito dos Pobres. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Agradecemos, também, pelos que nos agredem através da escrita ou da palavra. Eles são a grande prova a que Deus nos submete. Pedimos ao Pai Maior para que tenhamos sempre a humildade e a paciência de receber as agressões com a serenidade da Sua própria vontade. Contudo, pedimos também a Deus para nos alertar e orientar na hora das reações necessárias, para que também aí seja cumprida a Sua vontade.

É nesse diálogo que nos fortalecemos na busca das leituras que nos agitam, estimulam, apontam novos caminhos e confirmam esta imensa ânsia por viver. Assim, fomos buscar no pensador português Boaventura De Souza Santos⁴⁵, alguns elementos para o paradigma emergente do eco-socialismo. Esse paradigma afere o desenvolvimento social pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais. E o desenvolvimento social é tanto maior quanto mais diverso for e menos desigualdades existirem. Atualmente, a natureza é a Segunda natureza, é a natureza da sociedade e sobre ela deve haver um estrito equilíbrio entre as três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária, e a estatal; cada umas delas operando de modo a atingir os seus inerentes objetivos, com o mínimo de controle do trabalho de outrem. É nessa perspectiva que considera o redentorista Rejón, ao dizer que: acima do direito daquele que possui, de conservar e dispor a seu bel-prazer dos bens, está o direito dos excluídos, de ter o necessário para viver (e não só sobreviver) dignamente como pessoa.

Para Boaventura de Souza Santos⁴⁶, o paradigma eco-socialista enquanto construção intelectual decorre de um diálogo intercultural muito amplo. A base desse diálogo é dupla. Por um lado, as necessidades humanas fundamentais que não variam muito no sistema mundial - o que varia são os meios para satisfazê-las. Por outro lado, todas as culturas têm um valor de dignidade humana, o qual, sendo único, permite uma hermenêutica transvalorativa e multicultural.

Pelo que está demonstrado, o nosso paradigma emergente, o paradigma da democracia eco-socialista, é radicalmente democrático e visa a instauração da democracia, transformando as diferentes raízes do autoritarismo e das múltiplas formas pelas quais ele se manifesta. A democracia deve se expandir no tempo-espaço da cidadania. E o tempo é o agora. E o espaço onde podemos influir é exatamente este espaço no qual vivemos, além daqueles com os quais estamos articulados. Através de nosso trabalho, haveremos de influir para que a democracia se expanda além dos limites dos espaços e dos tempos das nações. Haveremos de fortalecer nossos desejos de construir uma visão estadista, mas, com o alcance universalista. Portanto, queremos ser agentes construtores da democracia, como a vemos, também nos espaços e nos tempos distantes. Assim, a democracia deve se expandir além dos limites do tempo intergeracional.

A proximidade do futuro é tão evidente que nenhum presente pode ser democrático se não levar em conta o porvir. As gerações do futuro devem ser reconhecidas com o mesmo peso das gerações do presente. Elas nos emprestaram a Terra e para elas deveremos devolver um Planeta limpo, humano e democrático. Foi com todas essas manifestações de nossas almas e objetivando o desenvolvimento dessas concepções, que procuramos trabalhar os primeiros quatro anos de mandato. Com isso, organizamos e equacionamos as dívidas herdadas. Tivemos 23% de inflação no período de quatro anos e houve uma grande variação na relação do real com o dólar; quando assumimos estava em 1 para 1; agora, temos um dólar para cada 1,9 reais. Apesar disso, renegociamos algumas dívidas e negociamos outras. Entre INSS acumulado desde 1978 e dívida externa, o município deve cerca de 73 milhões de reais. Herdamos, também, cerca de 45 milhões de reais de dívidas de precatórios referentes a desapropriações de terras. Se houver disciplina e seriedade das futuras administrações, até o ano 2020 conseguiremos nos livrar desses problemas, sem transferir mais problemas para as futuras gerações. As dívidas flutuantes, de médio e curto prazo estão sob controle. Nestes próximos quatro anos poderemos, mesmo, alcançar uma situação de excelência, com absoluta pontualidade nos pagamentos. Assim, temos devolvido a credibilidade

⁴⁵ SANTOS, B. de S. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

⁴⁶ Op.cit.

da Prefeitura, que, em seus processos licitatórios, recebe um número crescente de participantes. Também aí vamos aprimorar as formas democráticas e, portanto, justas, de concorrências.

No déficit público conseguimos algumas proezas. Um déficit que, em 1995, foi de 33%; em 1996, foi de 10%; em 1998, foi reduzido para 5%. Fechamos o ano 2000 com 0% de déficit público, talvez, até com superávit. Isso, graças aos esforços conjuntos e a dedicação de nossa equipe econômico-financeira, bem como de toda a nossa equipe de trabalho. Também foi assim que ampliamos a base daqueles que pagam seus impostos municipais. É verdade que ainda temos um elevado nível de inadimplência. Mas, continuaremos a estimular e respeitar cada contribuinte. Aqueles que se habituaram a deixar de pagar para se aproveitar de anistias fiscais, saibam que esse tempo já passou. Vamos oferecer oportunidade para parcelamento dos débitos acumulados, oferecendo oportunidade legal para que todos se tornem adimplentes. Mas, não vamos privilegiar aqueles que não pagam. Vale a pena pagar e tratar as questões dos impostos como uma questão de cidadania.

Com humildade, reconhecemos muitas limitações em nosso trabalho. Por isso mesmo já estamos planejando com nossa equipe um levantamento de custos de todos os nossos serviços e obras. Pela nossa responsabilidade com a população de Rio Claro e para com a humanidade, temos que reduzir todos os custos ao absolutamente imprescindível. Apesar do esforço despendido nessa direção, diminuindo abruptamente os custos das atividades da Prefeitura, ainda assim, nada pode ser esbanjado. Nada pode ser desperdiçado. Para tudo temos que elaborar as planilhas de custos e a ordem é de absoluta austeridade.

Com esse esforço e com a austeridade almejada teremos condições para ampliar e aperfeiçoar os serviços destinados a toda a população do município. Continuaremos a fazer justiça social, desconcentrando a aplicação da renda arrecadada, privilegiando, principalmente, os bairros e os setores sociais que antigamente estavam abandonados. Em verdade, esses setores sociais somente recebiam atenção em períodos eleitorais, por aqueles que buscavam os votos para depois esquecê-los. Essa prática já está superada em nossa Rio Claro.

Assim, fortalecidos os instrumentos de construção da democracia, como a entendemos, nos próximos 4 anos continuaremos a ampliar os espaços da participação popular, estimulando e desenvolvendo a cidadania. A ordem, como a entendemos, é repartir o poder com a comunidade, aceitando e estimulando os trabalhos voluntários, as participações em Conselhos e Associações de Bairros. Compartilhar o poder: essa é a expressão principal daqueles que querem estar alinhados com as formas de viver do novo milênio.

Sabemos de nossas fraquezas e que muito terá que ser feito para nos constituirmos em uma sociedade brasileira ideal. Ainda assim, Rio Claro termina o Segundo Milênio, Rio Claro termina o Século XX, com alguns grandes destaques que não podemos deixar de citar e que certamente são orgulho para todos nós que amamos essa cidade:

- Temos os menores índices de mortalidade infantil, por micro-região do Estado de São Paulo. Para essa realidade devemos reconhecer as melhorias adotadas em nossa área da Saúde, do saneamento básico e a participação de muitas entidades da sociedade civil que nos ajudam no atendimento pré-natal, nos nascimentos e acompanhamento das crianças;
- Temos a melhor Defesa Civil de todo o Estado de São Paulo; aqui também valorizamos a participação de dezenas de empresas e centenas de voluntários que nos auxiliam nessa importante tarefa de prevenir as dores das catástrofes;
- Somos o Segundo município do Estado de São Paulo no Balanço Ambiental. Também aqui o município não faz nada sozinho. Temos muitos parceiros que nos compreendem e nos ajudam a recompor nossa situação ambiental;
- Reduzimos para menos da metade, o número de cáries dentárias em nossas crianças;

- Somos um Município destacado na implantação do programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Em Rio Claro, as crianças são respeitadas e valorizadas, por isso, somos considerados o município regional que mais investe em prevenção social. Sabemos que ainda não fizemos tudo, mas já existe um imenso trabalho e um esforço enorme de nossos servidores em conjunto com as entidades que tratam do assunto;
- Somos um Município que se destaca na região, em relação aos investimentos e políticas de desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, apesar dos conflitos inerentes, temos buscado um trabalho integrado entre os produtores da riqueza e os proprietários dos meios de produção. Há, claramente objetivada, a busca do desenvolvimento sustentável que construa uma sociedade sustentável. E, para isso, temos o esforço e a boa vontade dos trabalhadores, suas formas de representação e dos empresários com suas formas de representação;
- Ampliamos para quase o dobro as vagas das nossas crianças em Escolas Municipais. Assim, nos preparamos para ser um dos 50 municípios brasileiros e um dos 20 municípios paulistas no tratamento adequado para com as crianças;
- Ampliamos o trabalho com a Melhor (terceira) Idade, construindo nosso primeiro Centro Dia do Idoso. Em Rio Claro, os idosos são valorizados e respeitados. Participam da vida comunitária e através de seus Grupos incentivam a continuidade da vida;
- Participamos com as principais Cidades do Mercosul como destaque e publicação em Artes Plásticas. Temos uma Programação Cultural que valoriza e estimula o desenvolvimento de nossos artistas e a cultura popular;
- Somos um dos municípios brasileiros que mais investem nas políticas de saneamento básico. Temos água para todos, afastamento de esgotos para todos e já iniciando o tratamento dos esgotos que produzimos, algo inédito na área urbana;
- Temos uma concepção regional, e, por isso, participamos com expressão e destaque do Consórcio e do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;
- Temos uma concepção universalista, e, por isso, participamos com afinco e determinação da Rede Mercocidades e da URBAL (a rede da comunidade européia).

As Conferências Municipais temáticas e gerais, o Planejamento Participativo, os Conselhos Municipais, se constituem em alguns dos instrumentos do município na construção da democracia, da libertação de nosso povo. O término do nosso primeiro mandato nos deixou imensos desafios que precisaremos enfrentar com determinação, humildade, serenidade e com muito amor. Para isso, convidamos a Câmara Municipal de Rio Claro, todos os senhores vereadores, não apenas aqueles que foram eleitos sob as legendas partidárias da Frente Rio Claro, o PV, PMDB, PT, PPS, PSB e o PC do B:

vamos todos, independentemente de nossas siglas partidárias, firmar um pacto em favor da humanidade. Por isso mesmo, um pacto em favor de Rio Claro. Nada pode ficar acima desse nosso interesse e objetivo. Nada pode sobrepor-se ao nosso amor por Rio Claro. Fiquem no milênio passado, nossos antagonismos, nossas disputas vencidas nas eleições. Vamos orgulhar nosso povo. Vamos demonstrar, na prática que fazer política é agir com dignidade, com respeito às instituições e que nos colocamos à serviço da solidariedade. Já demonstramos isso nos primeiros quatro anos de governo. O mundo tem jeito. No presente estamos construindo o nosso futuro e das próximas gerações. Cuidemos de tudo, como se estivéssemos cultivando um jardim. Preparar a terra, semear corretamente as sementes, cultivar as plantas. Ter paciência para o amadurecimento dos frutos, comer e se fartar dos frutos maduros. Permitir a reprodução da fartura e do progresso humano e social. Esses devem ser nossos compromissos comuns. Assim, poderemos estreitar o trabalho em conjunto dos Poderes Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Entre os principais desafios que o município deverá enfrentar nesse novo mandato, precisamos destacar:

- Não existe a mínima possibilidade de que convivamos com a fome. Vamos implementar o Projeto Rio Claro sem Fome. Com ele prepararemos, em conjunto com os Sindicatos e demais entidades organizadas da sociedade, um local adequado para que as pessoas possam fazer pelo menos uma refeição diária, por preço muito baixo, com controle técnico e, portanto, sem paternalismos. Contudo, esse projeto deve se implantar e gradativamente será desativado, a medida em que as políticas públicas e empresariais, gradativamente consigam ir resolvendo o problema do desemprego. Para isso, sabemos que haverá de acontecer a libertação universal dos povos que precisam deixar de divinizar os símbolos neo-liberais. O ideal é que não tenhamos ninguém com fome. O ideal é que todos consigam sobreviver pelo seu trabalho e com dignidade;
- Não podemos continuar convivendo com o número enorme de acidentes que acontecem no trânsito de nossa cidade. São dezenas de vítimas diárias, principalmente jovens, que muitas vezes, acumulam traumatismos e mutilações que marcarão definitivamente seus corpos, suas mentes e de seus familiares. Vamos trabalhar em conjunto, Prefeitura, Câmara, Estado, através de seus organismos de segurança. Convidamos os diversos órgãos de comunicação e todos os cidadãos a participarem dessa empreitada que é de todos. Além do trabalho educativo, vamos fazer o trabalho punitivo. Havendo necessidade, vamos punir para educar. Aqueles que obedecem as Leis de trânsito nada devem temer, mas, aqueles que desrespeitam sua própria vida e de seus semelhantes, comecem a se preocupar;
- A situação atual demonstra que acertamos no caminho de não municipalizar o ensino, da forma como pretendiam os Governos Federal e Estadual. Estamos municipalizando gradativamente através da construção de nossa rede própria. O acerto de nossa escolha está demonstrado nos períodos de matrículas escolares. É enorme a procura por escolas municipais que trabalham pela ampliação de vagas e pela excelência de nossa educação. Não se pode pensar num futuro para a humanidade que desconsidere a educação de nosso povo. Precisamos manter nossa serenidade, equilíbrio e assim construiremos uma proposta didático-pedagógica que reflita as necessidades locais e nossas características culturais. Assim, entendemos que a educação aproxima a ética, a arte, e respeita a diversidade. Elementos indispensáveis para que se construa uma sociedade renovada, comprometida com as transformações sociais necessárias. Educação e Saúde merecerão nossa concentração de esforços nos próximos dois anos, primeiro e segundo do novo milênio;
- As políticas de desenvolvimento devem considerar a importância da construção do Aeroporto Regional de Rio Claro. As negociações bastante avançadas desse programa nos ajudarão a implementar políticas de geração de fontes de trabalho. Assim, ampliaremos ainda mais o crescente valor adicionado de nossa produção que de 1997 até 1999 se projetou para mais 34 %. Com o Aeroporto Regional, esses números serão ainda muito maiores. Mas, além do interesse econômico financeiro registre-se a importância de integração de um Aeroporto com as características do que estamos projetando. Para a área do atual Aeroclubes projetamos uma urbanização e paisagismo que destacarão Rio Claro no cenário nacional. Essa tarefa será desenvolvida coletivamente, com participação de pessoas da melhor estatura e reconhecimento social;
- Nossa preocupação com a Terceira Idade se refletirá no fortalecimento do Centro Dia do Idoso para pessoas com mais de 60 anos de idade e que ainda não tenham conseguido espaço para viver o seu dia. Nada é mais triste do que a situação daqueles que construíram o tempo em que vivemos e se encontram desamparados por suas famílias, não possuindo alternativa para sua solidão e insulamento. Esse projeto deverá ser implantado com participação ativa da Prefeitura e das entidades e cidadãos dispostos a fazerem um trabalho voluntário. Nesse aspecto, não poderemos desperdiçar esforços e energia de todos aqueles que querem colaborar e se dispõem a oferecer sua solidariedade;

- Vamos continuar a investir no saneamento básico como um importante fator de qualidade de vida. A água é fonte da vida. Sem ela, não temos presente e nem teremos futuro. Ao cuidarmos da Terra, nossa morada, temos que atentar para a importância das águas. Assim, ampliar as áreas verdes e recompor as matas galerias são preocupações inerentes de nosso cotidiano. Para isso, a Educação Ambiental, em verdade, Educação para a Cidadania, torna-se um instrumento de muita importância. Entendemos a Educação em seu sentido integral, formal e informal;
- Para que todas essas tarefas que nos foram delegadas, não apenas pelos eleitores, mas pela população de Rio Claro, sejam realizadas, se faz necessário reconhecermos que ninguém pode trabalhar isoladamente. Tudo depende de um planejamento sério, responsável, fundamentado nos princípios do amor e, portanto, da valorização da vida.

Aprender a planejar e agir de forma inter e multidisciplinar. Este é, talvez, o maior de todos os nossos desafios que precisa ser enfrentado com a humildade daqueles que se reconhecem limitados. Ninguém vive sozinho. Precisamos compartilhar. Precisamos nos atrair para o convívio como amigos devotados. Por meio das palavras, mas, sobretudo pelos pensamentos e ações voltados para o amor e para servir ao próximo. Um grande abraço e que o novo milênio seja um tempo de solidariedade, muita paz e de grande satisfação para todos.

5.2) ÉTICA PARA UNIR E TRANSFORMAR*

Na situação em que são pouco recomendáveis as qualificações através das quais a população identifica os agrupamentos políticos partidários, pede-se o aprofundamento das reflexões. Reflexões acompanhadas de ações concretas.

Foi em circunstância semelhante a esta que, em 1989, surgiu o bôlido Fernando Collor de Melo. Ou seja, a sociedade, insatisfeita com os estereótipos políticos vigentes, resolveu forjar o novo. E há quase unanimidade no reconhecimento de que geralmente os brasileiros resistem, com receio do desconhecido, do novo. Ainda assim, o fato de termos Lula e Collor no segundo turno das eleições presidenciais, oferecia uma mensagem de esgotamento do modelo que vigora.

Com a frustração *collorida*, a população buscou um intelectual, bem sucedido no seu campo profissional, aparentemente confiável para algumas forças da esquerda e respeitado internacionalmente para resgatar o tempo perdido. Contudo, se Fernando Henrique representou, em algum momento, o símbolo da esperança, ao que parece não soube aproveitar sua oportunidade. Na composição política, FHC foi obrigado ou se obrigou a fazer concessões vitais para um projeto progressista, adotando métodos e técnicas pouco recomendáveis, típicas das velhas raposas ainda presentes no cenário nacional. Daí, o *novo* modelo está agonizando nas velhas práticas políticas.

Num festival que inclui: CPIs de resultados pouco convincentes; orçamentos um tanto nebulosos; precatórios; compras de serviços sem licitações; falta de valorização dos poderes locais dos municípios através por exemplo da manutenção do FEF e da imposição do Fundo para Municipalização da Educação; uma campanha nebulosa para a venda da Vale do Rio Doce; possível compra de votos para aprovação da reeleição, tudo em desacordo com o sentido mais nobre que impulsiona as novas mentalidades que aspiram os tempos melhores do terceiro milênio. Nesse quadro caótico e pouco recomendável se aproximam as eleições Nacional e Estaduais de 1998.

Com a autoridade de liderar um conjunto de cidadãos e partidos que reconheceram a ocasião objetiva e as condições subjetivas que configuram um dado momento da história, temos a recomendar: aproximem-se as mentalidades progressistas capazes de construir em conjunto um Projeto transformador que corporifique, alimente e seja capaz de atender as expectativas e as esperanças de nossa gente. O Brasil já não pode mais esperar. As esperanças frustradas estão sendo substituídas pelo medo, pela angústia de que amanhã ainda poderá estar tudo pior. E poderá mesmo.

Enxergando um momento semelhante a este estadual e nacional, em Rio Claro construímos uma surpreendente aliança, um pacto, composto pelos setores políticos que, consideramos, poderiam coordenar e catalisar as aspirações sociais. Nada de sectarismos ou fanatismos. Fomos buscar as pessoas dignas e honestas reconhecidas por suas vidas ilibadas. Em conjunto, buscou-se um nome que pudesse representar a unidade dessas forças sociais e políticas, para minha felicidade meu nome foi o contemplado. Devemos reconhecer que um nome capaz de aglutinar, fortalecido pelo reconhecimento social, mesmo que ainda não esteja cunhado na popularidade eleitoral é fator indispensável para o sucesso do Projeto.

Não basta o voluntarismo, a vontade e a união, mas, é indispensável a existência de nomes capazes de aglutinar, mercedores de confiança. Para corporificar um Projeto de honestidade, as pessoas envolvidas precisam ser reconhecidamente honestas. Para corporificar um Projeto de democracia, as pessoas envolvidas precisam ter uma trajetória democrática. Para assumir um Projeto de Valorização das pessoas e da Vida, os envolvidos precisam exemplificar pelos procedimentos do dia-a-dia.

Após um ano de diálogos desprendidos e objetivamente formulados, concluímos pela apresentação da FRENTE RIO CLARO, composta pelo Partido Verde, PMDB, PT e PPS. As maiores dificuldades estavam na união do PT com o PMDB. Contudo, as disputas pela hegemonia

* Discurso proferido em reunião do Conselho Político, em 1998.

interna, nesses Partidos, garantiram a presença dos setores progressistas, sem direitismos, esquerdismos e/ou fisiologismos. A presença do Partido Verde configurou o amálgama necessário para fundir a aliança. O PPS alargou o âmbito da participação partidária. Foi longa a trajetória percorrida, mas, houve generosidade e empenho de todos os envolvidos. Chegamos, assim, ao resultado final: após muita luta, gastando menos de 30 mil reais em um município com mais de 90 mil eleitores, conseguimos resgatar o que a população de Rio Claro reconhece como sua dignidade política.

O modelo partidário de nossa aliança não está dogmatizado e não representa, obrigatoriamente, o ideal para os Projetos Estaduais e Nacional. Mas temos que reconhecer a felicidade de nossa formulação local. Ao iniciarmos a construção de nossa utopia, pensamos que poderíamos estar apenas vivendo um sonho. Com o passar dos dias e dos meses, apesar de um certo tom de ceticismo, pudemos reconhecer que no meio político partidário continuam a existir muitas pessoas dignas, de boa vontade, capazes de enxergar próximo e distante, dispostas a se comprometerem com a construção da sociedade saudável do terceiro milênio, sem conotações pieguistas.

A aliança somente se configurou com base nos documentos que caracterizaram nossas Cartas de Princípios. Simultaneamente, traçamos as diretrizes gerais do Governo que pretendíamos construir. A partir daí, iniciamos a preparação de nosso Plano de Governo. Todos os setores sociais, os cidadãos honestos e dignos foram convidados a participar. Tivemos a grandeza de compreender que nosso projeto não era da esquerda ou da direita, mas, que o momento pedia a aproximação de todas as pessoas de boa vontade que enxergam o homem e suas sociedades como o centro da vida. O Plano de campanha ganhou o nome de Plano Motivador dos Debates para que pudessemos receber todas as contribuições oferecidas pela sociedade. Daí, o Plano a ser implementado contemplou o discurso social, a linguagem da população e teve como base fundamental o fato de ser verdadeiro. Nada foi ocultado da população. Mesmo os assuntos mais polêmicos e difíceis foram abordados com a linguagem da simplicidade e com a nossa leitura da realidade.

Com o indubitável resultado das urnas, a FRENTE RIO CLARO recebeu o respaldo necessário para implantar o Plano elaborado. Apesar disso, ao invés de voltar para casa para o merecido descanso após a luta eleitoral, a FRENTE voltou para as ruas e realizou Seminários Abertos, para definir as medidas a serem adotadas no início do governo. Tais atividades preparatórias envolveram todos os setores sociais interessados, sem exclusões. É bem verdade que, quando as diretrizes gerais e os princípios estão bem definidos e claros, os oportunistas encontram alguma dificuldade para se aproximar. Ainda assim, o cuidado para não permitir o uso indevido da aliança tem sido motivo de constante vigilância.

Restava, ainda, o conhecimento da experiência na prática administrativa, no dia a dia do poder. Definiu-se como indispensável que não houvesse a luta pela divisão dos cargos diretivos. Caberia ao Prefeito, ouvido o Conselho Político, a indicação dos nomes que ocupariam os cargos de confiança. A administração não seria loteada em favor das forças políticas representadas na FRENTE. O governo teria que garantir a mesma unidade mantida durante o processo eleitoral. O Conselho Político é formado por dois representantes de cada Partido que participa da FRENTE e mais dois representantes sindicais (um patronal e outro de trabalhadores). Depois de cinco meses de governo podemos dizer que estamos vivendo uma experiência especial, concreta e substantiva. Sem esse modelo, não conseguiríamos realizar, apesar das imensas dificuldades, um governo que ampliou a adesão popular e o apoio, em relação aos resultados obtidos nas eleições. Sem este modelo, o município de Rio Claro estaria sendo administrado pelas mesmas forças retrógradas que historicamente manipulavam a população, na direção de seus próprios interesses pessoais.

Não precisaremos de muito tempo para que a população de Rio Claro reconheça que pode ser agente de sua história, libertando-se dos interesses corporativos e dos rotos discursos dos seus antigos *coronéis*. E, quem diria: Rio Claro, que já se constituiu num dos centros do Integralismo, sede de um dos comitês separatistas. Rio Claro, que historicamente foi reconhecida pelo destaque

nos conservadorismos, está dando um excelente exemplo para a história política moderna. Esperamos que no Estado de São Paulo e no Brasil tenhamos o amadurecimento político necessário para reconhecer que já não podemos perder mais tempo nas mãos dos insaciáveis aventureiros de plantão, aqueles que prometem obras e inviabilizam ou retardam demais o desenvolvimento da cidadania.

As forças vivas da sociedade, incluindo as forças políticas e partidárias, são chamadas a participar com a responsabilidade histórica que lhes cabe neste momento da vida de nosso País e da humanidade. A população de nosso país não pode continuar sendo sacrificada pela falta de maturidade das lideranças que se enclausuram nos seus muito limitados projetos pessoais. Acima de tudo, há de se ter generosidade.

5.3) ESTAMOS DE BEM COM A VIDA*

Em 1997, ainda no I Semestre tínhamos nossa primeira avaliação sobre os trabalhos desenvolvidos na Educação do Município. Depois, tivemos que enfrentar bravamente o processo de *municipalização* dos governos federal e estadual. Fomos muito atrapalhados, mas, enfrentamos as barreiras e, hoje, verificamos que estávamos no caminho correto, escolhemos a melhor opção, construindo nossa rede própria. Contudo, esta primeira avaliação merece uma boa reflexão.

Continuamos discutindo o nosso Projeto, buscando responder algumas questões importantes, ou seja, para que estamos empenhados na formação da Frente Rio Claro ? Para que temos nos sacrificado tanto? Para que lutamos com tantas dificuldades e ainda temos ânimo para continuar na linha de frente ?

A única resposta plausível para estas perguntas é a de que temos objetivos em comum. Mesmo que nosso Projeto não esteja completo e claro para todos, (embora, intuitivamente, já o tenhamos), confiamos mutuamente uns nos outros, na certeza de que só o poderemos alcançar trabalhando em conjunto. Destaque-se que nosso Projeto está em construção, se compondo nas reuniões do Executivo, nas reuniões do Conselho Político, nas bases conceituais e programáticas da campanha eleitoral, merecendo constantes reavaliações para retificações e realinhamentos.

Cada vez que constatamos as dezenas de pessoas, ocupantes dos cargos de confiança, trabalhando de forma tão dedicada, reafirmamos nossa certeza de que estamos no caminho certo. Mesmo que tenhamos conflitos - os conflitos são salutares em um ou muitos processos- nenhum de nós trabalha apenas pelo salário. Claro que precisamos do salário, que é indispensável, mas, não é isso que nos motiva. Todos nós, sem exceção, poderíamos ganhar muito mais dinheiro se trabalhássemos em empresas da iniciativa privada e\ou como liberais. Se adotássemos as práticas similares ao usual nas esferas governamentais, principalmente em administrações de Rio Claro anteriores a nossa, com certeza ganharíamos muito dinheiro. Contudo, não é essa a nossa motivação.

Somos motivados e movidos pelos nossos desejos incontidos de servir ao público, colaborar com a transformação do mundo. Transformação, essa, que se inicia em nosso município, entre outros, e que haverá de servir como referência para muitos povos, neste e em outros países. Sabemos identificar aqueles que, em outros locais, são movidos pelos mesmos motivos, para com eles compormos os nossos sonhos e a nossa utopia.

Uma das características do fato científico é sua universalidade, isto é, ocorre de maneira semelhante em muitos lugares, sem que estejam se comunicando. Poderíamos admitir, sem sermos deterministas, que este, talvez, seja um dos sinais dos tempos modernos, ou seja, a humanidade está sequiosa por transformações. Mesmo que ainda esteja latente essa enorme aspiração de transformação, ela vive nas pessoas e nas sociedades que lutam por justiça.

Quando nos referimos à utopia, não estamos aspirando o impossível. Nos limitamos em contornos das possibilidades humanas, contudo, sempre queremos ultrapassar nossos limites. Acreditamos na humanidade e queremos demonstrar que o mundo poderá ser muito melhor do que está hoje. Temos uma verdadeira fé no porvir, lutamos para manter nossas consciências tranqüilas e temos a certeza de que a fé sem ação é fé morta. Por todos esses motivos, nos esmeramos em cumprir nossos papéis de administradores que merecem a confiança de nossos cidadãos. Com eles queremos estar e estamos comprometidos.

Aqueles que participaram conosco desde a concepção, e colocam em prática a Frente Rio Claro, inclusive trabalhando na preparação de nosso Plano de Governo, tinham consciência de que nos dedicávamos à construção de um Projeto capaz de forjar a Democracia através da valorização e

* Discurso na Primeira Avaliação do Secretariado e do Governo

do respeito a todas as pessoas e ao movimento social, especialmente o popular. Assim, buscamos o resgate de uns poucos e verdadeiros papéis concernentes ao ser político.

Muitos dos nossos opositores sempre se preocuparam em confundir a mentalidade das pessoas, misturando Estado e Governo, como se fossem a mesma coisa. De nossa parte, pensamos que os governos tem sido corruptos para que os governantes possam dominar o Estado, em todos os seus níveis (Municípios, Estados e União). Com nossas práticas temos podido demonstrar que o Estado não é corrupto em si mesmo, embora na sua construção tenha sido alienador e repleto de vícios impostos pela ideologia e pelos métodos impostos por governantes. Com nossa ação buscamos a recuperação do conceito de política, revigorando nosso discurso de campanha, em conjunto com a Campanha da Fraternidade de 1996, reconhecendo a Política como a Arte de promover o bem-estar social.

Os nossos adversários políticos, em geral, para não dizer todos, possuem objetivos próximos, imediatistas. Querem estar no poder para usufruir dele, beneficiando aqueles que lhes são próximos. Nosso objetivo, mais distante, embora construído no agora, está fundamentado na aspiração de oferecermos nossa contribuição no sentido de criar uma sociedade mais justa e igualitária. A justiça, para nós, somente poderá ser obtida com a igualdade de possibilidades e oportunidades para todos, reconhecidas e respeitadas as diferenças individuais, valorizando-se as diversas culturas. Portanto, não reconhecemos a liberdade e a igualdade no sentido liberal, mas, na perspectiva da democracia radical, ou seja, democracia que é democracia e não falácia.

A Democracia na qual acreditamos é capaz de permitir o desabrochar e o desenvolver da cidadania. Cidadania reconhecida por nós como o direito e a possibilidade das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades de participarem desde o planejamento até as tomadas de decisões, incluindo as operacionalizações e, portanto, a construção de seus presentes e do futuro. O cidadão deve ser visto como o agente de sua vida e da sociedade.

Apesar de reconhecermos nossas necessidades materiais de sobrevivência, a Frente Rio Claro não se formou para beneficiar financeiramente ninguém. Por isso mesmo, cada um dos participantes de nossa equipe tem a convicção de que temos uma responsabilidade enorme com o presente e com o futuro, sempre valorizando e respeitando o passado.

Humildade, sem subserviência, tem sido fundamental em nossa ação. Assim, manteremos os principais elementos que dão o sal de nossa credibilidade. Devemos, sempre, preservar a certeza de que a credibilidade, fundamentada em nossa honestidade de princípios, de propósitos e financeira, amalgamou a base de nossa administração. Ela nos dá sustentação e mantém nossos ideais alastrados nas camadas populares e demais setores que nos elegeram, os quais foram muito ampliados, a partir do momento em que reconheceram nossa sinceridade.

Nos esforçamos muito para compreender e saber agir com justiça, sem sermos “bonzinhos”. Não somos bonzinhos, no sentido de agir com paternalismo, mesmo para beneficiar aparentemente os mais fracos e/ou os mais pobres. Em verdade, os mais pobres e mais fracos, somente o são por agirem e viverem isoladamente, sem coesão. Por terem sido confinados a uma história de exploração e alienação, o que incluiu a extirpação de importantes lideranças. As elites dominantes, deterioradas, são responsáveis pela história de opressão a que esteve e está submetida a cidadania. Acreditamos na ação conjunta e organizada das comunidades e oferecemos nossos esforços para que elas se organizem, se libertem e sejam agentes das suas próprias histórias e, conseqüentemente, da História.

Trabalhar nessa perspectiva e nessa base conceitual não se constitui em um propósito isolado da área social, ou seja, das Secretarias da Ação Social, Educação, Saúde, Habitação, Justiça, Esportes, Cultura, Turismo, do Fundo Social de Solidariedade, do Arquivo Histórico, do PROCON. Essa deve ser a maneira de trabalhar de todas as Secretarias, incluídas as de Obras, Finanças, Administração, Segurança, Indústria e Comércio, do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) e da Empresa de Desenvolvimento de Rio Claro.

CHEGOU A HORA DE DARMOS NOVOS PASSOS

Chegou a hora de explicarmos a que viemos e quem somos. Após conseguirmos tomar posse e conhecer a estrutura administrativa e a Prefeitura em si mesma, tomamos a atitude de criar mais algumas das condições para nosso trabalho inter e transdisciplinar. Ou seja, não administramos para nós mesmos, isoladamente, somente para nos gratificarmos com o poder.

A TRANSINTERDISCIPLINARIEDADE

Trabalhamos em equipe e, como equipe, temos que ser reconhecidos pela comunidade. Faremos ainda melhor quando conseguirmos um outro objetivo, que poderá estar muito próximo, ou seja, quando a comunidade se sentir componente de nossa equipe. Quando a Prefeitura não for reconhecida como *as pessoas que a administram e nem apenas os servidores públicos*, mas, quando a *Prefeitura for a sociedade*; nesse momento, teremos modificado, conjuntamente, o espaço em que vivemos, neste tempo. Aí sim, teremos alcançado nossos objetivos de médio prazo, ou seja, o desenvolvimento da cidadania.

Significando, com isso, que ampliamos o conceito de democracia, o qual, para nós, não se traduz, apenas, na máxima – “*o governo do povo para o povo*” ; mas, desejamos *o governo do povo, pelo povo, para o povo e, portanto, com o povo*. Em outras palavras, o povo e o governo. Para implantarmos essa concepção, não podemos nos sentir como os reais depositários das aspirações populares. Precisamos sim, garantir a todos os setores sociais, vez, voz e participação.

EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA E QUALIDADE

Outra característica em desenvolvimento é nossa apropriação dos conhecimentos e recursos tecnológicos para aumentarmos e melhorarmos a eficiência e a qualidade dos nossos trabalhos. Na atualidade da globalização, a palavra *qualidade* se transformou em novo fetiche do capitalismo. Qualidade, em nossa administração, não tem as mesmas características dos movimentos consumistas que freqüentam as visões neo-liberalizantes.

Mantendo a coerência de nosso Projeto de formação e desenvolvimento de cidadania, entendemos *qualidade* como o conjunto dos procedimentos e ações que permitem às pessoas, comunidades e sociedades a participação efetiva na vida de nosso município. Ou seja, melhorar ou aperfeiçoar a qualidade torna-se indispensável. Com isso, diminuiremos nossos custos, seremos mais ágeis e, portanto, mostraremos eficiência, bem como competência na realização de nossas tarefas. Em outras palavras fazer bem, fazer barato, fazer rapidamente e fazer durável. Essas são metas que teremos para alcançar neste ano de 1998. As parcerias que estamos fazendo com a CESP e com a UNESP permitirão que alcancemos os mais refinados e qualificados instrumentos para nossa gestão municipal.

ACIMA DE TUDO O HOMEM, A COMUNIDADE E AS SOCIEDADES

Desenvolver a cidadania significa dar continuidade à nossa Administração. Ou seja, mesmo que nas próximas eleições municipais sejamos derrotados por grupos conservadores do sistema, os procedimentos implantados por nossa equipe, em conjunto com a sociedade, serão mantidos. Em outras palavras, a sociedade, em nossos quatro anos de Administração, alcançará níveis de cidadania que permitirão que não mais aceite perder as conquistas obtidas. Nenhum outro administrador conseguirá privatizar o DAAE e outros serviços e equipamentos municipais, nem ampliará os processos de terceirização que excluam os servidores públicos para beneficiar a iniciativa privada, nem fará contratação de serviços e obras com superfaturamento, nem conseguirá tratar com desprezo e desdém os cidadãos, por mais simples que sejam, entre outros pontos. Mas,

para que a sociedade e as comunidades ascendam aos níveis de cidadania referidos, precisamos selecionar um roteiro claro.

Para abrir essa discussão poderíamos adotar como documento básico o livro *Educação Popular e Teologia da Libertação*⁴⁷, traduzido pelo nosso amigo, Professor Romualdo Dias. No prefácio, Júlio de Santa Ana, fazendo uma síntese de alguns pontos abordados na obra, afirma “... *Não obstante, não basta entrar na realidade (aprender a aprender), analisá-la (aprender a analisar), interpretá-la (aprender a interpretar). Nos processos de educação popular é sumamente necessário saber comunicar (aprender a comunicar). Matthias Preiswerk introduz aqui as teorias do saber comunicacional elaboradas por alguns pensadores da Escola de Frankfurt, mais particularmente Jurgen Habermas e Karl Apel...*”

Mais a frente, diz o prefácio “...*duvida, a educação popular contém novas exigências, ela deve culminar em uma ação transformadora da realidade por parte daqueles que participam de seus processos (tanto os chamados educadores como os educandos). Isto é, a educação popular deve conduzir-nos a um aprender a transformar...*”

Reconhecendo a necessidade de encontrarmos a linguagem adequada para esse trabalho no qual nos engajamos, torna-se indispensável nossa criatividade, bem como, nossa capacidade de inovar.

Em relatório sobre visita à Secretaria da Educação de nosso Município, o educador Mário Rodriguez Ibanez⁴⁸ (19 a 23 de maio de 1997) considerou “..*Uma condição básica para permitir a participação da sociedade é a informação ampla, fidedigna e compreensível...*” Há dúvidas de que este tem sido um dos pontos mais fracos de nossa Administração? Contudo, isso é possível de entendermos, não se torna fácil nos livrarmos das armadilhas do neo-liberalismo. Por isso, em nossa maioria, compreendemos que o papel de comunicar e informar restringe-se a algumas pessoas e não a todas as pessoas. Aliás, atitude que mantemos, com toda incoerência em relação ao nosso Projeto de Transinterdisciplinabilidade. Não adianta chorarmos sobre o leite derramado. O que devemos fazer é superar essas nossas limitações. Todos nós, administradores, somos agentes. Todos precisamos exercer a cidadania que desejamos ver desenvolvida em nossa comunidade, começando por nós mesmos. Daí, um bom exercício seria testarmos até que ponto as citações que fizemos de Júlio de Santa Ana nos dizem respeito?

Mário Rodriguez Ibanez propõe, em seu relatório, ao comentar nossas formas adotadas de comunicação: “(..) *Por esta via se pode garantir um tipo de aprovação social aos planos administrativos, mas não necessariamente uma participação cidadã na elaboração e execução desses planos. Por isso é fundamental ter uma estratégia permanente de informação para a população de modo que se tornem fáceis as possibilidades de participação da mesma. A informação deve ser ágil e breve, mas profunda. Tem que diferenciar estes três tipos de circuitos informativo:*;

- *o primeiro, mais amplo e geral (sem que lhe falte profundidade e importância) para a população em geral. Para isso, pode-se trabalhar com o rádio, com a televisão e com anúncios ou cartazes de rua*
- *o segundo, dedicado às organizações e instituições sociais. Trata-se de uma informação mais especializada e ampla, sem perder a agilidade da informação de códigos linguísticos próprios da população destinatária. Para este tipo de população pode-se trabalhar com boletins, calendários informativos, historietas, folhas de resumo, etc. Aconselho trabalhar com impressos criativos, já que estes despertam o interesse e curiosidade da população, ao mesmo tempo que são arquiváveis e permitem retornar a fonte informativa quantas vezes for necessário.*

⁴⁷ Matthias Preiswerk. *Educação Popular e Teologia da Libertação*. São Paulo: Vozes, 1997.

⁴⁸ Ibañez, M. R.

- *o terceiro espaço está destinado à parcela da população que participa diretamente (como representantes) nos eventos em que se estabelecem acordos e se decidem as diretrizes da administração. Esta população necessita informações mais detalhadas e contextualizadas a cada momento, além de ter acesso a uma espécie de banco de dados que lhe permita comparar, incorporar novos elementos, refletir sobre as propostas, etc.... A participação da sociedade civil não se dá pelo simples fato de que a Prefeitura abra suas portas para isso, trata-se de um processo gradativo e que respeite as aprendizagens e a perda dos medos que levem a uma participação efetiva e não teatralizada. (...).”*

Também nos interessamos pela observação de Ibanez ao destacar que as pessoas que trabalham com o público, seja atendimento em balcões, através de telefones, na escrituração, etc. devem ser incorporadas como parte da equipe, tendo em vista que veiculam procedimentos, informações internas e as relações com o público. Em outras palavras, esse pessoal faz parte da política administrativa da Prefeitura.

Além desses sugeridos, deveremos abrir diversos tópicos nos nossos processos de comunicação social. Contudo, não poderemos jamais desprezar a importância de nossas Associações de Pais e Mestres nas Escolas Municipais, quase não trabalhadas pela Administração como um todo. O mesmo poderíamos dizer das Unidades de Atendimento a Saúde. Afinal, as Secretarias da Educação e da Saúde são, em conjunto com a Secretaria de Obras, nossas maiores unidades em termos de atendimento ao público. O mesmo precisamos dizer da Secretaria de Esportes, da Cultura, da Segurança Pública e da Ação Social. Secretarias que precisam desenvolver uma sistemática própria para estabelecer canais de comunicação da Administração Municipal com toda a Comunidade.

Para desenvolver esse Projeto, deveremos pensar em formas criativas de comunicação. Conforme destacou Ibanez, há formas comuns de divulgação, mas, precisamos preparar nossos canais volantes como veículos sonorizados levando informações diretas aos bairros, teatro de rua, jograis, músicas, talvez o Arauto do Município entre outros canais de comunicação popular.

Precisamos desenvolver estas e outras idéias. Cabe a todos nós, em conjunto, e talvez pensando separadamente, contribuirmos para as transformações que os eleitores de Rio Claro nos atribuíram.

5.4) O FUNCIONALISMO MUNICIPAL*

Vivemos um momento de muita apreensão. Estamos negociando com o Sindicato o dissídio coletivo da categoria, dentro de um clima de muitas incertezas.

Desde o início de nossa Administração, demos diversas demonstrações de boa vontade e de respeito ao funcionalismo. Assim continuaremos até o final.

Todos se recordam que, ao assumirmos, o funcionalismo estava há cerca de dois anos sem receber reajuste salarial, recebendo salários em parcelas e atrasadas, salários de dezembro e 13^o. sem pagamentos.

Pedimos a confiança do funcionalismo e obtivemos uma resposta positiva. Abrimos as contas e os livros da Prefeitura para serem acompanhados pelo Sindicato e pudemos, gradativamente, equacionar as imensas dificuldades enfrentadas.

Nosso relacionamento com os funcionários, individualmente, com o Sindicato e com a Associação tem sido absolutamente franco. Nada temos a esconder. Por uma questão de justiça, embora estejamos assumindo todas as irresponsabilidades praticadas pela Administração que nos antecedeu, não podemos ser penalizados pelos descabimentos praticados.

Infelizmente, sempre procura-se jogar para as costas do trabalhador, todas as vezes em que as empresas e a administração pública ficam em situação difícil. Ocorre que, grande parte das vezes, a situação difícil é provocada por má administração, apesar que, sempre, as desculpas apresentadas relacionam-se à crise internacional ou mesmo à conjuntura nacional.

Ao contrário disso, no mês de março de 1996, concedemos um reajuste salarial de 15% ao funcionalismo, que teve sua complementação em julho, com mais 5%, perfazendo o total de 20%. Desde aquele momento, sabíamos que isso não seria suficiente. Mas, optamos por iniciar valorizando o funcionalismo. Foi, portanto, uma opção. Antes de pagar os demais credores, preferimos recuperar uma parte do salário do funcionalismo e pagá-lo em dia.

Sabemos que isso não é suficiente. Ainda teremos que dar muitos outros passos. Mas, demonstramos nossa vontade e oferecemos nosso empenho.

Faz 14 meses que estamos na Administração Municipal. Na primeira dezena de março teremos pago 17 salários, dos quais, 13 deles com reajuste. Nesse período, a inflação somou aproximadamente 7%, dependendo do índice levado em conta. Nesse mesmo período, atribuímos 20% de reajuste e pagamos os salários em dia, quando houve necessidade de atrasar foi por pouquíssimos dias. Ainda assim, reconhecemos que qualquer atraso, mesmo que por impossibilidades concretas, acarretam muitos desequilíbrios.

Neste momento de dificuldade, devemos, de imediato, declarar nossa solidariedade com os servidores. Não consideramos que a situação existente na Prefeitura seja decorrente do funcionalismo. Ao contrário, o funcionalismo tem nos ajudado com afinco, para tirarmos Rio Claro dessa situação vergonhosa.

Vocês são nossos principais companheiros de trabalho. E, enquanto companheiros, vocês têm podido acompanhar a maneira séria como conduzimos esta Administração. Todo nosso empenho tem sido demonstrado no dia a dia, em nossa prática e não em discursos vazios. Trabalhamos, sem levarmos em conta quantas horas e quantos dias por semana. Estamos na Prefeitura ou realizando nosso serviço, indistintamente do horário ou do dia. E os servidores têm nos acompanhado. Portanto, a seriedade e a honestidade administrativa, temos certeza de que não deixam dúvidas.

Infelizmente, recebemos uma herança repleta de dívidas que não são transferíveis. Ou seja, temos que pagar sob riscos de inviabilizarmos nossa Administração. Por exemplo, se não nos

* fevereiro de 1998.

tivessem *presenteado* com as dívidas dos transportes de alunos, hoje não teríamos nada a pagar à Empresa José Alexandre Jr. Se não tivéssemos recebido uma dívida de cerca de 4 milhões de reais com a CONPAR, estaríamos com a situação praticamente resolvida junto à essa empresa. Se não tivéssemos recebido tantas dívidas junto ao INSS, FGTS, Seguro dos Funcionários, estaríamos com essas situações regularizadas e não teríamos prestações mensais enormes, inviabilizando nossas possibilidades de investimentos e melhoria no pagamento dos salários. Se o Projeto Cura, através do qual se asfaltou o Cervezão, tivesse sido pago ao agente financeiro, hoje não precisaríamos estar com prestações sendo amortizadas. Enfim, foram muitas as barbaridades cometidas e nós, com responsabilidade, estamos cumprindo nossos papéis de pessoas dignas e probas.

Claro, se o Sindicato, nos anos anteriores, tivesse fiscalizado as administrações que nos antecederam, da mesma forma como na atualidade, todas ou muitas das arbitrariedades cometidas teriam sido evitadas. Não queremos atribuir ao Sindicato a responsabilidade pelos descabros cometidos. Assim, também sabemos que o funcionalismo não irá atribuir à nossa Administração todas as dificuldades pelas quais estamos passando.

Da mesma forma como reconhecemos que o Sindicato tem que ser entendido à partir da posse desta gestão, também gostaríamos que tivessem conosco a mesma atitude. O que não podemos é continuar aceitando as irresponsabilidades costumeiramente praticadas, tanto pelos antigos sindicalistas quanto pelos antigos administradores municipais.

Portanto, não podemos usar dois pesos e duas medidas. Compreendemos que os atuais sindicalistas não podem ser responsabilizados pela conduta dos anteriores, e, da mesma forma, temos que agir diante da Administração Municipal. Não podemos adotar os mesmos métodos e critérios das administrações anteriores; gradativamente corrigiremos os erros cometidos. Isso, contudo, precisa ser feito de maneira séria e responsável, sem novas aventuras imprevidentes.

Nestes nossos 14 meses, com inflação média de 7%, reajustamos os salários em 20%. Isso não pode ser esquecido. Temos que inaugurar uma nova forma de relacionamento. Esperamos que todos tenhamos maturidade para compreender esta realidade. Sob a pena de cometermos as injustiças que sempre recriminamos.

Ao assumirmos a Prefeitura, em 1997, muitos dos servidores municipais nos diziam que o que esperavam de nós era o empenho para pagar os salários em dia. Ninguém nos cobrou reajuste de salários. Todos sabiam das imensas dificuldades que iríamos enfrentar. Todos estavam compreensivos e dispostos a nos ajudar. Apesar disso, nos esforçamos e, em março, fizemos o reajuste. Estava clara nossa opção pela valorização do funcionalismo.

Quando propomos uma nova rodada de negociação, em julho, para reajustar os salários em agosto, estamos admitindo como hipótese oferecer, ainda que muito pouco, um reajuste salarial para agosto. Pela realidade da receita que temos, em julho teremos uma noção mais sólida para apresentar uma proposta concreta. Para isso, propusemos, também, que o Sindicato continue a acompanhar o perfil da receita e das despesas. Assim, teremos as completas condições de tomarmos uma decisão sem irresponsabilidades.

Em primeiro lugar, esta nossa responsabilidade de pagar os salários todos os meses. Isso, considero indispensável. Não faremos um reajuste que nos deixe na incerteza e sob o risco de não conseguirmos pagar os salários. Isto seria muito mais catastrófico do que ter a coragem, agora, de dizer que não podemos reajustar salários neste momento. Prefiro este problema, tendo em vista que temos, com toda honestidade que nos caracteriza, os argumentos apresentados.

Devemos nos lembrar que os servidores públicos, federais e estaduais, estão há muito tempo sem reajuste de salários. Ao contrário do que fizemos, em 1997, e do que nos propomos a fazer, em agosto de 1998. Mais do que isto, enquanto os estados e a União procuram políticas de desemprego, ao contrário, a Prefeitura Municipal de Rio Claro procura criar as condições de estabilidade para seus trabalhadores.

Não pretendemos adotar uma política de desemprego. Preferimos pagar os salários com reajustes menores, do que criar uma crise de medo e instabilidade. O que temos feito é aumentar as atividades da Prefeitura, reduzindo terceirizações. Isso sim, é uma política de incrementar os empregos públicos.

Se concedermos, agora, um reajuste em desacordo com nossas possibilidades, correremos o risco de sermos empurrados, dentro de alguns meses, a adotar uma política de demissões para reduzir o montante total da Folha. Devemos nos lembrar que a Folha de pagamentos da Administração Municipal não pode superar os 60% da receita. Infelizmente, no final do ano passado, chegamos aos 62%, o que reflete um patamar extremamente perigoso.

Outro ponto que deve ser levado em conta, liga-se à atual política adotada pelos Governos Federal e Estadual, contra os municípios. A cada dia que passa, jogam mais responsabilidades para os municípios e não transferem os recursos compatíveis. Veja-se o caso do Fundo de Estabilização (FEF), através do qual a União segura mais dinheiro dos municípios. Veja-se o que está ocorrendo neste ano com a Educação, os governos estão retendo 15% de todas as nossas receitas transferidas para financiamento do Ensino Fundamental. Enfim, cada dia que passa, a União e os estados se apropriam de mais uma parcela dos recursos municipais. Ao mesmo tempo, cobram mais serviços públicos das Prefeituras. Sobretudo, essas providências dos governos centrais não ocorrem após ouvir os municípios, ao contrário, agem de maneira compulsória. Assim é que grande parte das prefeituras municipais estão vivendo situações desesperadoras. Um exemplo disso, são os municípios de Campinas, Bauru e São Paulo.

A questão dos impostos municipais também precisa ser considerada. Todos avaliamos que os impostos municipais, em algumas partes de nosso município, eram muito elevados. Por isso, neste ano de 1998, conseguimos uma melhor adequação. Contudo, devemos reconhecer que Rio Claro foi o município, dos que conhecemos no Estado de São Paulo, em que o IPTU foi reduzido. Acontece uma tendência nacional de aumentar os impostos municipais. Isso ocorre em virtude das políticas da União e dos estados de se apropriarem dos recursos municipais e do aumento de atribuições dos municípios. Os municípios, daqui por diante, precisarão aumentar a participação das receitas próprias em seu orçamento, em virtude da diminuição das demais receitas orçamentárias. Nessa circunstância, os municípios também deverão adotar políticas de demissão do funcionalismo. Essa não é nossa vontade e não será nossa forma de agir, muito pelo contrário.

Temos que proteger os empregos daqueles que estão empregados. Garantir o pagamento de seus salários.

Não é apenas a área pública que está vivendo uma situação difícil. Muitas empresas privadas estão reduzindo pessoal, adotando políticas de bancos de horas, promovendo *demissões voluntárias* e buscando outras formas para diminuir o número de empregados demitidos. Portanto, a situação de dificuldade não é vivida apenas pela Prefeitura e pelos Serviços Públicos, mas, também pela iniciativa privada. Aliás, não é de se duvidar que alguns dos nossos críticos contumazes estejam com salários atrasados de seus empregados, ou trabalhando sem que estejam com suas empresas legalizadas.

Para as demais propostas apresentadas pelo Sindicato no Dissídio, praticamente houve acordo em tudo, ocorrendo adaptações de redação aos princípios legais. Portanto, estamos demonstrando, na prática, nossa atitude de respeito e valorização do Sindicato e dos Servidores. Essa é e será nossa política.

AS PERSPECTIVAS DO FUTURO

Já está claro para todos os nossos servidores que, a partir de agosto, embora com base em pequeno percentual, pretendemos ajustar os salários.

Também está bastante esclarecido que estamos elaborando a Proposta de Reforma Administrativa, a qual não pretende ocasionar grandes modificações na atual estrutura da Prefeitura.

Essa Reforma virá acompanhada da definição de uma política de carreiras, cargos e salários. Embora conheçamos muitas das injustiças que foram praticadas e se consolidaram, contra nossos servidores, infelizmente, não poderemos fazer as devidas correções através da Reforma. Por mais de uma vez já esclarecemos, portanto, que a Reforma não visa fazer correções de salários. Através dela, desejamos apenas legalizar as relações existentes entre a Prefeitura e seus servidores, grande parte contratados sem concurso público e sem uma política de crescimento profissional. Estes aspectos, pretendemos corrigir através dessa nova legislação.

Devemos nos lembrar, ainda, que, após elaboração dessa fase do trabalho, prepararemos o Projeto de Lei para que se estabeleçam as discussões e votações na Câmara Municipal. Portanto, caberá um importante papel aos Senhores Vereadores.

O servidor público deve se lembrar que seu trabalho volta-se para o servir ao público. Portanto, a população de Rio Claro, que paga os nossos salários, deve estar contente com nossos serviços. População contente com os serviços públicos paga seus impostos com maior satisfação. Esta deve ser a marca registrada de nosso trabalho. Ou seja, atender a população com o objetivo de satisfazê-la.

Uma das necessidades de nossa Prefeitura é a informatização. Vamos trabalhar nessa direção. Por isso, torna-se indispensável que nossos servidores tenham interesse de aprender a realizar seu trabalho através de operações informatizadas. Desta forma, melhoraremos a qualidade e a rapidez de nosso trabalho, atendendo melhor ao público.

Em muitos países e empresas que se informatizaram, ocorreu, ao mesmo tempo, um enxugamento de pessoal, ou seja, houve diminuição da necessidade de mão de obra. Em outras palavras, com um equipamento tecnológico precisamos de menos pessoas para realizar algumas operações.

Nossa Administração não adota a política de reduzir os empregos para substituir trabalhadores por máquinas. O que pretendemos com a informatização é tornar o trabalho mais rápido e menos penoso para quem o realiza e para quem o solicita. Desta forma, poderemos ampliar em muito nossas atividades, com o mesmo número de funcionários que temos. Não pretendemos aumentar o número de trabalhadores na área administrativa, onde pode acontecer a informatização. À medida que as pessoas forem se aposentando, não serão contratadas outras para substituí-las, com exceção de algumas posições específicas.

Isto quer dizer que nosso funcionalismo tem que se empenhar sempre para se aperfeiçoar em seu trabalho, realizar as tarefas com dedicação, boa vontade e satisfação. Assim, estaremos bem servindo nossos cidadãos que saberão valorizar o trabalho de nossos servidores públicos.

Esperamos, sempre, nos relacionarmos com franqueza e respeito. Sabemos a importância de nossos servidores. Esperamos que todos também reconheçam o nosso enorme esforço para recuperar a Prefeitura de Rio Claro, oferecendo à ela uma situação de respeito e credibilidade. Rio Claro será cada vez melhor e apesar das dificuldades, estamos de bem com a vida.

5.5) A Cultura é Revolucionária

Reconhecendo que é a cultura – os nomes de família, um coronelismo, um compadrio travestido de fineza – que caracteriza um poder paralelo, fundido em autoritarismo e dominação, esse passou a constituir um importante embate que teríamos de travar, não para ganhar as eleições, mas para conquistar uma parcela significativa de poder. Poder para reinventar a democracia. Assim, nos demos a incumbência de produzir uma nova manhã para Rio Claro. Para se ter um exemplo, o Centro Cultural da cidade era quase sempre freqüentado pelos setores da elite. Ao assumirmos a Prefeitura, passamos a democratizar o seu uso. Negros e pobres preparam e apresentam seus trabalhos. Durante todos os dias temos programações culturais, que vão desde o *hip-hop*, às orquestras Sinfônica e Filarmônica, passando por capoeira, festivais de músicas, dança, artes plásticas e cênicas.

Consideramos e entendemos a cultura como revolucionária. Esta revolução não tem data e hora marcada. Ela é fruto das práticas do cotidiano, a cada momento; desde as pequenas até as grandes ações, o tempo da mudança é todo o tempo e todo o espaço. Por isso, na cultura fazemos muitas e importantes aplicações de fatias do orçamento. A cultura estimula os movimentos da sociedade, e isso é indispensável. Inspiramo-nos no parecer de **Felix GUATTARI (1992)** ao proclamar que *“..ou a humanidade, reinventará seu devir urbano, ou será condenada a perecer sob o peso de seu próprio imobilismo, que ameaça torná-la impotente face aos extraordinários desafios com os quais a história a confronta.”*

A organização da cultura e sua expressão pelos grupos sociais não devem ser tuteladas pelos governos, para que não se aprofunde o caráter da alienação e se fortaleça o autoritarismo da cooptação. Da mesma maneira o caráter clientelista e fisiológico das formas de governar produziram uma cultura de favorecimentos, impregnando as idéias e costumes. Essa é uma imensa barreira que deve ser rompida com as práticas libertadoras de valorização dos setores envolvidos, sem privilégios e favores especiais.

5.5.1) O ROTEIRO DA ORDEM*

O processo civilizatório impõe um conjunto de conceitos fundadores do roteiro que deve ser seguido para quem deseja viver neste mundo, sem se sentir *"fora de lugar"*. O respeito à esses conceitos permite às pessoas se localizarem e almejam uma posição sintonizada com o ambiente no qual vivem. A maneira ocidental de viver é formada por regras impingidas mas pactuadas, com as quais já se firmou um acordo de convívio. É a ordem estabelecida que deve ser preservada pelo Estado, pela força enfurecida de Bush, Blair, Sharon, Berlusconi. Para Max Weber⁴⁹ *"...se inexistissem estruturas sociais fundadas na violência, teria sido eliminado o conceito de Estado e emergiria uma situação que mais adequadamente designaríamos como anarquia, no sentido específico da palavra. Naturalmente, a força não se constitui no meio único do Estado - ninguém jamais o afirmaria - porém a força constitui-se num elemento específico do Estado."*

Em outras palavras, a realidade, conservada pelo Estado, ainda que pactuada pela sociedade, somente pode existir pelo fato de ser o Estado a única fonte para a qual se admite o direito de recorrer à força. É por essa permissividade que as contradições à ordem, ainda que usem meios pacíficos são combatidas com violência pelas estruturas autorizadas. Na ordem estabelecida, mantida pela força, firmou-se um consenso estético de beleza, de limpeza, de fetiche das mercadorias, *de resistência ao estranho*. Dependendo do tempo e do espaço em que afloram esses conceitos, haverá variações de padrão, mas, eles fazem parte do pacto estabelecido para que se considere um grupo social como civilizado. O respeito a esses valores, variáveis na forma, regula de maneira estável os nossos pensamentos e atos. É indispensável o respeito a esses parâmetros,

* Discurso proferido na Abertura do 3º. Fórum regional de Políticas Culturais; junho de 2004.

⁴⁹ WEBER, M. - **A Política Como Vocaçào**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 2003.

como condição necessária do respeito à ordem. Geralmente, não precisamos de nenhum esforço para agir da maneira que foi estabelecida pelos costumes do nosso lugar, ou seja, pelos traços culturais que caracterizam o lugar onde nascemos e no qual fomos criados. Este, talvez, seja o chamado ‘Pecado Original’, que nos leva a agirmos adaptados aos acordos estabelecidos no senso comum, reproduzidos no cotidiano, manifestados pela prática na qual não precisamos pensar. É a obviedade que reproduzimos em nosso dia a dia. É o contorno que estabelece quais são os limites para aceitarmos a diversidades e o novo. A afronta a essas convenções pode produzir choques culturais, confrontos à ordem estabelecida, ordem que deve ser preservada pelo Estado.

A história de um povo reflete a maneira como se estrutura o poder no tempo e no espaço. No ocidente, sob os limites das concepções judaico-cristãs, a história da humanidade tem sido a história de conflitos. A racionalidade, nestes últimos dois mil anos, imposta pelos detentores do poder, quase sempre esteve afeta à ameaça do fogo do inferno. O fogo do inferno e o risco de danação são ameaças para aqueles que não seguem as regras, que ficam obrigados a obedecer os poderosos que controlam as multidões. Robert Happé⁵⁰ afirma que *"...o controle de manipulação que caracteriza nossa história, foi responsável pela absorção de muito medo na psique humana. O medo é dotado de forte poder que nos força a viver circunscritos aos limites da mente racional e, dentro desses limites, tornamo-nos alienados da intuição."* O medo é um grande obstáculo à aceitação de nos submetemos ao novo, às novas experiências.

Os conceitos da ordem estão arrumados, obedecendo uma certa hierarquia que lhes configura a expressão da pureza, é a pureza da ordem. Não foram estabelecidos e pactuados no acaso. A busca pela pureza foi um dos componentes responsáveis pelas aventuras nazi-fascistas. Essa busca poderá, pelo menos, ter se constituído no argumento de fácil convencimento para segmentos arianos. A pureza é um ideal a ser atingido, está em movimento, mas permite a preservação da ordem. Pureza e ordem não são sinônimos, mas, se alimentam um no outro. Há pureza quando cada coisa está em seu devido lugar, evidentemente definido e estabelecido pela ordem. Ordem que estabelece a maneira regular e estável dos procedimentos.

Essas reflexões, que encontramos em Bauman⁵¹ (1998) nos levam a analisar alguns dos aspectos das relações sociais, estabelecidos em nosso tempo. Ou seja, uma sociedade que possui a beleza e a limpeza - não se refere à higiene propriamente, como componentes fundamentais, não se sente preparada para conviver com o feio e com o sujo que estão fora da ordem. Esses componentes são utilizados como parâmetros para a seleção daquilo que está de acordo com a ordem. Ainda que psicologicamente as pessoas são preparadas para separar os padrões que precisam ser confinados para não comprometerem a ordem, devendo ser escondidos para não contaminar a pureza.

Esses são alguns dos conceitos que têm alimentado durante milênios as estruturas autoritárias da visão patriarcal, da dominação, das trocas desiguais, da transformação das culturas, dos lugares e das pessoas em meras e simples mercadorias fetichizadas. A desordem, característica da sujeira ética, moral, da falta de higiene e da feiúra, não pode conviver com os paradigmas vigentes. Daí, devem ser banidas do convívio social, e isso também é muito evidente quando fazem parte do comportamento e dos atos dos seres humanos.

Mas, Robert Happé considera que *"...o verdadeiro sentido de nossa realidade só pode ser encontrado quando experimentamos a vida tal qual ela se nos apresenta -com todas as suas polaridades, com toda a sua beleza e feiúra"* Portanto, o conceito de pureza e o estabelecimento de regras obrigatórias para aceitação social, ou seja, o pacto da ordem, não é capaz de conviver com a diversidade. E o mundo, as culturas, as pessoas, somos todos diversos. As diversidades culturais, biológicas, sociais e econômicas são o fulcro para uma vida rica, saudável e sustentável.

⁵⁰ HAPPÉ, R. **Consciência é a Resposta**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Talento, 1995.

⁵¹ BAUMAN, Z. - O Mal Estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998

Se é verdade que temos vivido uma história de conflitos, na qual a pureza e a beleza não são diversas, certamente temos vivido sob a égide do cerceamento das liberdades, na Sociedade da Mentira. É esta mesma sociedade que tem produzido a desterritorialização das pessoas e a desculturalização dos grupos sociais. Algumas das prisões da liberdade humana são encontradas neste mundo das mercadorias, ao qual a única liberdade que interessa é a liberdade dos *puros, belos e limpos* consumidores nos shopping centers, hipermercados, nos palácios do consumo, cercados de câmeras e seguranças armados, alarmes e portões eletrônicos, grades nas casas ou apartamentos nos condomínios fechados por muralhas, essa mesma liberdade que vive permanentemente sujeita aos vigias armados.

Outras prisões estão localizadas nos depósitos dos loucos que "*enfeiam, perturbam e sujam*" as cidades da sociedade "*civilizada*". Para juntar essas pessoas e retirá-las do convívio com o qual não estão integradas, são mantidos os depósitos de loucos, hospitais para loucos, cujo nome verdadeiro é hospício ou manicômio. A miséria tem o endereço das favelas e dos cortiços; a delinquência está nas "*bocas de fumo*", convive nas gangues, e, no Brasil, seus membros, costumeiramente tem cor da pele negra; o terrorismo está no Iraque, no Afeganistão e já esteve no Vietnã, na forma de comunismo que punha o sistema em risco. Todos esses frutos azedos e amargos, são produzidos, gestados e mantidos pelo sistema e pelo modo de viver "*escolhido*" ou imposto para a humanidade.

Mesmo assim, demagogicamente, são eleitos governos que assumem o compromisso de eliminar o terrorismo e manter presos atrás das grades quase metade da população mundial. Parte significativa já tem suas prisões e está mantida em situação de indigência em quase todo o continente africano e nos *bolsões de miséria* em diversas partes das urbes do *mundo civilizado*. Ou mesmo nos condomínios fechados, cercados por muros, cercas eletrônicas e pelo medo. A mais exuberante e estúpida proposta dos últimos meses veio do vice-governador do Rio de Janeiro - Luiz Paulo Conde, que desejava fazer um muro de 3m de altura para contornar e isolar a Favela da Rocinha, ou mesmo, de maneira "*menos radical*", fazer uma cerca controlada por raio laser. Conforme afirmou o geógrafo Josué De Castro⁵² "*...Metade da população da Terra está com fome. A outra metade não dorme de medo dos que têm fome.*"

Sem distribuir riqueza, sem justiça social, sem reconhecer e valorizar as diversidades e as culturas, não haverá futuro para a humanidade. A distribuição da riqueza e a valorização das diversidades são bases fundamentais para que se tenha democracia. No dizer do Ministro Gilberto Gil "*Da perspectiva do Ministério da Cultura, o desejo é de construir um novo Brasil, de recuperar a dignidade nacional brasileira, terá maior probabilidade de êxito se passar pelo mundo da cultura. Cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma classe artístico-intelectual. Mas, em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira*"⁵³.

Perguntas que Incomodam

Como e até quando, apesar de tudo isso, as forças políticas conseguirão manter a situação vigente? Como, apesar de todos esses fatos, as forças políticas conseguirão manter esse tipo de dominação? Em "*Democratizar a Democracia*", coordenado por Boaventura De Sousa Santos, Emir Sader⁵⁴ aborda o tema "*Para Outras Democracias*", apresentando diversas experiências mundiais de construção dos espaços sociais que nos permitem reconhecermos que no final do milênio, e neste início de novo milênio, devemos fortalecer nossas esperanças, colaborando com nossos esforços. Tem brotado a compreensão de que as formas clássicas de Estado e de democracia política se esgotaram. Com isso, o elemento diferenciador desta fase da vida da humanidade está *...na busca da emancipação social da cidadania, pela ampliação da esfera pública.*

⁵² Josué de Castro. *Geografia da fome.*

⁵³ Gil, Gilberto. Discurso proferido no Seminário de Cultura do Ceará. Fortaleza, 20 de março de 2003.

⁵⁴ SADER, E. - Para Outras Democracias - In **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa.** Boaventura de Sousa Santos, [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Para responder essas indagações, temos procurado fortalecer os processos de construção da democracia local, através da esfera pública articulada na região, no país e em redes internacionais. Procuramos sintonizar aqueles que podem vibrar no mesmo padrão, em busca de uma outra realidade no lugar e no mundo. Para alcançar estes objetivos, a sintonia e o fortalecimento das culturas tem ocupado uma posição de destaque.

Houve momentos em que nos deprimimos e ficamos abatidos diante daqueles que, de maneira vil e estúpida, não mereciam o esforço coletivo que fazemos e o sangue que lhes oferecemos. Vampirescamente, eles nos sugaram com desrespeito e cinismo. Mas, nesses momentos fomos capazes de seguir os conselhos e as recomendações de Weber, dizendo: apesar de tudo.

Quando vemos o ressurgir do nosso Samba, da Umbigada, do Maculelê, da Catira, convivendo com tantas outras formas das expressões culturais e artísticas que estavam desaparecendo; quando vemos centenas de crianças, adolescentes e idosos nas representações cênicas, o revigorar das artes plásticas, a erudição na música, enfim, sentimos a imensa vontade de permitir que saiam de nosso peito, de nossa garganta, os gritos de viva as diversidades, viva as liberdades.

Tenho a honra de coincidir meu pensamento com o do Ministro Gil que considera que a *"...a cultura é sinônimo de transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos"*.⁵⁵ De fato, Ministro Gilberto Gil: a Cultura é a Mãe. É a Mãe da necessária rebeldia, da revolução que dá esperanças. Nos sentimos felizes ao verificar que com nossa construção cultural estamos nos constituindo num imenso peso para quem é consciente da conjuntura local, nacional e internacional. Estamos convictos de que é possível governar um Município, um Estado e um País, com ética e que jamais conseguiríamos algum sucesso se não estivéssemos dispostos a lutar pelo impossível. A tarefa não está concluída, aliás, nunca haverá uma tarefa concluída, sempre haverá mais e melhor por fazer, há muito por fazer neste processo de construção da vida digna e respeito às diversidades. Assim, com Max Weber, consideremos o Soneto 102 de Shakespeare⁵⁶:

*"Jovem era nosso amor durante a primavera
Quando saudava-o com meu canto;
Enquanto Filomel cantava a chegada do verão
Enchendo seu bernal com a colheita de dias mais fecundos."*

Aqui, em Rio Claro, estamos convictos de que, dependendo de nossos esforços, um Verão Florescente está chegando, trazendo frutos doces e maduros. Reconhecemos que estamos em meio a tantas e diversas turbulências locais, regionais e mundiais. Temos tido paciência para construir a base de novas relações entre o poder administrativo e os demais componentes da comunidade. Ainda falta muito caminho para ser percorrido. Temos lutado para construir aquilo que um dia pensamos que seria impossível, por isso estamos fortalecidos com todo o ânimo interior da esperança.

5.5.2) RELAÇÕES PÚBLICO E PRIVADO *

Nossas cidades são alguns dos frutos da criação e do trabalho humanos que se apropriam e se dão o direito de recriar os demais componentes da natureza. Elas são a expressão da história da sociedade, da cultura manifestada no espaço. Preservadas em suas paisagens arquitetônicas e ambientais originais, geralmente imbricadas por outras formas das manifestações do tempo e das formas de viver, ou completamente modificadas, recriadas, destruídas, as cidades nos permitem

⁵⁵ Gil, Gilberto. Discurso proferido na Bienal da UNE; Recife, fevereiro de 2003.

⁵⁶ Falta a referência

* discurso proferido na abertura do Seminário da URB-AL; 2004.

uma leitura dos seus mosaicos integradores. Tais mosaicos apresentam identidades, identificações e sinais próprios, contudo se articulam e não estão isolados. É com essa análise que Milton Santos⁵⁷ (1997) se refere ao lugar: *"...nosso próximo, se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo."*

Sendo uma criação coletiva, social, as formas expressas pelas construções arquitetônicas e urbanísticas são a manifestação das pessoas e das sociedades, que, nelas, no tempo, viveram e/ou vivem. Espaço construído de forma pensada, planejada, apesar das aparências de espontaneidade, a cidade tem a potencialidade de mostrar seus componentes ambientais, econômicos, refletidos nos desenhos e símbolos que expressam.

Cada cidade tem muito para ser estudado e decifrado por seus administradores, pelas visões e matizes humanas e profissionais. As intercombinações e interpenetrações de seus símbolos formam e informam os processos culturais, a memória das diversas relações entre o público e o privado.

É notável como na atualidade globalizada as cidades estão diretamente ligadas à produção do capital e a reprodução do solo transformado em mercadoria. Até mesmo os espaços públicos administrados pelas prefeituras tornam-se visíveis em uma perspectiva privada. As ruas, as praças, os jardins administrados pelos municípios, muitas vezes deixam de se constituir nos espaços da cidadania, e se transformam em "propriedades privadas" de particulares e das prefeituras.

Com essa característica, as praças e as ruas, em grande parte, são ocupadas por cidadãos marginalizados, periféricos no sistema produtivo, externando diversas formas de manifestação da violência. De alguma forma, o poder político do estado-municipal se expressa pela maneira como estão reproduzidos seus espaços de controle. O caráter privado das nossas cidades também fica exposto pela prevalência dos veículos motorizados, comparativamente com o direito à cidade, exercido pelos cidadãos. É nítido o fato de que temos construído nossas cidades privilegiando as vias e os sistemas de circulação dos veículos privados e de outras mercadorias.

A modernidade passou a exigir vias muito largas, inacessíveis para pedestres. Quando o alargamento das vias 'públicas' é executado em sítios urbanos antigos, não há pudores em sacrificar as outras fachadas da cidade. A contemporaneidade, as modernas fachadas das cidades se expressam naquilo que é transnacional, nas lojas, nas placas de propaganda, nos luminosos e nos grandes e atuais símbolos arquitetônicos - os shopping-centers. Pelo que vemos, o Estado tem se afastado, se retirando de suas atribuições em favor dos interesses privados. Em outras vezes, o Estado se comporta como verdadeiro representante dos interesses privados.

Nesse mercado, no qual foram transformadas nossas cidades, são muito importantes os objetos móveis e fixos, expressos nas diversas formas das mercadorias. As próprias pessoas, para serem consideradas com alguma importância, passaram a ser reconhecidas como mercadorias. E as mercadorias, evidentemente, têm maior ou menor valor econômico, ou seja, têm preço.

Uma parte importante do patrimônio histórico e arquitetônico de nossas cidades está representada pelas residências e edifícios que eram habitados pelas elites de nossos países. O exemplo da cidade do Rio de Janeiro é significativo. Houve um período da história da cidade em que as elites preferiam construir suas chácaras e habitações em locais seguros e saudáveis como os topos dos Morros, no Alto da Boa Vista. Com o saneamento dos terraços marinhos, drenados através de canais, o litoral ganhou prestígio e passou a se constituir no objeto de interesses das elites que migraram, acelerando sua ocupação e construindo o que hoje é o Centro Histórico. Posteriormente, outras áreas litorâneas ganharam em nobreza e para lá se transferiram as habitações

⁵⁷ Milton Santos. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. 2ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

das populações mais enriquecidas. Os Centros Históricos ficaram desvalorizados e, em muitos casos, seus prédios semi-abandonados ou abandonados passaram a ser ocupados por cortiços e se transformaram em sub-habitações.

O Centro Histórico de São Paulo também vive seu período de empobrecimento nas atividades comerciais e de habitação. Trata-se de um Centro onde estão instalados todos os equipamentos e infra-estrutura adequados para a vida urbana, e que passou a ser ocupado por populações de nível sócio-econômico de baixa renda. A ocupação dessas monumentais arquiteturas passou a ser reconhecida como ‘degradação das áreas’, na medida em que seus habitantes não possuem recursos financeiros para promoverem a manutenção e a recuperação do patrimônio instalado. Mais este aspecto de nossas cidades mostra a perversidade dos processos de exclusão social e as funções que estão destinadas para as populações de baixa renda contemporâneas. No dizer de Ana Fani Alessandri Carlos⁵⁸ (2001) *“...degradado é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo o rico, o limpo, o bonito.”*

De maneira geral, os Planejamentos Estratégicos que vieram a ser incorporados nas práticas administrativas das cidades, embora envolvendo alguns importantes setores sociais no processo, buscaram retrabalhar os conceitos dos Centros Históricos, estimuladores de outras formas de ocupação. Em geral, os setores sociais que foram atraídos e ocuparam os lugares na fase de degradação ficam desconsiderados, havendo um imenso esforço para reabilitação, com investimentos públicos induzindo os investimentos privados. Assim, procura-se adotar as soluções técnicas que removem os setores sociais de baixa renda que são redistribuídos para outras partes da cidade, quem sabe, para as favelas.

A recuperação de alguns edifícios e monumentos históricos e arquitetônicos se dá de maneira insulada e exclusiva; quase sempre sem levar em conta as áreas do entorno. A configuração é semelhante às construções de condomínios fechados que procuram isolar as elites do restante da realidade social. Trata-se da exclusão dos mais pobres, em relação aos interesses das elites. Mas, por contraditório, também acarreta o isolamento e, portanto, a exclusão das elites, em relação ao restante da realidade concreta dos lugares por elas ocupados.

A cidade, seus patrimônios ambientais, históricos e arquitetônicos são reproduzidos da mesma maneira como a sociedade se reproduz. Nas relações do ente público e do ente privado se processam as formas de dominação impostas pela expansão do capitalismo. Há uma preocupação acerca de alguns resíduos muito perigosos que tem sido deixados pelo ‘desenvolvimento’. Muitos são os depósitos tecnogênicos, a exemplo dos depósitos de lixo domésticos, hospitalares e industriais, às vezes atômicos, que resultam lugares contaminados e que, em algumas circunstâncias, são ocupados por populações de baixa renda. No Estado de São Paulo, na Região Administrativa de Campinas, o antigo aterro de lixo industrial Mantovani e o local contaminado pela Shell em Paulínia estão produzindo sérias conseqüências para as pessoas que ali se fixaram, ou que dependem desses lugares para reprodução da vida. Dirce Suertegaray, Luis Alberto Basso e Roberto Verdum⁵⁹, apresentam alguns exemplos desses depósitos no Rio Grande do Sul, que marcam os processos de construção de territórios em um determinado tempo. O mínimo que se espera é que os responsáveis por todos esses desastres ambientais, sejam responsabilizados, obrigados a regenerar as áreas afetadas e deixem apontados os locais para que as futuras gerações não sejam submetidas a outros riscos.

Neste limiar do novo século, um novo contexto, bastante mais amplo, influencia as ações das políticas públicas. Os governos locais participam de redes nacionais e internacionais, se qualificam com novas práticas urbanísticas, estudam e procuram se acercar de melhores

⁵⁸ Ana Fani A. Carlos. O Espaço do Público - Unidade Temática: Desenvolvimento Urbano. Seminário realizado em Rio Claro - julho de 2001- Rede Mercocidades. Editado pelo Município de Malvinas Argentinas, 2001.

⁵⁹ Suertegaray, Dirce Ma.; Basso, Luiz A.; Verdum, Roberto. [orgs] **Ambiente e lugar no Urbano: A Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

conhecimentos sobre a história das cidades, de seus patrimônios e da identidade de suas populações. Esse incremento de responsabilidades e das consciências administrativas, contudo, quase sempre não é acompanhado pela disponibilização de recursos financeiros, indispensáveis para efetivar as ações necessárias. Tem sido constante a centralização financeira por parte da União e dos Estados, mesmo que sejam ampliados os leques de ações e responsabilidades dos municípios, por transferências institucionais.

As experiências que estão sendo realizadas em muitas de nossas cidades, em parceria com a sociedade civil, ampliam os atores e oferecem maior legitimidade aos processos de cooperação e emancipação social. O século passado se caracterizou pela desterritorialização e pela desculturalização dos indivíduos. Os processos migratórios retiraram as pessoas de suas origens. Os homens e mulheres que chegam em determinados lugares não possuem ali suas raízes e quase sempre não se reconhecem, não dialogam com as vias públicas, com monumentos e com edifícios. Para que se tenha a valorização dos equipamentos e espaços públicos coletivos torna-se também indispensável a valorização e o reconhecimento das identidades dos novos habitantes, que, com educação e participação social, incorporam, integrando-se emocional, psicológica e afetivamente aos novos ambientes de suas vidas.

É notável o fato de que o cidadão que nasceu e/ou foi criado nas cidades procura se identificar e construir sua identidade na história do povoado ou da urbe de seu nascimento, contada pelos patrimônios históricos, culturais e ambientais. Assim, até mesmo para fortalecimento e preservação de suas identidades, esses cidadãos possuem um relacionamento integral com os espaços de seu viver. São esses mesmos cidadãos que se envolvem nas parcerias de participação para o planejamento e gestão das cidades e que se estimulam na revitalização dos espaços urbanos. O instrumento da participação social, democrático, tende a oferecer uma contribuição mais aberta, evitando-se a exclusão dos setores sociais de baixa renda. Contudo, torna-se indispensável que esses setores tenham garantidos seus espaços de participação em todo o processo. Trata-se de uma completa revisão nas formas de fazer, impulsionadora de um novo pacto, de um novo processo de construção dos territórios. É a legitimação do poder local, com vistas a uma política que respeite o direito à cidade, formatadora do novo Contrato Social, indispensável para esta fase de vida da humanidade.

Na visão de Isabel Guerra⁶⁰, essas mudanças que incluem a participação de administrações, coletividades locais, bancos e instituições de crédito, empresas de serviços urbanos, etc. caracterizam um grande policentrismo e "*...fazem emergir um novo rosto do Estado em plena mutação.*" Ocorre que os novos atores deste roteiro não ficam restritos e não desejam ser submetidos às normas coletivas preestabelecidas, há uma enorme possibilidade de recriação. Essa diversidade do nosso tempo representa uma nova face do século que está se iniciando. Um estudo da Construção da Democracia em Rio Claro, escrito pelo professor Romualdo Dias⁶¹ foi publicado pelas Nações Unidas, neste ano de 2003. Com essas reflexões e com o respaldo da prática no cotidiano, esperamos contribuir nessa imensa tarefa que cabe a todos os agentes políticos e cidadãos contemporâneos.

Este Seminário da URB-AL pode contribuir com uma reflexão sensível e capaz de incrementar as mudanças nos métodos e processos administrativos, oferecendo oportunidades de treinamento e formação dos novos agentes políticos e sociais, públicos e privados; encarregados, neste momento, de registrar as marcas da vida humana na Terra. Reiteramos que somos frutos da

⁶⁰ Isabel Guerra. O Território como espaço de ação coletiva: paradoxos e possibilidades do "jogo estratégico de atores" no planejamento territorial em Portugal. In: **Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa**. Boaventura de Sousa Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁶¹ DIAS, Romualdo. A Democracia Participativa em Rio Claro, Brasil. In: **Coletânea Rio Claro a Cidade Azul no limiar do novo milênio**. DE MAURO, Cláudio A. [org]; Rio Claro: Arquivo Público do Município, 2003.

história da civilização em determinados tempos e espaços. No presente, estamos oferecendo as contribuições para a construção de um novo e digno processo civilizatório, um novo contrato social, uma outra globalização, incluyente e capaz de conduzir a humanidade pelos caminhos da distribuição da riqueza, da valorização da vida.

5.5.3) PRIVATIZAÇÃO DA FERROVIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE*

Excelentíssimo Senhor Presidente da FEPASA, A Prefeitura Municipal de Rio Claro tem a honra de se dirigir a V. Excia. para reiterar a importância das Ferrovias Paulistas S. A. para nosso Município. Aqui, as Oficinas da Paulista empregaram grande parte da mão de obra, em muitos casos, hoje aposentada.

As ferrovias se constituíram, no interior do Estado de São Paulo, num importante pólo de desenvolvimento e formação de cidades. Rio Claro cresceu ao longo da ferrovia. Desta forma, há um débito mútuo entre nosso município e a FEPASA e vice versa. Existe uma cultura de carinho da população de Rio Claro para com a ferrovia; por um outro lado, a ferrovia é proprietária das mais importantes áreas edificadas e não edificadas (terrenos) de nossa área urbana. De alguma forma, em Rio Claro, a FEPASA se constituiu num agente monopolizador do solo urbano edificado ou não edificado. Agora, como sabemos, a direção da ferrovia pretende, gradativamente, privatizá-la.

Salvo melhor juízo, o assunto parece-nos estar sendo tratado como se a FEPASA nada tivesse a ver com a história e com a construção de nossa cultura e de nosso espaço. A relação entre a FEPASA e os municípios onde ela se instalou, ou onde ela serviu de agente de implantação do urbano, da cidade, aparentemente poderá ser resolvida como uma questão meramente econômica. Ou seja, os municípios que desejarem, ou melhor, os municípios que tiverem capacidade de investimentos poderão comprar partes do patrimônio da FEPASA, caso contrário, estarão sujeitos àquilo que for decidido pelos setores econômicos capitalizados e capazes de comprá-lo. É verdade que talvez a FEPASA venha a oferecer algumas vantagens em termos de tempo para pagamentos - parcelamentos - para os municípios que puderem fazer essas compras. Ainda assim, a relação comercial parece-nos a mais forte. Em outras palavras, quem tiver mais dinheiro poderá comprar mais ou melhor.

A privatização da FEPASA, parece-nos, ocorrerá em partes, ou seja, primeiro se privatizará o transporte de cargas, depois vende-se o patrimônio, e assim por diante. E assim, gradativamente, a FEPASA vai abandonando a cidade, abandonando sua relação de afetividade com o município, portanto com sua gente. Em Rio Claro, parece-nos que esse modelo irá redefinir nosso desenho urbano, em função dos interesses dos investidores capitalizados e capazes de comprar o patrimônio da ferrovia.

Em função da relação da afetividade existente entre a população de Rio Claro e a FEPASA, consideramos indispensável a ampliação de nossas relações de cooperação e parceria. Essa conclusão enunciada leva-nos a propor alguns pontos que julgamos importantes para a manutenção desse espírito carinhoso emanado de nossa população, bem como, dessa cultura ferroviária, afetiva, aqui existente. Algumas das solicitações que apresentamos são:

1) Consideramos indispensável que exista um sistema de transportes sobre trilhos em Rio Claro. Para isso, desejamos que a FEPASA nos garanta as condições de funcionamento de uma ligação entre Santa Gertrudes e Batovi, ligando os bairros urbanos de Rio Claro e permitindo o transporte de passageiros e correspondendo a um trajeto de aproveitamento turístico. Esta é a forma de integrarmos nossa população, sua cultura ferroviária e o desenvolvimento urbano;

* discurso ao presidente da FEPASA, 1998.

- 2) A manutenção e restauração dos prédios tombados pelo CONDEPHAT e alguns galpões e barracões utilizados como armazéns, permitindo a implantação de uma área cultural, incluindo o museu da Ferrovia. A manutenção e restauração dos prédios poderão ser efetuadas com participação da iniciativa privada e da Prefeitura Municipal de Rio Claro;
- 3) A presença do município e da sociedade civil organizada de nosso município, em conjunto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, CONDEPHAT, além de outros organismos, formando um grupo gestor do Horto Florestal Navarro de Andrade. Projeto com estas características está sendo desenvolvido pelo Excelentíssimo Senhor Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Deputado Federal Fábio Feldmann;
- 4) Ceder e/ou transferir para o Município os prédios e demais infra-estruturas, incluindo equipamentos e materiais utilizados na escola que servia para formação da mão de obra pela FEPASA, em conjunto com SENAI. Nesses locais, e com esses equipamentos e materiais, a Prefeitura poderá, em conjunto com os aposentados da FEPASA e nossos educadores, construir um importante Centro de Treinamento, Reciclagem e Formação de Mão de Obra, mantendo uma relação com a história da ferrovia;
- 5) O setor urbano, antigamente integrado ao Horto Florestal Navarro de Andrade, posteriormente, utilizado como Stand de Tiro pelo Tiro de Guerra, portanto, historicamente utilizado pelo município, cuja posse da terra é da FEPASA, foi utilizado pela Prefeitura, em 1995 e 1996, para assentar cerca de 1000 famílias. As casas foram e/ou estão sendo construídas em sistema de mutirão, pela própria população, com ajuda da Prefeitura Municipal. Solicitamos que a área seja doada para que a Prefeitura a repasse para essas famílias, situação semelhante àquela vivenciada no Horto de Sumaré, ocupado por famílias sem terras rurais, atualmente muito bem utilizadas para produção de alimentos, tendo em vista a grande dificuldade de pagamento dessa população, predominantemente possuindo renda familiar muito baixa.

Esses são alguns dos pontos que consideramos indispensáveis para que a Presidência e a Direção da FEPASA considere, no processo de privatização, referentes ao Município de Rio Claro. Solicitamos de V. Excia. o especial obséquio de analisar os tópicos elencados, garantindo o atendimento das expectativas da população de nosso município. Município que a FEPASA ajudou a construir e com o qual, entendemos, deva manter relações diferenciadas e de profunda consideração.

5.6) A Democracia tem que Produzir Alegria

Com a preocupação de reinventar a democracia, reconhecemos que os meios e o dia-a-dia também devem ser democráticos. Consideramos que, apesar de trabalhosas, as práticas de construção da democracia devem ser prazerosas, envolvendo todos os setores da comunidade. A partir daí, e aproveitando as experiências bem sucedidas no Brasil, implantamos em 1997 o Orçamento Participativo, que, gradativamente, tem adquirido complexidade e vai se transformando em Planejamento e Gestão Participativos. Apesar dos limites e do engessamento dos orçamentos dos municípios, tendo em vista os comprometimentos legais definidos pela legislação brasileira, ainda assim há uma importante margem de recursos que podem ser aplicados com a presença da comunidade. O Orçamento do município deixa de ser preparado dentro de gabinetes fechados e ganha as ruas e bairros da cidade. Assim, no final do Governo passado (1997-2000), nos preparando para o novo mandato, realizamos a *Conferência Municipal Rio Claro: Cidade Viva*, com presença maciça da sociedade local. Nela, deliberamos e estabelecemos as linhas mestras do novo governo, que agora são revisitadas pelas Conferências Temáticas, realizadas a cada dois anos.

A decisão de conduzir as aplicações de recursos para fortalecer os setores sociais marginalizados é uma forma de se distribuir riqueza e contribuir para o reconhecimento do direito à cidadania. Para que isso se efetive, torna-se indispensável a constante indagação e reavaliação a respeito da

metodologia de trabalho adotada, bem como dos resultados obtidos e demonstrados na prática da construção municipal. Saneamento básico efetivado reduz a mortalidade infantil e melhora substancialmente as condições de saúde da população. Os Governos que optam por práticas progressistas, muitas vezes são levados a praticar políticas sócio-econômicas compensatórias. *Mesmo assim, temos que praticá-las para que haja tempo de se ensinar a pescar.* Contudo, sempre estamos nos cobrando para que o *esverdeamento* – ecológico-ambiental – que estamos promovendo em nossas cidades, seja de fato um processo de construção de cidadania, e não uma nova forma de fortalecer as políticas do **pretensio império**, que renova seus discursos e nos empurra para seus interesses. Na mesma direção indagamos dos partidos políticos com os quais estamos coligados: vivenciamos uma novidade, uma experiência exitosa e com possibilidades de ser apropriada nos processos democráticos, ou estamos somente repartindo fatias de poder? Afinal de contas, estamos mudando do que para o quê? O capitalismo travestido de neoliberalismo também nos convida para as mudanças, mas quais mudanças? Certamente para aquelas escolhidas e selecionadas para deleite do capital.

As reuniões semanais do secretariado, em alguns momentos, parecem providas de pouco sentido. Muitas vezes, aos assuntos abordados se referiam a uma ou outra área, havia uma certa sensação de fragmentação e os estilhaços representavam nossas realidades. O professor doutor **Romualdo DIAS**, ex-Secretário da Educação de Rio Claro, considerava e destacava a importância do processo de digestão. Somente depois dessa *digestão* é que se poderia perceber o encadeamento dos problemas e como eles se articulam entre si, apesar de não se demonstrarem, a princípio, com qualquer sintonia. Ao final, pode-se chegar ao inesperado, e, portanto, à surpresa. Esse é um importante espaço do planejamento que nos leva a encontrar o senso comum do solidário. Em seguida, o processo pede a articulação desse senso comum, construído de maneira participativa e solidária, com nosso projeto político. Em verdade, os temas não são fragmentos desconexos. Os espaços domésticos, o bairro, o trabalho, os espaços onde exercitamos nossa cidadania – todos –, e daí, os espaços mundiais se articulam, e articulam nossas vidas. Assim, podemos nutrir nossas esperanças e nossa militância, acreditando no presente e sabendo que o futuro é novo, desconhecido, e, portanto, o presente é o espaço da criação.

Temos direito de gostar da vida, temos mais uma motivação e mais um gosto para viver, ou seja, o de experimentar as novidades que temos ajudado a construir.

A experiência do Programa Prefeitura no Bairro produziu êxitos. Nos primeiros quatro anos, levamos todas as secretarias para os bairros e em reuniões com os moradores fazemos uma programação de ações do governo. a partir de 2001, mudamos a estratégia. Agora o Gabinete do Prefeito é transferido e todos os despachos são realizados do bairro. Nos bairros Jardim das Flores, Jardim Guanabara e São Miguel, permanecemos durante meses em cada um. Esses bairros foram escolhidos pela gravidade de problemas que os envolviam, principalmente com a violência urbana. Assim se estabelece uma ampla discussão sobre os temas e a comunidade participa, escolhendo prioridades e as ações do governo municipal. Outra boa experiência, com excelentes resultados foi a eleição direta dos sub-prefeitos - responsáveis pelas administrações dos distritos rurais e urbanos, quatro em Rio Claro. Nestas eleições os votos não são obrigatórios e a comunidade pode solicitar a destituição do sub-prefeito, caso não se sinta satisfeita com suas atividades. Mesmo nestas condições, as eleições contaram com as presenças de cerca de 70% dos eleitores dos colégios eleitorais, e, aqueles sub-prefeitos que estavam em mandato, tendo se candidatando para um novo período foram reeleitos com mais de 80% dos sufrágios.

5.6.1) CONFERÊNCIA MUNICIPAL “RIO CLARO, CIDADE VIVA” Segunda Fase – Ano 2002*

* Discurso proferido por ocasião da preparação dos trabalhos da 2ª. Conferência Municipal “Rio Claro – Cidade Viva”, durante reunião do Conselho Político e do Secretariado Municipal, 2002.

Em 2000, o município realizou sua primeira etapa da Conferência Municipal: Rio Claro Cidade Viva. Naquela oportunidade, tiveram participação deliberativa mais de 300 entidades de nossa sociedade civil, contribuindo significativamente para o planejamento de nossas ações administrativas e orientando o trabalho dos diversos Conselhos que estão instalados em Rio Claro. O processo de participação social, em nosso município, tem continuado ativamente e, agora, chegou o momento de darmos mais um salto de qualidade. Vamos revisar e/ou confirmar tudo o que deliberamos em 2000, retificando, se for o caso, nossos percursos; vamos rediscutir o presente e o futuro que desejamos para Rio Claro. Por todo critério da ética que conduz nossas ações administrativas, chegou o momento de convidar toda a comunidade local e regional para contribuir com sua sabedoria. Todos estão aptos a colaborar.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:

Durante estes seis anos de governo, em que nos esforçamos para compartilhar decisões e processos, na ânsia de contribuirmos com a construção da democracia, rompendo os grilhões que aprisionavam as práticas político-administrativas em Rio Claro a interesses menores do que os da cidadania, aprendemos muito. Tanto a sociedade civil tem crescido nos processos participativos, quanto nós mesmos, da administração municipal, temos aprendido a construir de maneira mais objetiva e transparente nossas práticas e ações. Somos todos muito limitados, sabemos disso e reconhecemos por obrigação e humildade. Mas, temos crescido e aprendido muito. Não queremos ser os ‘vanguardistas’ que pensam ‘saber tudo’ e seguem em frente sem respeitar os tempos da comunidade. Queremos crescer juntos, aprender juntos, mas, agir com determinação no cumprimento de nossas obrigações.

O processo que está se desenvolvendo em Rio Claro tem sido muito observado por outros municípios brasileiros e de outras partes do mundo.

OUTRO TEMPO E OUTRA REALIDADE:

Rio Claro goza, na atualidade, de prestígio regional, nacional e internacional, o que muito nos orgulha. Nosso município é reconhecido como um lugar onde se trabalha pela construção de práticas éticas e democráticas. Mesmo internamente, quando olhamos para 1997 e para as condições nas quais assumimos nosso mandato, comparando-a com a atualidade vemos que, agora, o Governo Municipal pode comprar no comércio local; que as empresas participam dos processos licitatórios da prefeitura, querendo vender e prestar serviços; que nossas contas bancárias não vivem bloqueadas por falta de cumprimento de nossas obrigações financeiras; que nossos servidores públicos recebem em dia seus salários. Portanto, temos uma nova realidade, muito mais digna para o convívio de nosso povo e para nossa auto-estima.

Rio Claro tem conseguido números muito importantes e significativos, com relação a diversas de suas ações, senão, vejamos:

- temos a comenda que nos distinguiu como o único município brasileiro a receber a medalha da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional;
- temos o prêmio de melhor balanço ambiental do Estado de São Paulo, numa promoção do Jornal Gazeta Mercantil e CPFL;
- temos o menor número na mortalidade infantil, por micro-região no Estado de São Paulo;
- fomos considerados como destaque entre os melhores municípios brasileiros que atuam no combate e prevenção da AIDS;
- temos a primeira Estação de Tratamento de Esgotos inaugurada com licenciamento e apoio financeiro da Agência Nacional de Águas;

- fomos classificados como um dos três municípios paulistas com menor número de analfabetos;
- embora nossa Incubadora de Empresas (conjunto entre CIESP, SEBRAE e Município) estivesse funcionando antes de nossa administração, contudo, somente em 2001 foi classificada como a melhor Incubadora de Empresas do Brasil;
- tivemos 9 projetos desenvolvidos pelo município, classificados entre as 120 melhores práticas municipais pelo CEPAM;
- participamos do programa Cidades Educadoras realizado através da Rede Mercocidades com recursos da União Européia;
- somos o primeiro município da América Latina, com menos de 500 mil habitantes a participar da rede Mercocidades. A rede mudou seu regimento interno para permitir que Rio Claro fosse a ela incorporada;
- participa ativamente da Rede URB-AL, tendo recebido recursos da Comunidade Européia, para coordenar o Seminário e a Publicação do Livro Economia Solidária;
- esteve representando os prefeitos brasileiros, em conjunto com os municípios de Piracicaba (SP), Uberlândia (MG) e Juiz de Fora (MG) em missão na Itália através da Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros;
- o Prefeito de Rio Claro é o Diretor Administrativo e Financeiro da Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros;
- o prefeito de Rio Claro foi eleito, por duas vezes, Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;
- o prefeito de Rio Claro é membro do Conselho Consultivo da Associação Paulista dos Municípios.

Entre tantos outros destaques de nosso município, estes são alguns pontos que procuramos destacar para demonstrar de maneira rápida as mudanças na situação local e nas relações externas de Rio Claro, durante estes últimos seis anos.

ALGUNS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO:

Os tempos impostos pela globalização também são diferentes do passado. Os processos de planejamento, adaptados a essa nova realidade mundial, nos impõem mudanças e aperfeiçoamentos, tendo em vista o ritmo frenético no qual acontecem os fatos locais e mundiais. E, como sabemos, aquilo que acontece com a macro-economia e os conflitos mundiais repercute diretamente em nosso local de vida. Por isso, somos chamados, constantemente, a rever nossa trajetória e definir novos passos; às vezes, até mesmo com coragem, precisamos rever os caminhos pelos quais transitamos.

Se a globalização aproximou os territórios no tempo e até mesmo no espaço, também nos oferece a possibilidade de conhecermos informações e experiências mundiais para as quais não podemos fechar os olhos. Ao contrário, o mundo nos oferece a possibilidade de nos modernizarmos em nossas práticas, acelerarmos e fortalecermos nossas capacidades empreendedoras e aproveitarmos as boas oportunidades. Agindo com competência poderemos nos constituir verdadeiramente, em agentes de construção de nossas realidades, prevenindo-nos para minimizarmos em nossas comunidades os enormes riscos contra os quais lutamos e que nos são impostos pelos processos de exclusão em todas as formas de marginalidade social, política e econômica.

O CONHECIMENTO É CONSTRUIDO PELA HUMANIDADE:

Os milhares de anos da vida humana na Terra colaboraram para o aprimoramento das práticas e um desenvolvimento tecnológico que deve estar a serviço de todos. Não foi um povo, isoladamente, que produziu o mundo como ele está. Sendo assim, todos nós temos o direito de usufruir dos resultados do conhecimento e das informações. Não há outro caminho para quem deseja participar da construção da democracia. Povo informado e com disponibilidade de tecnologias tem muito mais possibilidades para obter sucesso e qualidade de vida. Assim, torna-se necessário que o município de Rio Claro esteja inserido nas redes que nos aproximam das novas tecnologias e das experiências bem sucedidas no mundo. A troca dessas experiências estimula que a humanidade seja solidária, cooperadora e fraterna.

Esses são alguns dos valores que sonhamos e trabalhamos para que sejam implementados em nosso cotidiano. Buscamos as condições necessárias para que tenhamos um processo de gestão municipal compartilhado pelos cidadãos; que nossa economia seja consolidada; que tenhamos respeito às condições de vida, submetidas aos princípios do equilíbrio e da sustentabilidade ambiental e que nossa população esteja sempre determinada a construir, solidária e alegremente, a felicidade.

OS OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL RIO CLARO- CIDADE VIVA II

Se, na 1ª. Conferência, buscamos elencar uma série de demandas levantadas nos diversos quadrantes de nosso município e devidamente consagradas com as deliberações das Plenárias Finais, o patamar que alcançamos neste momento é mais avançado. Por isso, após os avanços já obtidos poderemos:

- Permitir a revisão e/ou confirmação das deliberações da primeira etapa, Conferência Municipal: Rio Claro, Cidade Viva, realizada em novembro/dezembro de 2000;
- Permitir a avaliação das políticas e ações incrementadas a partir das deliberações daquela Conferência;
- Avaliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade obtidos e suas perspectivas para os próximos anos;
- Avaliar a melhoria da qualidade de vida de nossa população no período e apontar para novos objetivos. Verificar se os projetos e programas em execução estão adequados para os objetivos e necessidades;
- Avaliar os pontos que não evoluíram positiva ou satisfatoriamente, as causas e dificuldades encontradas, bem como redefinir a estratégia de intervenção, se for o caso;
- Avaliar a ampliação da participação cidadã nas decisões e ações realizadas;
- Aglutinar as forças políticas, inclusive partidárias, na construção e implantação de um projeto comum que objetive Rio Claro para e de todos;
- Verificar o progresso conseguido na construção do Poder Local;
- Verificar e avaliar a estratégia de inserir Rio Claro nas relações regionais, nacionais e internacionais, com participação em Redes;
- Levantar as novas estratégias e ações que serão adotadas na próxima fase do planejamento de Rio Claro;
- Avaliar os instrumentos e procedimentos de divulgação utilizados pela administração municipal e apontar para a nova fase capaz de garantir informação para todos os cidadãos;

- Avaliar as bases instaladas para consolidar os avanços obtidos; a resolução de problemas ainda não enfrentados adequadamente e fortalecer Rio Claro em sua criatividade, solidariedade e cooperação, nos espíritos empreendedores, em seu destaque na construção da democracia e da busca contínua da felicidade para todos.

Atingindo esses objetivos, propiciaremos condições para que a população de Rio Claro tenha orgulho de viver neste querido e importante município consagrado com o slogan de **Cidade Azul**.

UMA VISÃO DO ESTADO DA ARTE: NOSSO CENÁRIO ATUAL

Para que os objetivos levantados sejam alcançados, devemos considerar, na elaboração desse diagnóstico:

- **A situação urbanística e da infra-estrutura urbana:** são necessárias a obtenção e a elaboração de informações que considerem o crescimento populacional, as atividades econômicas de nossa gente, bem como a adequação das legislações (municipal, estadual e federal), para atender às aspirações, integrando as interrelações de seus componentes;
- **O desenvolvimento sustentável:** a necessária compatibilização das interrelações construtivas da sociedade com os demais componentes da natureza ficou bastante clara na Conferência de 2000. A sociedade sustentável oferecerá, obrigatoriamente, qualidade de vida digna para todos e a responsabilidade de garantir as condições para a vida digna das futuras gerações. Almejamos o desenvolvimento político, social e econômico, com sustentabilidade, o consumo responsável, forjando uma nova cultura de consumo ambientalmente sustentável;
- **Democratização do conhecimento e da informação:** o mundo moderno facilita a comunicação entre os povos, empresas, governos, tanto no local onde vivemos, quanto no mundo. O conhecimento é fruto das relações sociais ao longo da história da vida humana e pertence a toda a humanidade. Conhecer e se atualizar nos instrumentos de informação deve ser entendido como um direito de todo cidadão;
- **O Desenvolvimento econômico como fonte de trabalho e produção para o bem estar social:** vinculado, visceralmente, à sustentabilidade, os desenvolvimentos -agropecuário, inclusive os agro negócios; industrial; comercial e de serviços são necessários para garantir recursos e trabalho que mantenham e ampliem o conforto na cidade e no campo;
- **Os níveis da integração social:** as entidades promotoras de ações filantrópicas e atenção social precisam estar integradas entre si e com o poder público. Isto pode evitar redundâncias de ações e vazios que podem ser ocupados com os mesmos recursos humanos e financeiros. A distinção entre entidades privadas e com fins lucrativos deve ser reconhecida, conhecendo suas limitações na ação em cada setor e estimulando a complementaridade. Neste aspecto, haveremos de reconhecer a amplitude das possibilidades, dos valores da cooperação, solidariedade e integração para atender e beneficiar todos, fortalecendo a cidadania;
- **O fortalecimento das relações histórico-culturais:** uma população que em sua maioria foi desterritorializada e desvinculada de seus traços culturais tende a não valorizar o espaço e o território que habita circunstancialmente. O fortalecimento da história e o aprofundamento dos laços e traços culturais entre os atores de uma realidade se configuram como indispensáveis para o reconhecimento da identidade, o desenvolvimento da vida em paz e no estado de bem estar social, bem como a sustentabilidade social. Reconhecer a importância e forjar o desenvolvimento das características culturais do local são exigências das práticas modernas de valorização e de participação social;

- **A construção da democracia e do poder local:** os instrumentos de participação e controle na construção do município, tanto no que diz respeito ao poder público - executivo, legislativo e judiciário, quanto no controle social das atividades privadas que implicam e interferem na vida comum dos cidadãos, dão vida ao projeto democrático. Torna-se indispensável a valorização e o respeito aos espaços do público, em seu sentido mais amplo possível.

INFORMAÇÕES E DADOS NECESSÁRIOS PARA CONSTRUIR O ESTADO DA ARTE:

Há uma interrelação entre o crescimento das demandas e a situação dos serviços oferecidos, para o devido reconhecimento do déficit ou da satisfação das atuais condições. Por isso, alguns dados são indispensáveis para aprofundamento da análise, bem como para a construção de uma interpretação que viabilize e aponte soluções. Os Conselhos temáticos existentes, bem como toda a sociedade civil e a administração pública poderão fornecer os dados necessários, que sejam disponíveis e que mereçam alguma confiabilidade. Assim, todos os agentes referidos, se o desejarem, poderão nos ajudar a construir esta Conferência Municipal: Rio Claro, Cidade Viva II.

São necessários dados sobre: crescimento populacional; crescimento econômico (agro-industrial, industrial, comercial, serviços públicos e privados), considerando número de empresas, empregos, dados de produção, arrecadação e pagamento de ICMS, IPI e outros; arrecadação de impostos municipais, estadual e federal; crescimento das construções urbanas; novos loteamentos e/ou implementados, construções habitacionais; crescimento de equipamentos, demanda e vagas no atendimento dos serviços públicos (inclusive água, ligação de esgoto, ligações elétrica, telefônicas, equipamentos de informática, sócio-culturais, emprego, saúde, educação, habitação, esportes, transportes coletivos, lazer, atenção a juventude, atenção a terceira idade), bem como seus respectivos déficits; mapa da ocupação do solo urbano (evolução), inclusive, conjuntos habitacionais que estavam em construção, concluídos, novos etc.; condições da mobilidade social, os transportes públicos e privados, local, regional, a inserção e comunicação com outras localidades e na região; os pontos em que identificamos problemas para a integração urbanística e/ou da mobilidade social; pontos críticos e situações de desrespeito aos demais componentes da natureza, as dificuldades reconhecidas pelo poder público; entidades governamentais e não governamentais; conselhos e entidades participantes da construção da vida no município e na região. Estes são alguns dos tópicos que elencamos, sem prejuízo da inclusão de outros que forem considerados necessários.

PERGUNTAS QUE RIO CLARO PRECISA RESPONDER:

Temos a expectativa de que nossa Conferência possa responder algumas indagações que são indispensáveis para a construção de um Projeto de Planejamento Participativo, entre elas temos:

- Qual é o tamanho (mancha urbana e populacional) que queremos e que poderemos ter, respeitando-se nossa capacidade de suporte ambiental e de desenvolvimento economicamente sustentável ?
- É possível pensarmos o desenvolvimento econômico integrado com o meio ambiente sadio e, portanto, sustentável, fortalecendo as interrelações cidade - campo ?
- Quais são os melhores caminhos para estimularmos a capacidade empreendedora de nossa população, obedecendo-se o princípio do desenvolvimento com cidadania?
- Devemos estimular os movimentos da modernização e da informatização visando a integração de Rio Claro e de nossa cidadania, interna e externamente?
- Devemos aprofundar a inserção de Rio Claro na região, no Brasil e internacionalmente?

- Há disposição para um desenvolvimento socialmente integrado entre as entidades não governamentais, a administração municipal e os cidadãos?
- Temos condições econômicas e estruturais para oferecer saúde, educação e formação cidadã e profissional para toda nossa população?
- Podemos promover uma urbanização com infra-estrutura que garanta a satisfação da cidadania ?
- Conseguiremos o desenvolvimento sócio-cultural, aprofundando nossas raízes e reforçando a identidade do nosso local de vida?
- Conseguiremos atuar coletivamente para valorizar as pessoas humanas, buscando atendendo suas necessidades materiais, psicológicas e espirituais para que se sintam humanamente respeitadas ?

RIO CLARO QUE QUEREMOS

Após respondermos as perguntas formuladas, poderemos tentar encontrar um período que nos ajude a expressarmos as aspirações que temos para nosso município. Propomos uma reflexão para o seguinte conteúdo que poderá ser aceito, adaptado, reformulado ou mesmo preterido para que seja refeito e nossa participação coletiva. Assim, vemos Rio Claro como um município moderno, com atividades diversificadas e qualificadas (agro-industrial, industrial, comercial e de serviços públicos e privados formais e informais); respeitador do meio ambiente; preocupado com a sustentabilidade da vida atual e das futuras gerações; respeitador das diversidades; que reconheça e fortaleça sua identidade história e cultural; estimulador do desenvolvimento da cidadania, da participação social e portanto da construção da democracia; que de maneira solidária procure atender os excluídos dos processos produtivos, acolhendo-os em suas necessidades humanas fundamentais e para os quais busque alternativas de inclusão social; capaz de desempenhar com competência e solidariedade suas responsabilidades na inserção regional, nacional e internacional.

A VIABILIZAÇÃO DO NOSSO PROJETO: DESENVOLVIMENTO DO PODER LOCAL

Algumas das ações que consideramos indispensáveis, e que poderão ser analisadas pela Conferência Municipal Rio Claro – Cidade Viva II, capazes de nos conduzirem para atender os objetivos e conceito que estamos construindo de nosso município, são, pelo menos, as seguintes:

- Fortalecer os processo de construção da democracia, nisso estão incluídos: o Orçamento Participativo; a valorização dos Conselhos temáticos; a realização das Conferências temáticas e esta; a manutenção do sistema de descentralização do Gabinete do Prefeito atuando em bairros; a eleição dos sub prefeitos nos quatro Distritos; a manutenção das reuniões semanais do Secretariado com o Prefeito e Vice-Prefeito, entre outras medidas;
- Fortalecer os processo de Planejamento Participativo: revendo o Plano Diretor; adequando nossa legislação ao Estatuto da Cidade e outras conformes; construindo a Agenda 21;
- Adotar um sistema de indicadores que permitam a avaliação da qualidade de vida, com atualização constante e contínua dos dados e que permita comparação com outros municípios, para identificação do progresso em nosso processo comparativamente com a realidade nacional, estadual, e, se possível, internacionalmente;
- Adotar mecanismos modernos de informatização que confirmem a administração pública aberta e a disposição do controle dos cidadãos e suas relações em rede;

- Adotar medidas que estimulem o desenvolvimento econômico fundamentado no respeito ao meio ambiente, gerando cidadania, revendo os critérios vigentes para a produção e o consumo . Estimular os processos associativistas e de cooperação empresarial e de crédito social;
- Informar a população sobre as ações e possibilidades que elevem sua auto-estima, valorizem nosso município e ajudem na construção de uma imagem positiva de Rio Claro, diante da realidade e de suas novas possibilidades;
- Construir um projeto de Educação no sentido integral e formação cidadã e profissional;
- Construir e fortalecer o projeto dinamizador e de participação em redes que continuem a inserir Rio Claro nas relações regionais, nacionais e internacionais;
- Adequar os orçamentos municipais à prioridades de infra-estrutura e urbanismo, adequando-os ao ritmo das possibilidades financeiras;
- Estimular projetos culturais e de conhecimento dos espaços municipais para que a população fortaleça sua identidade, suas raízes e seja receptiva ao projeto de incrementação do turismo com sustentabilidade.

5.7) DESEMPENHANDO PAPÉIS NAS REDES

Há um grande esforço na busca de programas e práticas que libertam e se contrapõem ao modo como se dão as práticas comuns. Assim é que realizamos o seminário sobre Economia Solidária, coordenado por Silvana Maria PINTAUDI, com apoio da URBAL. As práticas e processos associativistas passam pela formação de grupos de mulheres com lavanderia comunitária, cooperativa de artesãs, formada por desempregadas e/ou que necessitam de alguma renda para a família. O mesmo processo de cooperação estimula a coleta seletiva de resíduos sólidos na Coperviva – Cooperativas dos catadores, muitos dos quais saíram do aterro sanitário, onde conviviam com os resíduos. Exemplos dessas práticas são conhecidos em diversas cidades brasileiras e da América Latina. Muitas das ações coletivas, solidárias, do tipo mutirão, representam mais sobreposição de tarefas, o que gera uma certa resistência por parte de alguns setores da esquerda; contudo, se elas representarem solidariedade de classe social, esses procedimentos poderão se constituir num importante processo de diálogo e formação política de cidadania e de desalienação.

5.7.1) REDES INTERNACIONAIS

5.7.1.1) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E ESPERANÇA

O Fórum Social Mundial, evento ocorrido entre 25 e 30 de janeiro, em Porto Alegre, realizado simultaneamente com o encontro dos governos dos países ricos, grandes empresários e representantes do mundo financeiro, em Davos, na Suíça mexeu com muitas emoções ...e...razões.

Com a queda do Muro de Berlim, muitas pessoas acreditaram que havíamos chegado ao fim da utopia socialista. Chegamos a ler e ouvir os arautos do fim da história, ou seja, com a pretensa vitória do capitalismo teríamos que nos amoldar ao sistema tido como vitorioso. O período de ajustes, desde o fato que se profetizou como o fim dos sonhos, fundamentados em utopias, se caracterizou por muita tristeza. Com medo de que o mundo não mais pudesse se fundamentar na justiça social, na igualdade de oportunidades e, portanto, no fim da miséria, muitos dos setores sociais e especialmente imensos contingentes de jovens, sem perspectivas, preferiram se negar e

negar a vida. Com isso, aumentaram de maneira enorme a violência, o uso indevido de drogas. Enfim, a própria vida foi identificada com uma droga. Viver para quê? Se já não temos mais esperanças de que um dia, mesmo que seja para nossos netos, acontecerá a felicidade.

Cresceram os profetas, propalando que teríamos que nos amoldar aos interesses das potências mundiais, pois, afinal, a felicidade não é para este mundo. Não fomos nutridos, sequer, pela esperança de amanhã as coisas melhorarem.

“Vitoriosos”, os lacaios do capitalismo exorbitaram. Afogados pela ressaca da “vitória”, pensaram: - agora, poderemos impor o mundo que nos interessa. Os setores da esquerda estavam combalidos, enfraquecidos, não poderiam reagir com facilidade. Assim, os “vitoriosos”, pouco humildes, não perceberam que exageraram na dose. Implementaram políticas de mais completa exclusão social. Decidiram por fortalecer um sistema destinado para poucos, capaz de eliminar aqueles que não estão preparados para a vida.

Essa atitude dos mais ricos do mundo, levou-os a concentrar as riquezas de maneira rápida e exagerada. Assim é que 20% dos mais ricos do mundo são proprietários de 80% da riqueza do globo. Cerca de uma dezena de famílias são proprietárias de cerca de 20% da riqueza mundial. À margem disso, milhões de pessoas morrem vítimas da inanição. Um continente do tamanho da África foi reduzido a uma quase situação de indigência, mas, na definição dos capitalistas, os países da África estão em situação de insolvência. Contudo, a miséria não se restringiu aos países pobres do mundo. Até mesmo no cerne do capitalismo mundial, as ruas de Nova Iorque, voltam a aparecer os contingentes de tuberculosos e indigentes. Os “donos” do sistema não são capazes de perceber que, até mesmo para se salvar, precisariam distribuir uma parte da riqueza produzida pelos miseráveis e pelas nações mais pobres do mundo.

Não são poucos os autores que tem prevenido os capitalistas, alertando que se eles não se preocuparem e cuidarem dos pobres correm o risco dos pobres cuidarem deles. Marx & Engels procuraram demonstrar que a pirâmide social poderá ser derrubada pelas bases, e, os que estão em cima, serão tragados pelos de baixo. Apostar no caos poderá representar uma perigosa revolução que não terá vitoriosos. Toda a humanidade será derrotada.

A cidade de Porto Alegre e o Fórum Social Mundial demonstraram que existem sérios riscos para o capitalismo mundial. E, paralelamente, que ainda resta muita esperança para a humanidade.

Mais de 10 mil pessoas, de todas as partes do mundo, de todos os continentes, demonstraram a imensa vontade de construirmos um mundo onde prevaleça a justiça social, o respeito às diversidades e universalista.

Até mesmo os mais exacerbados se manifestaram; pelo respeito à diversidade, foram respeitados. É claro que a grande maioria dos que estiveram em Porto Alegre não concordaram com manifestações que desrespeitaram os norte-americanos, ou mesmo, os que vieram do primeiro mundo. Na expressão de muitos palestrantes, não poderemos nos comportar como os algozes dentre os pobres, não vamos nutrir sentimentos de vingança. Não vamos nos vingar daqueles que nos exploram e matam de fome nossos irmãos esparramados por todo o mundo. Não concordamos com a política do governo americano, que adota métodos recessivos que irão abalar ainda mais as combalidas economias dos pobres.

Não podemos conviver com o imenso e crescente contingente de desempregados de longos períodos. Homens e mulheres que não possuem alimentos para matar sua própria fome e de seus filhos. Não concordamos com as políticas dos países ricos, que exploram e impõem seus interesses, em detrimento dos interesses dos países mais pobres, geralmente governados por despachantes de luxo, daqueles “governos centrais”. Aliás, por isso mesmo é que muitos dos governantes não puderam entender a maravilhosa dimensão humanística do Fórum Social Mundial. Apesar disso, não nutriremos o espírito da vingança. Com generosidade e com humildade, mas com determinação, lutaremos pelo fortalecimento da esperança. Esperança alicerçada sobre princípios fundamentais. Esperança alicerçada no amor que devemos nutrir por todos os viventes da Terra. Esperança, que é

filha da democracia, democracia radicalizada, na qual se respeitam as diferenças, mas se age pelo bem comum, com solidariedade.

Porto Alegre se vestiu da democracia. Porto Alegre é democrática!

Em Porto Alegre se reuniram representantes de milhares de entidades não governamentais, se reuniram governadores, prefeitos e alcaides, se reuniram parlamentares. Todos conscientes da importância da ética, repetindo, com Eduardo Galeano, que um dia todos os políticos saberão que as pessoas não se alimentam de promessas. Ou seja, são políticos que acreditam e vivem a Ética em seus procedimentos. São políticos que, em conjunto com muitas outras pessoas dignas, reconheceram que a ação local é indispensável. Afinal, essa globalização dos países e empresários mais ricos do mundo se reflete nos lugares com a pobreza, a miséria, os subnutridos, os desempregados e desesperançados. Os políticos do Fórum Social Mundial sabem que são indispensáveis as práticas e os exemplos em seus locais de origem, mas, também é indispensável a articulação entre eles, o fortalecimento das redes democráticas. Essas práticas são necessárias para o desenvolvimento de um mundo livre, libertado.

Dizem que o governo do Rio Grande do Sul e Porto Alegre investiram cerca de 1 milhão de reais com o Fórum. Felizes dos taxistas e outros transportadores, trabalhadores de hotéis, restaurantes, comerciantes. Eles fizeram a chamada “feira”. Eles demonstraram felicidade e alegria pelo sucesso do Fórum. Mais de 10 mil pessoas aportaram no Porto Alegre e gastaram dinheiro, durante pelo menos cinco dias. Portanto, desde a visão mais pertinente do lucro, até a visão mais mesquinha dos capitalistas, o Fórum deve ter dado uma boa receita, em impostos, para os gaúchos. E, possivelmente, também deu muito lucro para as empresas que industrializam e vendem produtos “nacionais” e “internacionais”, consumidos pelos participantes do Fórum. Por certo, a economia gaúcha, especialmente a de Porto Alegre, esteve bastante aquecida durante o conclave.

Personagens tão importantes de todo o mundo, parlamentares, governadores e prefeitos de tantas cidades do mundo circularam pelas ruas de Porto Alegre, sem necessidade de seguranças e proteção especial. Eles se misturavam aos participantes do Fórum, andando pelos corredores da PUC – Pontifícia Universidade Católica, nos hotéis onde se hospedaram, pelas ruas de Porto Alegre. Todos estavam nutridos dos melhores sentimentos de amor pela humanidade. E quando esse é o sentimento e essa é a prática que nutre as pessoas, as demais percebem e respeitam.

A base da maioria dos discursos e exposições ouvidos e vistos em Porto Alegre fortaleceu as assertivas de Milton Santos: Por Uma Outra Globalização; Pela Globalização da Inclusão Social; Um Outro Tipo de Mundo é Possível.

5.7.1.2) RIO CLARO E O MAPA MUNDI*

O acordo firmado pelo Brasil com as regiões italianas que incluem a Região da Úmbria (Perugia), Região das Marcas (Ancona) e a Região da Toscana (Firenze), e com uma concreta demonstração de interesse da Região da Emília Romana, acontece pela iniciativa de prefeitos brasileiros que criaram a Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros - ACMB, sob a presidência do Prefeito de Piracicaba Professor José Machado, sob os auspícios do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Tive a honra de representar os prefeitos brasileiros e acompanhar o ministro Luiz Dulce que abriu o seminário promovido pela EURALAT - Observatório Euro - Latino Americano sobre o Desenvolvimento Democrático e Social, e, posteriormente, o ministro Gilberto Gil, em sua recepção, na assinatura do Convênio e seu concerto em conjunto com Maria Bethânia no Úmbria Jazz, na cidade de Perugia.

* discurso escrito em Milão; julho de 2003.

Em todas essas atividades, devo agradecer a importante colaboração recebida pelas presenças da Câmara Municipal de Rio Claro, através de sua representante, vereadora Raquel Picelli Bernardinelli, e da presença indispensável da Profª. Dra. Silvana Maria Pintaldi.

No seminário “Estratégia do Desenvolvimento Democrático na Globalização” tive a honra de fazer um discurso de cerca de 20 minutos em nome das cidades brasileiras, através da Agência de Cooperação dos Municípios Brasileiros. Tenho a certeza de que Rio Claro fez uma boa participação.

Devemos destacar que nos receberam, como anfitriões das atividades, os sindicatos (prefeitos) das principais cidades do Centro da Itália, bem como os Presidentes Maria Rita Lorenzetti (Presidente da região da Úmbria, Perugia), Vito D’Ambrosio (Presidente da região das Marcas, Ancona) e Cláudio Martini (Presidente da região da Toscana, Firenze).

A Esquerda Democrática da Itália esteve representada pelo Secretário Nacional, o senhor Piero Fassino. Também participou o representante da ONU para a América Latina, Yves Cabannes, que esteve em Rio Claro na Abertura da II Conferência da Cidade: Rio Claro Cidade Viva.

O Governador da região de Pasco (Peru), Victor Espinoza e o Secretário da Casa Civil do Governo Brasileiro, Vicente Trevas, falaram sobre modelos de desenvolvimento local e globalização. Também se fizeram presentes representantes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e SEBRAE. Embora o Seminário contasse com os representantes da França, Espanha, Colômbia, Venezuela, México, Argentina e Chile, coube ao Brasil e a Itália externarem os apoios dos Governos Nacionais (Executivo e Legislativo) e locais, sustentando que é necessário uma outra globalização.

A programação aconteceu em um momento importante para a Europa que está redefinindo a Nova Carta Constitucional da Comunidade Européia; em que a esquerda européia está reconstruindo seus paradigmas, com base em princípios renovados; em que a Europa busca caminhos que possam arejar, ‘oxigenar suas estruturas’, tanto social como economicamente.

Outro elemento importante da conjuntura internacional é a posição hegemônica implantada pela força, pelos Estados Unidos, que continua com guerra no Iraque. O fato dos Estados Unidos terem se fundamentado em argumentos falsos (existência de armas de destruição em massa; Sadan era diabólico) para atacar o Iraque gerou uma desconfiança generalizada, no mundo, em relação às ações dos países centrais do capitalismo. A atitude dos Estados Unidos é uma demonstração de que o modelo liberal está combalido e em fase de esgotamento, daí a ‘guerra preventiva’ de George W. Bush, devidamente rejeitada pelas populações européias. Outro fato é a posição da Organização Mundial do Comércio (OMC) que procura vincular a vida das pessoas ao consumismo.

Com essa conjuntura inadequada, todos reconhecem que o Brasil está produzindo profundas esperanças à humanidade. Há uma crise civilizatória e as forças progressistas mundiais precisam trabalhar, neste momento, para promover uma campanha mundial que gere uma tomada de consciência e desenvolvimento da cidadania; fortalecer as democracias que estão se aprofundando em experiências como as Conferências das Cidades e temáticas; funcionamento e qualificação dos Conselhos - que favorecem o controle social das gestões públicas; os orçamentos participativos (trata-se de um excelente campo de contribuição da Administração Municipal de Rio Claro e muitas outras cidades brasileiras); fortalecimento com democratização da Organização das Nações Unidas (ONU), exigindo coerência mundial na aplicação de sua Carta de Criação e dos Direitos Humanos; fortalecimento do Fórum Social Mundial como laboratório de vivências das diferenças e busca da unidade de ação.

A Europa está decidida, como iniciativa dos seus governos locais, regionais e organizações não-governamentais, a levantar, junto à América Latina, através de seus governos democráticos, qual é o Pacto de Convivência que a América Latina deseja em suas relações com os países europeus. Esta contribuição será oferecida pelas cidades brasileiras, com evidente participação da ACMB e, portanto, de Rio Claro.

O fortalecimento da Sociedade Civil Global, através dos fóruns, a exemplo do Fórum Social Mundial é fundamental. Sob esse aspecto, as experiências vividas no Brasil sob coordenação do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula estão sendo analisadas com otimismo pelos governos europeus. Outro fato positivo é a renovação dos Partidos Políticos, através da qual aqueles que estão envelhecidos, fortalecem aqueles que tem base social, renovando, assim, as práticas e abrindo espaço para novos atores, radicalizando a Democracia. Cada vez mais, toma-se necessário que os Partidos Políticos e, em outro espaço, os movimentos sociais, estimulem e realizem as atividades de massa, com envolvimento de grande parte da Comunidade. Também as experiências progressistas e a formação de Frentes, como a existente em Rio Claro, tem muito o que colaborar para a compreensão do fortalecimento partidário com democracia.

Entendemos que a Democracia Participativa deve ser ampliada, convivendo com a Democracia Representativa, cada vez mais submetida ao controle social. A relação de proximidade existente entre Rio Claro e a Itália, nos permite ocuparmos uma posição de destaque e de preferência como parceiros. Teremos a oportunidade de oferecer nossa contribuição na área do desenvolvimento da democracia participativa.

A Itália, por sua vez, nos ajudará na compreensão dos processos de desenvolvimento das empresas familiares, integradas em nosso território. Esse foi o modelo que gerou o desenvolvimento nas Regiões Centrais da Itália. Desta experiência italiana não poderemos perder a oportunidade de nos apropriar. Principalmente, porque os italianos estão muitos dispostos a colaborar.

5.7.1.3) COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS BRASIL E ITÁLIA *

As transformações identificadas nas cidades, nestes primeiros anos do novo século, refletem o acúmulo das experiências globais que os homens e as mulheres construíram em todas as formações sociais, forjando nossos espaços. Vivemos o tempo histórico no qual aflora toda a acumulação tecnológica, científica e informacional, possibilitada através dos processos civilizatórios e, portanto, a história da humanidade na Terra.

As tecnologias encurtam distâncias, reduzem os tempos, possibilitando que os sistemas de comunicações externem a globalização dos interesses e dos negócios de nações e de grupos empresariais. Nessa realidade, vivemos também o tempo dos grandes contrastes sociais, reflexos das polarizações que caracterizam a nova divisão internacional do trabalho e beneficiam as pessoas e os agrupamentos que possuem acesso aos recursos tecnológicos. É evidente que o acesso à tecnologia demanda investimentos de capitais; por isso, os povos mais instrumentalizados são também aqueles que possuem mais chances de se atualizar, de se desenvolver e, portanto, saírem vencedores. Nesta fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, consolidam-se as posições privilegiadas para os fortes e de desvantagem para os mais fracos. A competição sob o fetiche da 'qualidade total' torna-se a expressão da ordem que aspira a competitividade.

Endossamos Milton Santos⁶² (1965) ao afirmar: “...*assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições de maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa empobrece e aleija.*”. Para as populações dos países que são periféricos aos países centrais do capitalismo não resta outra alternativa senão buscar o fortalecimento na solidariedade e na cooperação, ou minguar e perecer à margem do mundo.

A solidariedade e a cooperação entre os povos, infelizmente, têm se expressado fortemente através de negócios comuns e, em alguns casos, com atitudes de socorro humanitário. A vida tem sido transformada em um grande negócio, as relações internacionais nele se fundamentam e o

* Discurso proferido no Seminário da EUROLAT: Europa - América Latina; Perugia, julho de 2003.

⁶² SANTOS, Milton A. A Cidade nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

fetichismo do mercado é usado pelas principais alianças observadas no mundo da atualidade. Nessa perspectiva, observam-se as relações de troca, manifestadas através de Blocos Internacionais. Contudo, essa não deve ser a melhor nem a única forma de aproximação e muito menos de integração entre povos e nações.

É notável que, nos tempos em que as relações entre as nações estão fortemente baseadas nos interesses de negócios, a vulgaridade tenha se transformado em um dos ‘valores’ estimulados entre as pessoas. Vulgaridade, que, nos seres humanos, se caracteriza pelo interesse ao consumo, negligenciando-se a cidadania. A vulgaridade leva ao desenvolvimento de valores individualistas, egocêntricos, e conseqüentemente a uma competição que desrespeita as regras mais elementares da civilidade. Daí, aumentam todas as formas de violência entre Estados, entre os Estados e as pessoas e entre as próprias pessoas. Constrói-se uma matriz que se reproduz, em progressão geométrica, deixando as pessoas e os Estados menos sensíveis aos infortúnios de todas as espécies. Prevalece a racionalidade dos negócios, das mercadorias, das materialidades apenas parcialmente humanas.

Em tempo de consumidores vulgares, ‘pouco’ cidadãos, exacerbam-se as relações que valorizam os Estados, corporações e pessoas que se saem melhor de situações complexas, independentemente dos critérios e métodos empregados. No Brasil, essas atitudes são reconhecidas através da expressão “...é preciso levar vantagem em tudo...”. Nesses casos, fica mais interessante sair-se bem de uma situação do que manter a dignidade.

Qual o porvir das cidades e do mundo, em um tempo no qual a globalização estimula a competição dos fortes contra os fracos? Dos que possuem domínio das tecnologias contra os desprovidos? Daqueles que, de maneira arrogante e narcisista, expõem sua fartura, suas forças bélicas e de informações contra os povos que desejam colonizar e/ou dominar? Do estímulo à vulgaridade consumista contra aqueles poderes locais que procuram desenvolver a cidadania?

É essa forma de viver que queremos para a humanidade? Com essas características que prevalecem no atual modelo da vida que predomina no mundo, qual será o futuro da vida na Terra? Em nossas reflexões, temos identificado que diversas das relações opressoras, por melhor organizadas que sejam, acabam por gerar uma forte reação. Quantos analistas das relações internacionais esperavam que o século XX terminaria sem o bloco aparentemente monolítico do leste europeu? Com os ataques às torres gêmeas de Nova Iorque? Com o desrespeito às Leis Internacionais para atacar povos e justificar com o argumento de que teriam posse de armas de destruição em massa, ainda não encontradas?

Consideramos que este momento da história da humanidade “...se apresenta como uma excelente oportunidade para a busca de novos paradigmas, voltados para o desenvolvimento dos poderes locais, para as interrelações regionais, tudo isso articulado com as necessárias transformações globais. No âmbito de nosso trabalho, em nosso cotidiano, percebemos um esgotamento das pessoas e das sociedades para as formas brutas de burlar e ludibriar. Há uma grande ansiedade por transformações. A sectarização do individualismo, parece-nos, exacerbou a insatisfação dos indivíduos e dos grupos sociais que, agora, também querem se constituir em construtores da história de nosso tempo e de nosso espaço...” (Mauro, 1997)⁶³. Se as condições objetivas estão provocando reações no âmbito das municipalidades, como pretende Döwbor⁶⁴ (1995) e conforme demonstrado no I Fórum Social Mundial, voltadas para a construção de novas formas de relações sociais, torna-se indispensável que as lideranças dos municípios e das regiões sejam capazes de aglutinar esse novo sentido da luta emancipadora do homem e das mulheres no processo de globalização em curso desde o século XV.

⁶³ Cláudio A. de Mauro [org.] *Laudos Periciais em Depredações Ambientais*. Laboratório de Planejamento Municipal trabalho apresentado ao Laboratório de Planejamento Municipal. DPR. IGCE. UNESP. São Paulo, 1997

⁶⁴ Ladislau Dowbor. *Da Globalização ao Poder Local - a nova hierarquia dos espaços*. Perspectiva - Revista da Fundação Seade, vol. 9/nº3, pp. 3;10.1995. São Paulo.

Não podemos aceitar a globalização sob a égide do neo-liberalismo numa perspectiva nefasta e determinista. Contudo, antecipemos algumas notas de Ortiz⁶⁵ (1997) sobre a globalização para guiar nossas reflexões: “... a globalização é um processo social que atravessa nações, classes sociais e indivíduos (ela não deve ser confundida com internacionalização). Ela possui evidentemente uma história - o capitalismo do século 15, a modernidade do século 19, o imperialismo-, mas neste início do século 21 consolida-se num outro patamar. Por isso não podemos escapar ao processo: queiramos ou não, ele nos penetra, faz parte de nossas vidas. A globalização das sociedades e a mundialização da cultura atravessam - de forma diferenciada e desigual - a todos nós. Entretanto, ideologia e processo não devem ser vistos como elementos antagônicos. Existe uma ‘ideologia da globalização’ (o que é distinto de: a globalização é uma ideologia) correspondente às transformações econômicas, tecnológicas e sociais atuais. O que denominamos de “neoliberalismo” é a sua expressão ideológica. Ela articula os interesses dos grandes bancos, das transnacionais e, com um grau relativo de contradições, de algumas nações ou blocos, em plano mundial. Portanto, a pergunta que se deve fazer é outra: será essa ideologia a única alternativa existente?”

Estamos convencidos que o instrumento fundamental e balizador para a regulação nas relações entre os Estados e os indivíduos e entre as empresas e os indivíduos, isto é, da política hoje necessária, é o desenvolvimento da cidadania. Analisemos as conclusões de Boaventura de Sousa Santos⁶⁶ (1997) “...Ao consistir em direitos e deveres, a cidadania enriquece a subjetividade e abre-lhe novos horizontes de auto-realização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via de direitos e deveres gerais e abstratos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis no interior das administrações burocráticas públicas e privadas, receptáculos passivos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, de estratégias de consumo, enquanto consumidores, e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas.”

Com essa concepção e com esses cuidados, pode-se dizer que nas localidades torna-se indispensável a resolução de problemas que nos possibilitem a democratização política, com a incorporação das classes populares, de forma autônoma nas instâncias de poder, erradicando o clientelismo e o fisiologismo político, do personalismo, da corrupção, impedindo que o Estado seja apropriado por interesses privados e de maneira contundente, desprivatizando o Estado. Assim, estarão sendo criadas e/ou estimuladas as condições para que sejam resolvidos os problemas das polarizações sociais, ou seja, das desigualdades marginalizadoras de expressivos estratos sociais, impedidos até mesmo de sobreviverem com alguma decência.

Temos convivido, ao longo dos tempos, com políticas concentradoras de renda, produtoras de injustiças que, dia a dia, agravam as lamentáveis situações do empobrecimento de nossas populações urbanas e rurais. Algumas partes do mundo, com as práticas desse modelo excludente, foram destinadas à morte e ao sofrimento de suas populações e super-exploração dos bens da natureza. Essa preocupação tem inspirado o Presidente Luiz Inácio LULA da Silva a se manifestar, seja na Reunião de Davos, seja no encontro do G-8, propondo que os países e povos mais ricos estejam atentos à situação de fome e miséria que afeta milhões de habitantes de nosso Planeta. Trata-se de uma preocupação elementar, que exige ações elementares, ou seja, as pessoas precisam ter o indispensável para viver.

Somente alcançando condições de respeito aos direitos, à dignidade humana e à cidadania, teremos plantado as bases para a substancial melhoria da qualidade de vida das populações, implicando no respeito às condições ambientais e culturais. Esse é o caminho para que a Paz Mundial seja alcançada, com as relações humanas fundamentadas na justiça, na fraternidade

⁶⁵ Renato Ortiz. Globalização, ideologia e política. In: O Estado de São Paulo, ed. 14/02/1997, página A2. São Paulo.

⁶⁶ Boaventura de Souza Santos. Pela mão de Alice. O Social e o Político na pós modernidade. São Paulo: Cortezx, 1997.

universal e nas diversas formas de igualdade, inclusive na igualdade de direitos sociais, étnicos e de gêneros.

CONTRIBUINDO COM UMA PROPOSTA DE TRABALHO

Com o compromisso de buscarmos concretizar nossas utopias que, possivelmente, são similares, a Agencia de Cooperação de Municípios Brasileiros - ACMB, em conjunto com as Regiões Italianas da Úmbria, Marche e Toscana estão buscando alguns mecanismos necessários para a integração entre municípios, povos e nações. Para isso, queremos pactuar com o objetivo de preparação e aplicação dos instrumentos que nos sejam comuns e que nos conduzam para a construção do Novo Contrato Social (Santos, 2002)⁶⁷, destinado ao compromisso com uma globalização promotora da inclusão social, integradora e que respeite as nossas autonomias e diversidades, a exemplo de:

- o modo como estamos fortalecendo e recriando a democracia participativa com uma nítida destinação emancipatória. Cabe aos governos de nosso tempo, abrirem os instrumentos de planejamento, gestão e as prestações de contas para que a sociedade possa recuperar sua auto-confiança. Trabalhamos para que os espaços e territórios do público sejam oferecidos como espaços e territórios da cidadania;
- o modo como são atendidas as necessidades fundamentais de nossas populações, que são bastante diversas. Temos a missão de formular o desenvolvimento municipal e regional de inclusão - das pessoas e dos diversos setores sociais, que integre a habitação, saneamento básico, saúde, educação, cultura, lazer, segurança pública, trânsito e mobilidade urbana, planejamento e gestão territorial e fundiária;
- o modo como se dá o relacionamento ambiental, que será tanto melhor quanto menor a super-exploração da natureza e da segunda natureza. Firmando o nosso compromisso de respeito às biodiversidades e o estímulo ao desenvolvimento com sustentabilidade. Estamos atentos para os cuidados com o ar, a água, o solo para esta e para as futuras gerações;
- o modo como se dão as relações entre as formas de propriedade - fundiária e dos meios de produção, a função social que lhes cabe e o controle do trabalho das pessoas. Daí, estamos nos esforçando para capacitar servidores públicos, a comunidade, os empresários para que sejam desenvolvidas formas alternativas de produção, produtoras de atividades cooperativas e processos solidários, integrando às políticas de emprego e renda planejadas. Temos a convicção de que nossos empresários terão mais sucesso à medida que forem colaboradores entre si, para que tenham mais eficiência e qualidade de seus produtos, respeitando o trabalho e o meio ambiente;
- o modo como se dá o respeito às multiculturalidades emancipatórias e à cidadania alternativa. Não nos consideramos os ‘donos da verdade’ e sabemos respeitar as diferenças e diversidades étnicas, culturais, de gêneros e das religiosidades. Assim, reiteramos nossos compromissos com um novo internacionalismo, com os Direitos dos Povos, com os Direitos Humanos e com a Organização das Nações Unidas que deve ser respeitada em suas decisões sobre as relações internacionais. Neste aspecto, devemos nos comprometer com todos os esforços para a democratização dos órgãos da ONU e das entidades financeiras a exemplo do Banco Mundial e correlatos.

Esse imenso desafio, que estamos aceitando juntos, permitirá que possamos assumir o digno compromisso de construirmos gradativamente, no menor tempo possível, uma relação de cooperação transformadora de nossas realidades concretas. Estamos iniciando nosso processo pelo pacto com base nas convergências. Essa confiança nutre os participantes da Agência de Cooperação

⁶⁷ Boaventura de Souza Santos [org] Democratizar a Democracia – os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

de Municípios Brasileiros desde que decidimos nos engajar nesta tarefa em conjunto com os companheiros italianos e as Regiões deste maravilhoso país com quem temos tantas relações de afinidade e identitárias. Estamos estabelecendo relações regionais, capazes de irradiar e refletir relações internacionais e nacionais fundadas na solidariedade que reduza as desigualdades, a concentração da renda e das riquezas, na fraternidade que respeita as diversidades, no trato da dignidade para todos os povos e nações, na cooperação que nos permita sermos melhores e mais capazes de dialogar com outras regiões.

Estamos construindo uma nova fase em nossas relações. Com humildade reconhecemos na trans-interdisciplinariedade uma das características indispensáveis para esta nova fase do desenvolvimento do nosso saber e agir. Da mesma forma, reconhecemos a ‘trans-intermunicipalidade’ indispensável para forjar o porvir da humanidade, sustentada nos princípios éticos que nos aproximam. Por isso, os setores, a exemplo dos empresariais, em suas trocas econômicas precisarão construir uma ética, fundamentada nos princípios que expusemos e que permitam a convergência de seus interesses. Sabemos que as empresas não podem sobreviver sem lucro, que ele é legítimo, o que nós negamos é a estimulação à exploração, à opressão e ao fetichismo das mercadorias.

Reafirmamos o interesse dos municípios brasileiros pelas experiências bem sucedidas do projeto empreendedor e empresarial da região central da Itália. O fato de existir uma empresa para cada 5, 8 ou 10 habitantes é muito significativo. Também os Consórcios Empresariais e seus Laboratórios de Certificação demonstram a vitalidade do processo italiano com o qual temos muito a aprender. A dedicação dos governos regionais e municipais da Itália merecem nossos reconhecimentos e agradecimentos. Na visita do Presidente da ACMB, prefeito de Piracicaba - José Machado, acompanhado dos prefeitos Tarcísio Delgado, do Município de Juiz de Fora, Zaire Rezende, do Município de Uberlândia e Cláudio Antonio de Mauro, do Município de Rio Claro os esforços da SVILUPUMBRIA e dos governantes das regiões e das municipalidades italianas foram decisivos para demonstrar que nossa cooperação é importante e tem a convalidação oferecida pelas autoridades.

Estamos convencidos de que na cultura, na arte, no turismo, nas cidades educadoras, em nossos intercâmbios de experiências poderemos fortalecer os laços da união duradoura. Neste aspecto, haveremos de aproximar as populações de nossos municípios, promovendo uma expectativa factível. O que propomos é que sejamos capazes de conhecer e aprofundar sobre nossas realidades. Não teremos capacidade para concretizar uma utopia, qualquer que seja ela, sem uma compreensão aprofundada de nossas idiossincrasias. Este conhecimento permitirá redirecionarmos e/ou confirmarmos nossos projetos comuns, impedindo que a utopia imaginada seja apenas um sonho impossível e colida com a realidade concreta da territorialização de nossos espaços, nacional e local. O espaço da nova política, da cultura e da economia de nosso tempo exige a redefinição da mundialização.

Essa nova forma de mobilização, com integração entre regiões italianas e municípios brasileiros, está se dando no melhor momento de nosso País. Teve início um governo que se demonstra interessado em restabelecer as políticas de desenvolvimento e ampliar nossas relações internacionais. No Brasil, o Presidente Luiz Inácio LULA da Silva oferece todo apoio, através de sua equipe de Governo, para que seja exitoso este nosso movimento de cooperação Brasil - Itália. Assim é que membros da equipe do Presidente, de diversos Ministérios, têm colaborado efetivamente para viabilização das ações da ACMB e suas relações com as regiões italianas. Também de maneira sólida o governo do Presidente LULA efetua nítidos movimentos a favor do municipalismo descentralizador e do fortalecimento dos Poderes Locais. Tanto é assim que foi criado o Ministério das Cidades, que já desencadeou o processo de realização da Conferência Nacional das Cidades, que se seguirá à realização de pré-conferências em muitos dos municípios brasileiros.

Esse, talvez, seja o caminho mais viável para que sejamos artífices de um paradigma emergente, voltado à construção das novas formas do poder político, alavancador das transformações sociais que certamente desejamos. Assim como os contextos territoriais, o território da nação fomenta as lutas anti-colonialistas; os novos princípios da cidadania, a democracia participativa, que moldam e são moldados pelo cidadão do mundo, poderão gestar uma luta contra o neo-colonialismo, contra a visão imperialista, a verdadeira face do neo-liberalismo, sob o qual as forças dominantes querem modelar a globalização da humanidade. Sabemos como construir o nosso próprio caminho para uma outra globalização.

5.7.1.4) MERCOCIDADES E A NOVA DEMOCRACIA*

Obrigado, MARIANO ARANA⁶⁸, pela receptividade do povo uruguaio, especialmente de Montevideú. Pela noite de ontem, quando uma parte da história da cidade foi contada pelo Teatro de Rua e houve o lançamento do Prêmio Literário Ginzane Cavour, confirmando a força da cultura para integrar nossas unidades temáticas e nossos países.

As relações internacionais no mundo globalizado têm se configurado através das manifestações de violência com que pretendem impor a forma ocidental de viver, especialmente dos Estados Unidos e partes da Europa, países que detêm a hegemonia da produção e do comércio mundiais. As recentes manifestações dos governos centrais do Brasil (na reunião do G-21 em Cancun) e da Argentina (na renegociação de sua dívida com o Fundo Monetário Internacional) confirmam que os países da América Latina estão se organizando, e, amadurecidos, demonstram as contradições das idéias que ainda vigoram no mundo, sobretudo:

- o liberalismo travestido da roupagem pseudo-neo-liberal versus as ameaças ‘preventivas’ e as guerras que impõem o controle das economias e do modo ‘ocidental’ de viver, bem como, por exemplo, o interminável bloqueio imposto contra Cuba, um país irmão na América Latina;
- os protecionismos para a produção dos países ricos versus a imposição das franquias alfandegárias aplicadas aos mercados dos países considerados intermediários e pobres na economia mundial. Em outras palavras, a incorporação de nossas economias nacionais aos sistemas produtivos globais, com privilégios para os países ricos;
- as concepções do Estado Mínimo e o desmantelamento das economias periféricas globais dos nossos países versus o fato de que, em 100 anos, a participação percentual dos governos, em países ricos, no PIB ou PNB, apresenta os seguintes percentuais: Estados Unidos, de 8% para 37%; na França, de 15% para 52%; no Reino Unido, de 10% para 48; e de 6% para 65% na Suécia; segundo dados do Banco Mundial em seu Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, publicado em Washington;
- a manutenção dos níveis de crescimento das economias dos países ricos versus a exploração sumária dos recursos e bens naturais do planeta, a desvalorização e desrespeito às culturas, o aumento da pobreza, desemprego e fome nos países intermediários e pobres. Tais condutas contradizem todo e qualquer compromisso com as necessárias políticas de respeito às biodiversidades e da produção intelectual;

A Rede Mercocidades é composta de municipalidades que possuem compromissos com uma Nova Democracia, com o desenvolvimento sustentável, com a valorização de nossos patrimônios naturais, artísticos, arquitetônicos e culturais, com os direitos humanos, com trabalho, emprego e

* Discurso proferido na 9ª. Cúpula da Rede Mercocidades, Montevideú; setembro de 2003.

⁶⁸ Arquiteto Mariano Arana, Intendente de Montevideú e Secretário Executivo da Rede Mercocidades.

terra para produzir, práticas esportivas de inclusão e valorização da saúde, que garantam vida digna a todos os nossos povos, alimentação e igualdade de oportunidades, o respeito às diversidades, o respeito à prevenção e à precaução. Nossas municipalidades devem estar comprometidas com a linguagem universal da solidariedade e da emancipação das pessoas e dos povos, refletidos nas cidades e nos campos, constituindo acervos documentais como memória da identidade latino-americana.

Há necessidade da Secretaria Executiva da Rede, agora exercida pelo Intendente de Montevideu, o Arquiteto Mariano Arana, circular pelos nossos países, estimulando a ampliação da Rede Mercocidades que ganhará maior expressão política, sensibilizando os prefeitos, intendentes e alcaides para participarem de forma mais efetiva.

Atualmente, a Rede Mercocidades, após tantos anos de trabalho de autoridades locais mais obstinadas, conseguiu se consolidar e deve se constituir em um instrumento de fortalecimento e melhor direcionamento do Mercosul. A presença de autoridades nacionais nesta 9ª Cúpula demonstra que os governos centrais estão mais sensíveis quanto à importância de nosso trabalho.

Temos que preparar projetos, através da Secretaria Executiva e nas unidades temáticas, para captação de recursos de órgãos financeiros como UNESCO, alguns governos centrais nacionais e de nossos municípios. A Rede Mercocidades é muito importante para a construção da democracia e integração da América Latina. Fortalecer a Rede, e também o Mercosul ampliado, deve ser uma de nossas tarefas. Por todos esses elementos que, entendemos, caracterizam os nossos compromissos, consideramos que esta 9ª Cúpula da Rede Mercocidades deve externar as seguintes posições de nossas municipalidades, apresentando uma Proposta de Agenda para nossas Unidades Temáticas, que devem oferecer as bases das tomadas de decisão nas Reuniões da Cúpula, para a elaboração do nosso novo Contrato Social:

- Fortalecimento das iniciativas dos países latino-americanos para atuarem em bloco, inclusive no Mercosul ampliado, buscando aliança com outros países do mundo com economias consideradas intermediárias, entre eles a China, a Índia, a África do Sul, para então efetuarmos o diálogo com os blocos formados pelos países ricos, a exemplo da Comunidade Européia e da Alca. Consideramos indispensável nosso diálogo com os países ricos, mas, respeitadas nossas autonomia e soberania nacionais, deveremos estar unidos para esse diálogo. Essa união dará a força necessária para os países latino-americanos nas discussões referentes ao comércio internacional e ao tratamento de nossas dividas externas;
- É desejável que os países da América Latina se empenhem na criação de um Banco (solidário) Latino-Americano que, administrado de forma profissional e competente, ajude nossos países a participarem ativamente do comércio internacional;
- Os Governos Centrais da América Latina precisam desenvolver condições que flexibilizem as transações comerciais e alfandegárias, envolvendo nossos países, para que, de maneira solidária, possamos fortalecer e modernizar tais relações econômicas;
- A permuta e o apoio na inovação tecnológica, qualificação profissional e, portanto, os investimentos em ciência e tecnologia, devem estimular a integração nas ações de nossas municipalidades e de nossas nações. Ao invés de fortalecermos o discurso da competição, que tem exacerbado os níveis do individualismo e personalismo de pessoas e nações, devemos nos empenhar para o fortalecimento e desenvolvimento de todos. Estamos, portanto, falando de um novo processo civilizatório, que precisa romper com a opressão, com a imposição de estruturas de poder que se alimentam do subjugo de povos e nações;
- Na América Latina, devemos nos esforçar para construir um único sistema da saúde e de educação, que respeite nossas diversidades e alternativas locais, mas que seja universal, capaz de olhar para todos os nossos povos com olhos de irmãos. A unificação dos currículos escolares é medida que atende a expectativa das cidades educadoras e pode demonstrar o conteúdo emancipador e universalista de nossa educação. O mesmo se dá com a necessidade

de conseguirmos um sistema de comunicação que tenha enfoque regional, noticie nossas realidades, culturas, fatos e acontecimentos de nossos países, que respeite as comunidades originais, indígenas, e as formas de viver que são alternativas e características dos povos latino-americanos;

- Não existe cabimento na imposição de burocracias para a troca criativa das artes, dos bens culturais e do turismo entre os povos e países da América Latina. Os Ministérios da Cultura, do Turismo e das Relações Exteriores de nossos países precisam apresentar solução para os problemas alfandegários e tributários que prejudicam o intercâmbio dos processos criativos entre nossos povos. Vivemos no milênio do intercâmbio, da criação e recriação, e as absurdas barreiras impostas entre nossos países, no diálogo cultural e do conhecimento, depõem contra os interesses da nova civilização;
- A idéia de construirmos uma identidade entre nossos povos, respeitadas nossas autonomias e soberanias, exige que nos esforcemos para que sejamos capazes de falar e ser entendidos. Por isso, o Brasil precisa adotar a língua espanhola no currículo de todas escolas a partir do Ensino Fundamental, devendo haver reciprocidade dos povos latino-americanos de língua hispânica em relação ao Português. Esta ação permitirá um melhor desempenho dos educadores e alunos, gerando atitudes positivas quanto à compreensão dos fenômenos sociais e culturais, tanto regionais quanto globais;
- A multiculturalidade a ser estimulada no interior de cada espaço geográfico e de cada território educativo se sustenta pelo conhecimento e respeito à cultura do outro. Por meio da oportunidade de identificação de semelhanças e diferenças, os laços entre os cidadãos se intensificam, contribuindo, assim, para uma cultura de paz. Essa deve ser a base do novo processo civilizatório que fortalece a paz, contradizendo a violência das economias que se sustentam no tráfico das drogas e na produção armamentista e belicista.

Em tempos atuais, providências como as que sugerimos devem compor nossa agenda de diálogo e ações, exercendo todos os esforços junto aos governos centrais de nossos países para que façam a parte que lhes cabe nestes processos que nos tornaram dignos das lutas históricas dos grandes líderes Simon Bolívar, Tiradentes, José Martí, Salvador Allende, entre tantos outros. No Brasil, confiamos que o Presidente Luiz Inácio LULA da Silva ocupará um lugar na história, destinado aos homens e mulheres que lutam pela emancipação de nossos povos.

Incorporamos, com muita determinação, a proposta do Prefeito de Piracicaba - José Machado, que considera indispensável a identificação das formas de participação da Sociedade Civil na Rede Mercocidades. Essa poderá se constituir em uma importante iniciativa para a garantia da construção da democracia na América Latina. A Sociedade Civil deve ser protagonista neste nosso processo internacional.

A crise civilizatória em que estamos mergulhados nos revela, como seres humanos submetidos a um modelo hegemônico, que não nos satisfaz, visto que é excludente, e nos agride com a reprodução da fome, do desemprego e da terrível concentração da riqueza que afeta nossos países latino-americanos. Reafirmamos nossos compromissos e nossa esperança com as experiências da Nova Democracia que lampeja pela nossa América Latina e com ela estamos comprometidos.

Se estes objetivos não estiverem tratados na Rede Mercocidades, pouco terá servido o esforço que temos feito juntos, ao longo dos anos em que os cidadãos de nossas municipalidades empreenderam tempo, recursos financeiros e esforços, acreditando com firmeza que estes governantes locais são comprometidos com um novo, democrático e, portanto, justo processo civilizatório.

5.7.1.5) AMPLIAÇÃO DA REDE MERCOCIDADES*

Excelentíssimo Senhor Mariano Arana, o Brasil está feliz e honrado com a presença de V. Excia. Rio Claro, em especial, agradece a deferência e o acolhe com o carinho dedicado aos nossos hóspedes mais ilustres. Nossos agradecimentos e cumprimentos especiais às demais cidades representadas nessa solenidade pelos seus respectivos prefeitos e outras autoridades.

Ainda em Montevidéu, durante a realização da Cúpula da Rede Mercocidades, o Prefeito de Piracicaba - José Machado e o Prefeito de Juiz de Fora - Tarcízio Delgado, convidamos o Intendente Mariano Arana para que pudéssemos realizar uma reunião da Rede Mercocidades, para a qual seriam convidados os prefeitos brasileiros das cidades que participam da Rede, bem como procuraríamos convidar outros municípios que desejassem se inscrever na citada Rede Mercocidades.

Com a responsabilidade de exercer a Secretaria Executiva, o Intendente e Arquiteto Mariano Arana aceitou o desafio e agendou esta data para estar conosco. Estamos muito felizes com sua presença e com seu empenho para a construção e ampliação da Rede Mercocidades.

Permita-me, Senhor Intendente, considerar que a Rede Mercocidades surgiu da compreensão de muitos prefeitos, intendentes e alcaides que verificaram que o Mercosul estava sendo construído de cima para baixo, levando em conta apenas e tão somente interesses econômicos comerciais. Apesar da importância desses interesses, portanto, sem desconsiderar tais relações econômicas, as autoridades locais desejavam fortalecer os laços da latino-americanidade, baseados em nossas identidades culturais e em nossas histórias, veja-se o discurso de Mariano Arana⁶⁹ (2003). Nossos países precisavam se dedicar ao Mercosul, fortalecendo nossa integração e as contribuições das autoridades locais são indispensáveis nesse processo. A construção de nosso Bloco, assim como o diálogo com países da Ásia e da África servirão para nos credenciar nos diálogos, tanto com a Comunidade Européia quanto com a América do Norte.

Nossos países, emergentes, economicamente situados em uma posição intermediária da economia mundial, precisam dialogar entre si, buscar a integração e se apresentar com altivez nas negociações com os países centrais e, portanto, mais ricos economicamente.

Para esse diálogo, nossos países precisam se credenciar com o respaldo das autoridades locais e dos poderes locais. Não há país forte se seus municípios não oferecerem condições de vida digna para seus cidadãos. Por isso, consideramos a importância da Rede Mercocidades e buscamos também na URB-AL parcerias para aprimorarmos experiências e desenvolvermos nossas potencialidades, de maneira compartilhada.

O caráter concentrador da riqueza mundial atingiu níveis de extrema polarização. Neste início de século, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores do que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo. O mesmo perfil pode ser traçado quanto às características do consumo mundial, a medida em que 20% da população mundial, concentrada nos países ricos e nas áreas ricas dos demais países, é responsável por cerca de 86% e os 20% mais pobres ficam com apenas 1,3% das despesas de consumo privado. Segundo Fábio Feldmann⁷⁰ (2003): *"... o quinto mais rico da população consome 45% de toda a carne e peixe (o quinto mais pobre, 5%), 58% da energia total (o quinto mais pobre, menos de 4%), tem 74% de todas as linhas telefônicas (o quinto mais pobre, 1,5%), consome 84% de todo o papel (o*

* Discurso proferido por ocasião da solenidade de recepção ao Exmo. Sr. Mariano Arana – Intendente de Montevidéu e Secretário Executivo da Rede Mercocidades. Outubro de 2003.

⁶⁹ Arana, Mariano. Discurso proferido na Abertura da Reunião da Cúpula da Rede Mercocidades. Montevidéu. Setembro de 2003.

⁷⁰ Feldmann, Fábio. A Parte que nos Cabe: Consumo Sustentável? IN: Meio Ambiente no Século 21. Coordenação de André Trigueiro. Rio de Janeiro. Sextaparte, 2003.

quinto mais pobre, 1,1%), possui 87% da frota de veículos a nível mundial) o quinto mais pobre, menos de 1%).”

Os dados demonstram que há setores sociais para os quais não podemos propor a redução do consumo, tendo em vista que nem ao indispensável lhes é permitido o acesso. Os setores mais empobrecidos precisam ter respeitados os seus direitos de se alimentar, ter saúde, educação, vestuário, habitação, terra, trabalho e lazer, pelo menos. Contudo, os países mais ricos e de visão belicista, conforme assinala o estimado escritor uruguaio Eduardo Galeano⁷¹ (2003) em sua palestra no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, neste ano *“...precisam da guerra, da mesma maneira que os fabricantes de agasalhos precisam do frio.”*

Considerando que nessas condições de desigualdade social já depredamos o Planeta Terra em 20% acima de sua capacidade de suporte e regeneração, imaginemos o que acontecerá com a Terra se persistir o vigente modelo de globalização, que pretende a universalização dos estilos de viver, impondo os padrões que aspiram o consumo, fetichizando as mercadorias e os mercados, impondo uma cultura com desejos criados para permitir a continuidade dessa forma de viver e desse modelo de economia.

Nosso contraponto, emancipatório à esse modelo, segundo Boaventura de Souza Santos⁷² (2002), passa pelo combate à todas as formas arbitrárias das manifestações do poder, construindo uma Nova Democracia e, ainda mais, no dizer de nosso Ministro da Cultura Gilberto Gil⁷³ (2003) *“...promovendo a crítica cultural dos valores e das práticas que estão por trás de cada problema em tela. Isto vale para coisas tão variadas quanto o problema do lixo urbano, do transporte de massas, da sujeira nas praias, da poluição sonora, da mercantilização do ensino, do preconceito social, da discriminação racial, dos meninos de rua ou da transformação da saúde em mercadoria. Porque todos esses males sociais são produtos de um determinado processo civilizatório. E o que a crítica cultural dos ecologistas pretende, a todo momento, situa-se a partir dos momentos e movimentos de nossa realidade específica, é apontar para um outro horizonte. Para a possibilidade de um outro e novo modelo civilizatório”*

Reconhecendo as limitações das negociações firmadas na Cúpula de Joanesburgo, ainda assim, foi estabelecido um compromisso das Nações onde se definiram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Os compromissos que precisam ser atingidos até 2015 são:

- Estima-se que temos 1,2 bilhões, no Globo, que vivem com menos de 1 dólar por dia. Esse número deverá ser reduzido para, pelo menos, metade;
- Estima-se que cerca de 113 milhões de crianças estão fora das escolas. Em Joanesburgo foi assumido o compromisso de universalizar a educação primária;
- Homens e mulheres precisam ser tratados com equidade, principalmente na educação, onde sabemos que dois terços (2/3) dos analfabetos do mundo são mulheres;
- A mortalidade perinatal e das crianças, antes de completar 5 anos, atinge, no mundo, números catastróficos. O esforço para a preparação ao parto (pré-natal), a atenção com vacinação e atendimento preventivo terá que reduzir esse número em dois terços (2/3);
- O conceito de desenvolvimento sustentável deve estar contemplado nas políticas públicas de todos os países membros. Não há futuro para a humanidade se o presente não for construído com sustentabilidade, oferecendo todas as garantias para a vida dos nossos descendentes;

⁷¹ Galeano, Eduardo. Palestra proferida no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2003.

⁷² Santos, Boaventura de Souza. [org.] Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

⁷³ Gil, Gilberto. Algumas Notas Sobre Cultura e Ambiente. IN: Meio Ambiente no Século 21. Coordenação de André Trigueiro. Rio de Janeiro. Sextaparte, 2003.

- A meta de universalizar o acesso à água potável, deve passar, até 2015, pela redução de 50% daqueles que sofrem pela falta de água potável;
- Combate efetivo às doenças infecto contagiosas, através de vacinações e demais políticas públicas preventivas, incluindo a malária, as parasitárias e a AIDS;
- Acesso ao crédito, revisão e redução das dívidas externas dos países que precisam de apoio e assistência nas políticas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Nossos compromissos locais com esses princípios e com essa ética aproximam municípios que, sinceramente, procuram compreender suas realidades específicas e manifestam conjuntamente a aspiração por um outro modelo de globalização. Oferecemos uma contribuição para esse debate durante a reunião da Cúpula da Rede Mercocidades em Montevidéu, setembro deste ano (Cláudio de Mauro, 2003)⁷⁴.

Os trabalhos já realizados nestes 8 anos da Rede Mercocidades, através das Unidades Temáticas, demonstram que nossas bases estão consolidadas e que podemos ambicionar novos passos. Em Montevidéu, o Prefeito de Piracicaba - José Machado⁷⁵ (2003), apresentou a proposta de que a Secretaria Executiva, aos cuidados de Montevidéu e sob a extraordinária liderança do Intendente Arquiteto Mariano Arana, abra as possibilidades de participação da Sociedade Civil e da cidadania em nossa Rede. Queremos manifestar o incondicional apoio de Rio Claro à efetivação dessa proposta.

Excelentíssimo Senhor Intendente de Montevidéu e prezados amigos e companheiros: esperamos que todos se sintam bem em Rio Claro; que realizemos esta reunião com muito êxito; que continuemos a trabalhar pelo desenvolvimento e fortalecimento de nossas relações latino-americanas e do Mercosul, que leve em conta nossas concepções de autoridades locais; enfim, que possamos fazer de nossas vidas, com as importantes responsabilidades que temos nas estruturas administrativas e de poder, em nossos municípios e países, um instrumento para a desconcentração da riqueza, para a construção da democracia que não poderá existir sem justiça social, para o respeito às diversidades, inclusive às biodiversidades, capazes de forjar um novo e verdadeiro estado de bem estar social, enfim para um outro modelo de globalização, que orgulhe nossas gerações que aspiram esse novo processo civilizatório e que, por tudo isso, nos permita entregarmos às futuras gerações o Planeta Terra em melhores condições do que aquelas em que o recebemos.

5.7.2) REDE EM RECURSOS HÍDRICOS

5.7.2.1) COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE*

Excelentíssima Ministra do Meio-ambiente - Senhora Marina Silva, do nosso querido Brasil. Cumprimentamos V. Excia. pela importância do cargo que ocupa, ressaltamos a importância de sua presença na implantação do Comitê Nacional das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, primeiro que se instala no Governo do presidente Luiz Inácio LULA da Silva; ressaltamos a história de luta de V. Excia. e sua compreensão dos temas ambientais para o fortalecimento dos modelos de desenvolvimento, ou seja, as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, à exemplo dos povos da floresta amazônica.

⁷⁴ De Mauro, Cláudio A. Discurso proferido na Reunião de Encerramento da Cúpula da Rede Mercocidades. Montevidéu. Setembro de 2003.

⁷⁵ Machado, José. Discurso proferido na Reunião de Encerramento da Cúpula da Rede Mercocidades. Montevideo. Setembro de 2003.

* Discurso proferido na solenidade de recepção à Ministra do Meio Ambiente - Marina Silva, por ocasião da implantação do Comitê Nacional das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, 2002.

Prezada Ministra e prezados companheiros, nesta oportunidade não poderíamos deixar de manifestar nosso horror pela guerra. A guerra afeta e brutaliza uma parte significativa da humanidade. Agride, magoa e revolta outra parte crescentemente importante de nós, humanos. Não há meio ambiente saudável, nem água, nem ar, nem solo, nem vida vegetal e animal com a guerra. Diante da brutalidade que destrói vidas humanas, nossa milenar história, marcada nas arquiteturas, na arte e na natureza, propomos que nos manifestemos através de uma “Moção de Repulsa à Guerra”. Especialmente, à forma autoritária e imperialista como se comportam os governos dos Estados Unidos da América do Norte, da Inglaterra e seus aliados. Pedimos aos nossos irmãos estadunidenses, que representam 70% do país e que, segundo fontes da imprensa, apóiam a guerra, que revejam suas posições e procurem se irmanar com todos aqueles que, juntos, tentam construir o sonho da Paz e da Justiça. Também renegamos o terrorismo, e consideramos que a destruição das cidades iraquianas se assemelha em grau e forma aos terríveis e trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, com a destruição das Torres Gêmeas de Nova Iorque. Temos que aprender, entender, analisar e fortalecer as biodiversidades e as multiculturalidades. Somente através da democracia participativa, respeito aos valores culturais e biodiversidades construiremos relações saudáveis e justas para toda a humanidade.

Um dos espaços de luta por ambiente sadio, democraticamente justo e participativo se concretiza com a criação e fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Da mesma maneira como o Sistema Único de Saúde democratizou e está criando as condições para a universalização dos cuidados com a saúde, os Comitês se constituem no paradigma de fortalecimento da democracia participativa no tratamento dos Recursos Hídricos. Com uma diferença positiva para a questão da água, em relação à questão da saúde, poderemos obter recursos com a cobrança pelo seu múltiplo uso. Contudo, esses recursos não poderão substituir aqueles originários dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e outras fontes, que precisam ser destinados e desburocratizados, permitindo acesso para as áreas do saneamento básico. Numa sociedade civilizada não pode haver fome, também não pode haver sede, seja de água ou seja de justiça. Ministra, contamos com seu apoio para a abertura de fontes financiadoras acessíveis, para que possamos levar água encanada e tratada, afastamento de esgotos domésticos, para o tratamento dos esgotos domésticos de toda nossa população.

O processo de construção do Comitê Nacional das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí foi democrático e participativo; devemos isso à história de embates travados em nossas Bacias Hidrográficas, tendo em vista a escassez e os eminentes riscos de crise por baixa qualidade e pouca quantidade de água que temos, comparativamente com nossas necessidades; a qualidade técnica que temos em nossas Bacias, com centros de inteligência, pesquisa, docência e prestação de serviços à comunidade. Mas, temos que ressaltar a abertura ao diálogo, obtida com as presenças da Agência Nacional das Águas, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, do IGAM Mineiro, além das presenças deste Comitê Estadual, do Consórcio e dos representantes de Minas Gerais.

Precisamos ser ainda mais estimulados nesse processo. A presença de V. Excia. nesta Implantação de nosso Comitê é uma demonstração de seu apoio, contudo, precisamos que sejam assumidos alguns compromissos que consideramos inquestionáveis; não poderemos aceitar que os municípios fiquem sem a titularidade de nossos serviços de água e esgotos. Dessa conquista não estamos dispostos a abrir mãos. Os recursos captados com a cobrança pelo uso da água devem ser destinados às Bacias Hidrográficas onde serão cobrados. Não é esse recurso que deve ser utilizado para ajudar as regiões mais empobrecidas do País. Sabemos e queremos colaborar com o apoio à implantação de políticas nacionais da área, mas, as fontes de recursos têm que ser outras e não podem ser substituídas com a cobrança pelo uso da água. Esta cobrança só dará certo e será assimilada se a comunidade puder perceber, concretamente, nas suas regiões, a aplicação financeira e a melhoria na qualidade e na quantidade de água disponível.

Consideramos indispensável a criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, que seja flexível e capaz de identificar fontes de recursos, nacionais e internacionais e que agregue forças ao enorme esforço que devemos fazer pela priorização das políticas de saneamento básico do Brasil. O

Conselho Nacional de Recursos Hídricos deve ser democratizado. Os Comitês e todos os setores envolvidos devem estar representados, de acordo com a importância que ocupam no cenário nacional e internacional. Devemos estimular com créditos especiais os setores rurais e/ou urbanos que são importantes na produção e preservação das águas.

Nossa reivindicação para que V. Excia. seja uma nossa companheira para barrar os projetos destinados às nossas Bacias Hidrográficas e que não levam em conta os nossos interesses e nosso meio ambiente. Aqui, não aceitamos que tragam o lixo atmosférico, o lixo de resíduos e de efluentes que contaminem nosso ar, nossos solos, nossa águas superficiais e subterrâneas. Queremos que os órgãos do Ministério do Meio Ambiente sejam nossos parceiros e guardiões na preservação da vida a que temos direito.

Vossa Excia. pode estar convencida que esta Região e este Comitê, hoje instalado, independente de quem ocupe os cargos diretos, desejam contribuir com o desenvolvimento fundamentado nos princípios da sustentabilidade, da construção de uma sociedade sustentável. Para isso o Ministério do Meio Ambiente e o Presidente da República podem contar com o trabalho de todos os que aqui estão presentes e da capacidade de liderança, fomento de idéias criativas e ações que recheiam nossa região. É tradição de nossa região, que nossas ações políticas se concretizem e se fundamentem nas orientações técnicas, que são muito bem elaboradas por nossas Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos. Aqui, está expresso o compromisso do respeito ao trabalho de nossos especialistas nas diversas áreas. Eles sempre tiveram a grandeza e a sensibilidade para as manifestações sociais e populares, que continuamente se apresentam em nossos embates.

Assim, Senhora Ministra, agradecemos sua honrosa presença e reiteramos nossos compromissos em favor da vida, da justiça e da solidariedade nacional e internacional. Aceite nosso abraço carinhoso, na certeza de que temos uma lutadora que é uma companheira. Muito Obrigado!

5.7.2.2) COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E OUTORGA DO CANTAREIRA*

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Paulista e Nacional (CBH-PCJ), têm suas origens nas lutas de resistência da região, a partir de Piracicaba, tendo em vista as péssimas condições de quantidades e qualidades das nossas águas fluviais, afetando drasticamente os municípios e seus projetos de desenvolvimento nos setores da média e da baixa bacia. A combatividade de membros e entidades, dos níveis e esferas de governos, sociedade civil, entre eles os usuários participantes dos Comitês; a qualidade técnica oferecida na região e a capacidade de mobilização dos servidores públicos e agentes políticos são fatores importantes para a consolidação destes Parlamentos das Águas.

O envolvimento dos Comitês, sem rotulagem partidária, no estabelecimento de prioridades, a seriedade nos debates sobre projetos de desenvolvimento que poderão afetar desastrosamente nossa água, ar, solos e depredação biótica recebem o suporte das Câmaras Técnicas, que, quando necessário, contratam apoio especializado. Seus integrantes, especialistas nas diversas áreas, sempre tiveram a grandeza e a sensibilidade para acolher as manifestações sociais, populares, que continuamente se apresentam em nossos embates.

Há preparação e capacitação de agentes técnicos e governamentais, além dos representantes da sociedade civil, para o envolvimento em assuntos pertinentes aos recursos hídricos; há elaboração de relatórios especializados, constituindo-se em princípios das políticas dos CBHs-PCJ. Com a nova outorga para abastecimento de água da Grande São Paulo, a partir do Sistema Cantareira, envolvendo a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), ficou reforçada a consciência do direito de influir diretamente na gestão regional.

* Discurso proferido na Escola Superior do Ministério Público. São Paulo. Capital. Curso: Gestão de Recursos Hídricos - Aspectos Jurídicos.

Neste texto, apresentamos alguns detalhes de dois temas recentes e relevantes que demonstram o amadurecimento político da sociedade brasileira, refletida nas manifestações contundentes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, reafirmando que é possível uma outra globalização, com a construção de uma nova democracia. Os dois temas aqui abordados são:

- 1) Outorga no Sistema Cantareira para abastecer a Grande São Paulo;
- 2) Cobrança pelo Uso da Água.

Procuramos demonstrar, através deste enfoque, que estes brasileiros estão enfadados das formas tradicionais de governança e buscam novos espaços de participação, inclusive na gestão dos territórios e dos espaços onde vivem e querem, de fato, ser atores de sua construção. Esses indícios de um novo tempo, ainda que sofram descontinuidades, alimentam nossas esperanças no futuro da humanidade.

1) A OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Um dos assuntos que concretizou a mobilização da Região, em função da água e, especificamente, do Rio Piracicaba, foi a outorga do Ministério das Minas e Energia (MME) que, em 1974, através do Ministro Shigeaki Ueki, autorizou - outorgou - a retirada de água para abastecimento da Grande São Paulo, sem a necessária consideração para com os municípios localizados a jusante do Sistema Cantareira. Os CBHs-PCJ sabiam que precisariam dedicar muito esforço e tempo no momento da revisão e/ou renovação dessa outorga. Assim foi feito.

Criou-se um Grupo de Trabalho (GT-Cantareira) no âmbito dos Comitês, que contou com a participação de representantes do Governo da União, do Estado de São Paulo e do Estado de Minas Gerais. Diante da importância da missão deste Grupo de Trabalho (GT), coube ao Presidente dos CBHs-PCJ sua coordenação. Foram realizadas muitas reuniões, em setores diferentes da Bacia para a elaboração de documentos e do relatório final que sintetizou as posições defendidas pelos CBHs-PCJ.

É importante considerar-se que o acordo entre ANA e DAEE permitiu que o diálogo regional obtivesse diversos avanços. Tanto é assim que, se a outorga concedida não teve o conteúdo ideal, para a Bacia do Rio Piracicaba, contudo, se constituiu num extraordinário avanço, em relação ao que tinha sido conferido pelo MME, em 1974.

Alguns dos pontos principais da nova outorga, concedida através da Portaria DAEE: 1213 de 06 de agosto de 2004, são:

- anteriormente, a SABESP, que detinha a licença para captação da água, estava autorizada a retirar 33 m³ do Sistema, em qualquer circunstância. A partir de agosto de 2004, o Sistema será gerido com base nas Tabelas publicadas na Portaria 1213, liberando para jusante as quantidades de água estabelecidas pelos CBHs-PCJ que apresentam a demanda, mensalmente para a ANA e para o DAEE, obedecendo os critérios acordados. Nos momentos em que o Sistema estiver com seus reservatórios baixos, haverá um esforço conjunto. Haverá menor disponibilidade de água para jusante, mas, também a captação da SABESP estará limitada nas quantidades. O controle sobre estas quantidades é feito online e os dados são publicados nos sítios dos Comitês e da ANA, presentes na web⁷⁶. Neste aspecto a grande conquista da Região e do Sistema de Recursos Hídricos foi o estabelecimento de regras claras e com controle e participação dos Comitês. Ressalte-se que o Comitê do Alto Tietê também tem assento nos grupos de trabalho e participa das decisões.
- Pela primeira vez na história da gestão dos recursos hídricos, adota-se o critério de reservar água em um BANCO DE ÁGUAS, para uso futuro. Ou seja, quando os rios apresentarem água em quantidade para os usos necessários a jusante do Sistema, mesmo que as Regiões do Médio e Baixo Piracicaba tenham direito a receber maiores quantidades vindas do

⁷⁶ colocar os endereços eletrônicos

Sistema Cantareira, os CBHs-PCJ poderão determinar a liberação de menores quantidades e a diferença ficará armazenada nas represas do Cantareira, para uso nos períodos que forem considerados oportunos. Assim, as duas regiões, a Grande São Paulo e a Bacia do Piracicaba poderão armazenar volumes de água para uso nos períodos de estiagem. Merece referência o ponto também incluído na Portaria DAEE 1213, que estabelece um prazo de 30 meses para a SABESP apresentar um Plano para a redução de sua dependência em relação ao Sistema Cantareira, para abastecimento da Grande São Paulo.

- A SABESP levantará os perfis topo-batimétricos para se conhecer, com segurança, as disponibilidades de água existentes nos reservatórios. Atualmente essa reservação é obtida através de modelagem em estimativas, sem as precisas informações dos levantamentos de campo. A partir da elaboração dos mapas correspondentes aos levantamentos, haverá maior segurança para a gestão do Sistema Cantareira, que passou a ter suas vazões administradas de maneira compartilhada.
- A SABESP deverá instalar estações de monitoramento das quantidades de água, mas também de qualidade, sob orientação da CETESB e dos demais órgãos ambientais responsáveis, nos corpos de água do Sistema Cantareira. Reuniões para tratar da veiculação de informações via Internet estão se realizando na Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, garantindo a viabilização das exigências expressas na outorga.
- O reconhecimento de que o Sistema Cantareira também exerce um papel de controle das cheias ficou expresso na Portaria DAEE 1213, exigindo a preparação de Planos de Contingência para ações em circunstâncias nas quais ocorram emergências. Este reconhecimento também se configura em um avanço no diálogo sobre os papéis destinados ao Sistema. É notável que alguns municípios, ao terem reduzido os cursos fluviais pelo armazenamento das águas nas represas, ampliaram seus espaços de usos, invadindo até mesmo Áreas de Preservação Permanente. Adequada ou inadequadamente, muitas ruas e parcelamentos de solo se deram em áreas que estão sujeitas às inundações, dependendo das vazões admitidas para jusante das barragens. Desta maneira, as represas passaram a se constituir em um importante instrumento de controle das vazões, para evitar inundações em áreas de risco.
- A SABESP, em conjunto com os demais municípios da Bacia, deverá firmar um Termo de Compromissos que garanta o tratamento dos esgotos urbanos, controle das perdas físicas do abastecimento de água e ações que possibilitem a recarga do lençol freático. Tal acordo deverá se formalizar ainda neste ano de 2004, conforme explicitado na Outorga.
- A educação para uso das águas também foi incluída na Portaria DAEE 1213, ao considerar que a SABESP deverá manter programas permanentes de controle das perdas, uso racional da água, combate ao desperdício e incentivo ao reuso da água.

Há outros pontos que também foram considerados nos debates para a outorga concedida. Contudo, é indispensável que reconheçamos a SABESP como uma empresa privada, embora seu maior acionista seja o Estado de São Paulo. Suas ações estão disponibilizadas nas Bolsas de Valores e a administração da empresa deve satisfazer aos seus acionistas. O negócio da SABESP é obter lucro com água e esgoto. Portanto, o acompanhamento de suas atividades deve levar em conta sua própria natureza.

Por todos os motivos apresentados, reforçamos a importância deste processo de licença-outorga concedida à SABESP. Pela condução adequada no processo de preparação da outorga, pelo procedimento correto dos atores envolvidos, podemos confirmar que os resultados obtidos, se não foram os ideais, poderão servir de base para novas discussões às futuras outorgas que serão concedidas no Brasil. Principalmente, aquela que visa manter o abastecimento do Rio de Janeiro, através do Sistema Paraíba do Sul - Guandu. A mobilização da comunidade, fundamentada em

princípios da moralidade, da ética e da construção da democracia, garantirá e fortalecerá estes novos procedimentos na gestão dos recursos hídricos do Brasil.

Ressalte-se a importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas, não apenas como colaboradores no planejamento, mas, no acompanhamento da execução, fiscalização, verificando se os termos das outorgas estão sendo cumpridos, bem como na priorização da aplicação dos recursos financeiros.

2) A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

Em que pese o respeito que os CBHs-PCJ merecem pelas trajetórias qualificadas, ainda não conseguimos estabelecer um diálogo claro com o Governo do Estado e com a Assembléia Legislativa Paulista no que diz respeito à cobrança pelo múltiplo uso da água. A postura estreita, de caráter fisiológico e paternalista, conturba a visão dos setores que agem partidariamente, sem reconhecer a gravidade e a imensa crise que assola os recursos hídricos de nossas bacias hidrográficas. Os recursos financeiros da cobrança, que devem ser aplicados integralmente nas bacias onde forem captados, obedecendo ao Plano de Recursos Hídricos e às prioridades definidas nos Comitês, estão na pauta da Assembléia Legislativa, que posterga sua votação, nitidamente de acordo com os interesses não expressos do executivo paulista. Esta afirmação se baseia no fato de que o Governo Paulista, quando tem interesse em aprovação de Projetos, consegue despertar a boa vontade dos senhores parlamentares.

A titularidade municipal em relação aos serviços de água e esgoto também é um enfrentamento para o qual temos que ficar atentos, diuturnamente. Mesmo que o Presidente Luís Inácio LULA da Silva tenha declarado para os Prefeitos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em Goiânia, que não abre mão dessa titularidade para os municípios, há sempre os mais diversos interesses de plantão que aspiram modificar essa trajetória constitucional.

Os Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBHs-PCJ), têm se empenhado num diálogo contínuo com a comunidade regional, mostrando a importância de conseguirmos recursos para a implantação de programas que consigam viabilizar recursos financeiros para a recuperação de nossas águas. Nessa perspectiva, a região está fortemente mobilizada nas campanhas em favor das melhorias na qualidade e da quantidade de água, aceitando o controle das políticas de desenvolvimento, bem como se dispõe a colaborar financeiramente. Sabemos que devemos nos acautelar, limitando e controlando a implantação de empreendimentos empresariais que sejam usuários de água. A água é escassa e estamos construindo a cultura do não desperdício.

Esse trabalho faz com que os Comitês realizem reuniões em toda a Bacia, debatendo a forma de obtenção dos recursos, a exemplo da cobrança pelo uso da água. Ao mesmo tempo, nos empenhamos para que todos os temas tratados tenham boa fundamentação técnica e as decisões sejam embasadas em aprofundadas discussões técnicas e políticas. Critérios claros e decisões coletivas sempre permitiram que os CBHs-PCJ conquistassem respaldo e a credibilidade dos participantes. Em outras palavras, há apoio político das bases formadoras e participantes dos Comitês.

O nosso diálogo sempre se estabeleceu no entendimento de que a cobrança não deveria ter uma conotação de imposto e nem de taxa. Para nós, a cobrança pelo uso da água deve ter um caráter condominial. Assim sendo, as pessoas que vivem nas bacias hidrográficas e nelas captam água, contaminando-a depois, devem se responsabilizar financeiramente pela recuperação dessas águas. Os usuários devem pagar pela captação e pela recuperação das águas, rateando as despesas entre si. O valor da cobrança seria pactuado na região, entre os usuários que, através do Plano da Bacia, investiriam para que haja água nas condições estabelecidas em suas metas. Isso tudo não livraria os poluidores da necessidade de arcar com as devidas punições e multas, quando isso ocorrer acima

das normas estabelecidas. Os usuários pagariam, mas, sentiriam em suas águas, no cotidiano, o retorno dos recursos que despenderam ou que investiram.

Esta seria a forma de nos livrarmos do conceito que autoriza a poluição. Ou seja, os poluidores, acima dos níveis estabelecidos pelas normas são punidos; os que contaminam, mas demonstram esforço para a solução do problema que causam, pagam; aqueles que preservam e cuidam das águas terão uma participação simbólica. Esta política da cobrança reforça um conceito mundialmente conhecido e estimulado, ou seja, aquilo que pode ser feito no local, não deve ser feito pelo ente federado maior.

Parece-nos que não é esse o entendimento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com apoio sub-reptício do Governo do Estado, na tramitação da Lei que estabelece a Cobrança Pelo Uso da Água, captada nos rios de domínio do nosso Estado.

O sofisma adotado pelos que se pretendem 'bons moços' se fundamenta no princípio verdadeiro de que as regiões que possuem mais devem ajudar as regiões mais pobres. Esses 'bons e generosos moços' do Governo e da Assembléia, argumentam que parte do dinheiro da cobrança deve ficar no FEHIDRO para a "devida" destinação. Devemos explicitar nossa solidariedade com as regiões menos desenvolvidas economicamente do Estado. Aliás, essa solidariedade poderia ser praticada pelos 'bons moços' da Assembléia e pelo Executivo Paulista na preparação do Orçamento Anual e nos Planos Pluri-Anuais. Isto levaria o Estado a cumprir sua obrigação de investir nessas regiões, incentivando políticas de desenvolvimento tecnológico, apoio técnico e financeiro, com sustentabilidade. Há diversas formas e meios para que o Estado trabalhe em favor das políticas que incentivem o desenvolvimento dessas partes territoriais. Em especial, o saneamento básico, seja no abastecimento de água ou no afastamento e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, que exigem muitos recursos orçamentários por parte dos Governos do Estado e Federal.

Recursos orçamentários não podem ser confundidos com recursos obtidos da cobrança pelo uso da água. Ninguém deve imaginar que os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água serão suficientes para resolver os imensos problemas do saneamento básico que temos no Estado de São Paulo, nem para garantir o desejado princípio da distribuição da riqueza. Todos os documentos que têm sido divulgados pelos CBHs-PCJ demonstram que haverá necessidade de outras fontes de recursos estaduais, federais, municipais e da iniciativa privada, para as áreas da infra-estrutura paulista. Os dados de desenvolvimento das indústrias paulistas e brasileiras, com geração de emprego, no decorrer deste ano de 2004, demonstram claramente que os governos centrais (União e Estado) precisarão investir muitos reais em infra-estrutura. Caso contrário, estarão sacrificando as possibilidades de geração de mercadorias, emprego e renda para as nossas populações. Esta distribuição de riqueza e investimentos não se viabilizará com os recursos da Cobrança Pelo Uso da Água.

Ocorre que o pacto que estamos construindo nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí tem o caráter de rateio entre os usuários que captam e usam a água, nas proporções de suas necessidades, com controle dos órgãos de planejamento, fiscalização e, especialmente, da sociedade civil, como uma contribuição condominial. Podemos exemplificar esse assunto da seguinte maneira: todas as pessoas que moram em um determinado condomínio pagam seus impostos variados. Esses impostos e taxas, administrados pelo Município, Estado ou pela União, são aplicados para o bem de todos os habitantes, inclusive daqueles que moram em outras partes da cidade e do País. Contudo, as despesas específicas do Condomínio onde residem serão rateadas entre os condôminos e objetivam pagar as despesas feitas no âmbito daquele condomínio. O valor do rateio vai depender dos acordos feitos para melhoria ou manutenção das condições de habitabilidade e vida no condomínio, decidido pelos condôminos. É assim que os Comitês PCJ consideram o assunto cobrança pelo uso da água.

Outra forma de tratar o assunto transformará a cobrança pelo uso da água em mais uma taxa ou imposto, definitivo para a vida dos paulistas e brasileiros. E dessa forma o Sistema Paulista e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos sofrerão um processo autofágico, autodestrutivo, antes

mesmo de sua consolidação. Poderemos perder uma excelente oportunidade de construção da democracia.

5.7.2.3) FORJANDO UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL *

Trabalhar com a concepção de desenvolvimento sustentável se coloca como uma necessidade para todas as formas de organizações sócio-político-econômicas. É indispensável, para aqueles que desejam transformações nas interrelações das sociedades humanas com os demais elementos da natureza, a construção daquilo que Rodrigues⁷⁷ (1998) denomina *sociedade sustentável*. Também é uma questão de vida ou morte para as novas formas assumidas pelo capitalismo, alimentado nas concepções neoliberais globalizantes. Ou seja, na receita da qual ficam excluídos os setores sociais mais empobrecidos e miseráveis, torna-se imprescindível a consolidação de uma nova forma de desenvolvimento - o desenvolvimento sustentável. Isto quer dizer que o mundo, para ser sustentável, não pode ser de todos, mas, apenas de alguns, e, portanto, *se justifica* a exterminação de milhões de vidas.

Essa nova roupagem do *desenvolvimento*, ou seja, o desenvolvimento sustentável, serve, nestes tempos modernos, para o fortalecimento do planejamento ambiental como instrumento para as ações reguladoras, principalmente do Estado. Todas as vezes em que as concepções neoliberais forem incapazes para racionalizar, ou mesmo para mitigar os impactos no uso dos recursos e serviços ambientais, torna-se compreensível a ação reguladora do Estado. Essa tem sido a base para o *Capitalismo Ecológico*, no dizer de Leff⁷⁸ (1994), ou seja, a exigência do discurso da sustentabilidade, admitindo-se uma certa regulação e controle no mercado.

O reconhecimento de que é limitada e finita a utilização dos recursos da natureza exige a politização do espaço de produção. Afinal, torna-se premente a definição de uma política ambiental que estabeleça regras, pactuadas para a convivência social.

Na visão de De Cabo e colaboradores⁷⁹ (1997), algumas das maiores dificuldades para orientação e fiscalização da aplicação de políticas ambientais na América Latina mediadas pela concepção neoliberal do desenvolvimento sustentável podem ser descritas como:

- falta de planos de ordenamento ambiental, ecoplanos e de sistemas de gestão ambiental no nível das empresas e unidades produtivas;
- inadequação da legislação ambiental;
- inexistência de sistemas de vigilância e monitoramento que permitam determinar o estado de degradação ambiental a que estão sujeitos os diferentes territórios e unidades ambientais;
- falta de pessoal técnico e de recursos para realizar os trabalhos de auditoria, vigilância ambiental e todo o trabalho administrativo, de regulação e controle.

Por todos esses motivos, torna-se indispensável o desenvolvimento da consciência de cidadania dos indivíduos e das sociedades para exercício de seus direitos e deveres. Consideramos que este momento da história da humanidade se apresenta como uma excelente oportunidade para a busca de novos paradigmas, voltados para o desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de

* **Discurso proferido em** Debate sobre Comitê e Consórcio de Bacias Hidrográficas.

⁷⁷ Rodrigues, A. M. Produção e Consumo do e no Espaço: problemática ambiental urbana. São Paulo: HUCITEC, 1998.

⁷⁸ Leff, E. Ecologia y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Veintiuno Editores. México. DF, 1994.

⁷⁹ De Cabo, A. R. e colaboradores. Introdução Geral. In: Laudos periciais em depredações ambientais. Mauro, C. A. de. [org.]; trabalho apresentado ao laboratório de Planejamento Municipal. DPR. IGCE. UNESP. São Paulo, 1997.

poder local, de suas intercomunicações regionais, articulados com as necessárias transformações globais. Em todos os espaços onde se debatem temas ambientais, há diferentes interesses sendo considerados e posicionados como pano de fundo para os principais problemas abordados. Há, desta forma, diferentes concepções de desenvolvimento, de sociedade, bem como das perspectivas propostas para o futuro da humanidade. Portanto, apesar de participarem de uma mesma instância de poder, os grupos sociais possuem interesses diferentes e objetivos distintos.

Assim, entendemos que os Comitês e Consórcios de bacias hidrográficas constituem-se em importantes instrumentos de organização e controle, através dos quais, a sociedade por inteiro se articula e decide a respeito de seu presente e de seu porvir. Esse é o motivo que nos impulsiona a trabalhar para o fortalecimento dessas duas instâncias de poder, numa perspectiva que interesse aos setores sociais envolvidos. Algumas das justificativas desse nosso posicionamento, são:

- através desses organismos a sociedade compreende que a estrutura de poder abarca muitos outros espaços além daqueles ocupados somente pelo Estado em suas diferentes esferas;
- com essa compreensão, toda a sociedade organizada é convidada a participar da elaboração de planos e legislação que poderão estar voltados, de fato, para o interesse democrático da sociedade;
- estimula-se o desenvolvimento da cidadania, através de processos que educam e convocam a sociedade para exercer seu papel fiscalizador na execução dos planos nos quais participou como agente elaborador;
- ficam estabelecidas as condições para o desenvolvimento de pessoal comprometido com esses processos e, portanto, preparam-se profissionais capazes de implantar, acompanhar e fiscalizar os planos e projetos elaborados;
- são estabelecidas as melhores condições para aprofundamento da democracia, gestando-se novos indivíduos e novas formas de organização da sociedade.

A presença da sociedade organizada nos Comitês e Consórcios é ainda mais importante nestes momentos em que nos preparamos para implantar as Agências de Bacias, bem como a cobrança pelo uso da água. É plenamente justificável, em uma sociedade capitalista, que se cobre pelo uso da água. Principalmente quando ela se insere como matéria prima na cadeia produtiva. Ora, um bem que é social, originário da natureza, não pode ser apropriado pelo interesse privado, gerador de lucro, sem que o restante da sociedade obtenha parte desses benefícios. Assim, cobrar pelo uso da água é uma forma de se fazer a socialização dos lucros, e não apenas dos prejuízos.

A cobrança pelo uso da água é muito mais justa do que a cobrança pelo direito de poluir. Não é correto o entendimento de que o pagamento pelo uso da água permitirá que continuem a existir sistemas produtivos poluidores e/ou degradadores do meio ambiente. Devemos saber que todas as atividades desenvolvidas pelas sociedades humanas exercem impactos sobre a natureza. Para sobreviver, o homem, individualmente ou em sociedade, promove a depredação de outros componentes da natureza. Contudo, algumas das atividades são depredadoras em um nível que dificulta e/ou impede a reabilitação do ambiente impactado. O Código Ambiental Brasileiro (CAB) delimita quando é criminoso o procedimento que promove a erosão, o desmatamento, a poluição da água, do ar e do solo. Além de estar controlado pelo CAB, ou seja, limitado na promoção da degradação, o sistema produtivo e todos os demais usuários deverão pagar um preço pelo uso da água. Estes recursos permitirão a recuperação de várias áreas que foram submetidas a degradação, inclusive e principalmente os rios que recebem *in natura* os esgotos produzidos em nossas cidades. Neste aspecto, os setores sociais que habitam as margens dos rios e que estão submetidos à insalubridade dos transbordamentos fluviais com esgotos serão diretamente beneficiados. E estes setores sociais, normalmente, são os mais empobrecidos.

Evidentemente, o outro passo para que se garanta a socialização do lucro demanda que a sociedade tenha o controle sobre a maneira como serão administrados esses recursos. Ou seja, os

benefícios produzidos pela cobrança pelo uso da água devem alcançar a sociedade, havendo um controle capaz de garantir a transparência no uso do dinheiro e nas decisões.

Outro ponto que precisa ser pactuado refere-se à criação de instrumentos legais capazes de garantir que os recursos arrecadados em uma Bacia Hidrográfica sejam aplicados na própria bacia onde foram apurados. Para isso precisamos, construir uma estrutura democrática, responsável pela administração desses recursos, definindo prioridades para sua aplicação. Assim, temos a perspectiva de desenvolver, ainda que nesse âmbito limitado, uma forma participativa de democracia. Trata-se de uma ampliação significativa da participação das entidades organizadas na sociedade que poderá ter como meta a democracia participativa.

Nas interessantes explicações de Santos⁸⁰ (1997), o novo paradigma mundial que está sendo gestado na sociedade é radicalmente democrático. Esse novo paradigma deverá instaurar a democracia a partir das diferentes raízes do autoritarismo e sob suas múltiplas formas de manifestação. É esse mesmo autor que destaca a importância da abertura e fortalecimento dos espaços em que há possibilidades de se conquistar a democracia participativa. Mesmo reconhecida a importância da democracia representativa, contudo, a possibilidade de crescer a participação social através dos novos movimentos sociais (NMSs), aponta para o crescimento das formas de democracia participativa. E isto é muito motivador para aqueles que ensejam contribuir com a construção desse novo paradigma.

5.7.2.4) RECURSOS HÍDRICOS: * Assoreamento de rios e lagos

Em 1991, defendi minha Tese de Doutorado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Olga Cruz, oportunidade em que procurei fazer uma revisão bibliográfica sobre alguns processos erosivos em vertentes, aprofundando-me, particularmente, nos conhecimentos sobre vossorocas. Constatei, nas pesquisas de campo e experimentos, que diferentes vertentes evoluem em ritmos e condições diferentes, dependendo das práticas de uso e ocupação dos territórios, bem como de sua situação original. Os processos erosivos estão continuamente atuantes, e, por isso mesmo, produzindo sedimentos para serem transportados e acumulados nas partes médias e baixas das vertentes, nos fundos dos vales fluviais, lagos e mares. Essas óbvias conclusões, podem ser aprofundadas, com dados mais refinados e específicos, esforços que são valorizados por nossos trabalhos e pesquisas. Há algumas situações em que os dados que nos empenhamos em obter produzem resultados efetivos e são utilizados. Mas, em geral, não tem havido um retorno compatível com os custos pagos pela sociedade para nossa geração e reelaboração do saber.

O embate que se trava nas relações sociais não é o do saber contra o não saber: as vertentes estão submetidas a movimentos de solos, mas, continuamos a ocupá-las indevidamente; sabemos que os arruamentos das cidades, quando dirigidos para as vossorocas, aceleram os processos erosivos e podem produzir catástrofes, ainda assim repetimos essas práticas; sabemos que as práticas de preservação dos solos precisam ser adotadas nas atividades agrícolas, mesmo assim, as ignoramos. Como se confirma, a questão não é de saber ou de não saber. Por isso, os rios e lagos continuam sendo assoreados em ritmos que poderiam ser muito mais lentos e menos destrutivos. Poderíamos aproveitar melhor os solos para produção de alimentos e economizar, em muito, o dinheiro gasto com desassoreamentos. Em todas as áreas da vida humana, o que vemos na

⁸⁰ Boaventura de Souza Santos. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

* Discurso proferido no 5º Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos - 25 A 29 de novembro de 2002 – São Paulo; Promoção: ABRH - EPUSP - FCTH e IPT

atualidade é um imenso desperdício das experiências e dos conhecimentos. Nos últimos séculos, a humanidade tem feito quase tudo com inspiração numa ética competitiva que fundamentou crescentemente o individualismo. As características referidas suportam, intrinsecamente, o modelo vigente de globalização.

Os enfrentamentos travados pela humanidade para controlar os componentes da natureza têm trazido severas, duras e negativas conseqüências para o desenvolvimento das sociedades, especialmente para as biodiversidades. São importantes os exemplos de barragens assoreadas com significativa redução de suas vidas úteis, e isto não é privilégio brasileiro. Em diversas partes do globo, vemos procedimentos rurais sem controle de erosão e com o uso inadequado de insumos contaminadores. Assim, combinadamente, temos assoreamento e perda de qualidade dos corpos d'água. Do mesmo modo, acontecem as ações em áreas urbanizadas, onde dejetos residuais e efluentes acumulam-se em fundos de rios e lagos deteriorando a qualidade de nossas águas. Temos intervenções em pontos específicos, que não levam em conta o conjunto do problema, e que se constituem em providências de pouca ou média duração no tempo. Um exemplo de custo muito elevado e que a ação aparentemente está muito restrita é o desassoreamento do rio Tietê na Grande São Paulo. Caso as fontes produtoras de sedimentos e resíduos não sejam controladas adequadamente, os procedimentos poderão ser comprometidos, seria conveniente um Planejamento integrado de toda a bacia do Alto Tietê com severas providências. Os 'equivocos' no trato das relações das sociedades com os demais componentes da natureza têm servido aos interesses de uma globalização que concentra riquezas e poder.

Com o desenvolvimento tecnológico e as práticas mecanizadas das atividades rurais, os ritmos da produção foram muito acelerados, ampliando os conflitos com os ritmos na evolução e nos processos dos demais componentes da natureza. A temporalidade dos modelos de produção vigentes está centrada no curto e médio prazos, sem permitir integração e coerência nos processos produtivos que, muitas vezes, exigem planejamento de longo prazo. Mais que isso, as práticas despreparadas e as ações imediatistas e gananciosas derrubaram descontroladamente as coberturas vegetais autóctones, removeram os 'top soils' e revolveram os solos. Tais procedimentos estão fundamentados na idéia de privilegiar o crescimento econômico e não o verdadeiro desenvolvimento, gerando a máxima eficiência em retirar riquezas do planeta. Trata-se de um conflito que contraria os interesses sociais de produzir para a satisfação contínua das necessidades da população, o que poderia promover a melhoria na qualidade da vida humana e de suas relações com todos os componentes da natureza.

Ocorre que os conhecimentos emancipatórios, libertadores, enfrentam-se com dois inimigos muito poderosos: os monopólios das interpretações e também a renúncia à interpretação. O conhecimento, que é um bem da humanidade, para ser emancipatório deve contar com um nível de eliminação do colonialismo, e, concomitantemente, aprofundar as visões e práticas da solidariedade. Para cumprir as finalidades impostas pelo sistema produtivo, pratica-se a mimese na aplicação de tecnologias; essas, isentas de críticas e interpretações, fazendo com que as ações na terra sejam semelhantes em muitos lugares, sem o reconhecimento e respeito às diferenças locais e regionais. Essa forma de agir é aparentemente contraditória, tendo em vista que as tecnologias empregadas para as ações nos componentes da natureza deveriam considerar os fatores geológicos, geo-culturais e sociais. O sistema vigente, está mesmo concebido para atender as demandas setoriais, promovendo o desenvolvimento para algumas parcelas da sociedade, aquelas que possuem o controle e o monopólio da interpretação das realidades. Assim é que sua forma de organização produtiva é essencialmente mercantilista, e, ao mesmo tempo em que serve aos interesses econômicos, busca anular os conflitos, homogeneizando as práticas como se todos os interesses fossem iguais. Veja-se, por exemplo, as experiências de levar pastagens para substituir a Floresta Amazônica, ou as práticas monoculturais como a da cana-de-açúcar e dos grãos de soja, insistindo-se na imposição de transgênicos.

O modelo de globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas: as culturas, expressas por suas vestimentas, religiosidades, idiomas, alimentos,

música, comércio, enfim, os estilos de vida; até mesmo os valores que se diferenciam no tempo e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses empresariais globalizantes. Isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e muito mais rica quando expressa por meio de diversidades biológicas, sociais, econômicas e culturais.

As ações humanas e sociais na superfície da terra não podem continuar acontecendo como nos referimos, servindo aos interesses de uma globalização excludente. Nos temas ambientais, há necessidade da construção de uma experiência de planejamento ambiental, fundamentada nos princípios da participação técnica, política e de todos os componentes sociais. As comunidades locais devem ter o poder político e econômico para decidir sobre tudo o que as afeta e ao seu território. Alguns princípios devem sustentar esse processo de planejamento, que precisa ser concebido em uma visão da integralidade, buscando ações múltiplas, levando em conta as incertezas, reconhecendo a existência de conflitos nos processos de desenvolvimento integral, trabalhando com alternativas democráticas para superação das dificuldades.

Pensar em desenvolvimento, implica em promover o bem estar das pessoas, das coletividades, utilizando-se dos recursos e dos bens naturais, de forma a respeitar as necessidades das futuras gerações, preservando as diversidades do Planeta para sustentar os ecossistemas e a vida sobre a Terra. Entre esses bens naturais estão a água, o ar, os solos, a flora e a fauna, dos quais temos dependência para a manutenção da vida sobre a terra. Os problemas com a escassez de água, com a contaminação do ar, a falta de conservação dos solos, bem como outras agressões contra a natureza, não serão resolvidos com medidas setoriais, eventuais e nem com a produção de dados e estudos específicos. Claro que as pesquisas de base e aplicadas, bem como a coleta de dados, devem desenvolver-se continuamente, contudo, a solução para esses problemas passa obrigatoriamente por decisão política e mudanças metodológicas.

Para que nossos estudos e nossos esforços tenham conseqüências, resultem em ações que nos satisfaçam como pesquisadores e técnicos comprometidos com a política de bem estar para nossa população e para o bom relacionamento da humanidade com os demais componentes da natureza, precisamos de algumas providências que viabilizem um Projeto Político de ordenamento territorial capaz de considerar, pelo menos:

- O Brasil deve decidir por elaborar de forma expedita um ordenamento geo-ecológico e ambiental para seu tempo e espaço, levando em conta os interesses das futuras gerações. Para isso, deve definir quais são suas metas a serem alcançadas e em quanto tempo; quais são os fundamentos que devem sustentar o estilo de desenvolvimento pretendido. As universidades, os institutos de pesquisa, os técnicos da União, dos Estados e dos Municípios não podem ficar esperando as iniciativas governamentais. Como agentes políticos que somos, indistintamente, devemos provocar e induzir as autoridades das diversas esferas e níveis de governo para que assumam essa responsabilidade que lhes é afeta. Contudo, temos diversos exemplos de iniciativas populares e de pesquisadores que colaboram com o planejamento e a gestão, por exemplo da água, produzindo desdobramentos significativos. Ressaltamos, também, as experiências vividas por povos das florestas que buscam e têm encontrado alternativas para viver da biodiversidade, sem destruí-la;
- Os projetos, planos e programas de desenvolvimento precisam contemplar: planejamento e gestão ambiental, incluindo a organização espacial, a infra-estrutura geo-ecológica, sua estrutura organizacional, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os programas de vigilância e monitoramento dos recursos para suas implantações;
- Os processos de planejamento e gestão implicam no desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de avaliação. Não há como continuarmos a assistir o início de trabalhos que, em seguida, são interrompidos, gerando um imenso desperdício de recursos financeiros, tempo e trabalho. Os efeitos e conseqüências ambientais obtidos através dos trabalhos desenvolvidos devem sempre corresponder com o que pretendem os planos de ordenamento e de gestão;

- A auditoria ambiental é outro procedimento que precisa ser planejado e executado, pretendendo a correção ou mesmo a tomada de medidas legais e institucionais que sejam pertinentes;
- Não há como pensar o Planejamento e a Gestão na atualidade brasileira sem que se incorpore a dimensão da participação social, única forma de validar o processo e garantir o controle da coisa pública, o desenvolvimento e fortalecimento da cidadania. Democratizar estes procedimentos poderá garantir a superação do clientelismo e do fisiologismo burocrático a serviço do máximo lucro, que, geralmente, interessa para muitas corporações;
- Todo esse plano de trabalho somente poderá acontecer com destinação de recursos financeiros e lideranças capazes de motivar e facilitar seu desenvolvimento. Atualmente, há destinação de recursos para aplicação na área ambiental quando da execução de grandes obras que poderão produzir impactos ambientais, a exemplo de rodovias e usinas hidrelétricas. Esta poderá ser uma fonte financeira, bem como as multas por danos e desastres ambientais produzidos por práticas indevidas.

Experiências construídas com os Comitês de Bacias Hidrográficas e Consórcios Intermunicipais são demonstradoras de que poderemos obter bons resultados com políticas sérias e participativas. Neste momento, estamos trabalhando para criar o Comitê Federal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá, englobando participantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A preocupação para que o processo se dê democraticamente tem levado a muitos debates e seminários, um dos quais se realizará no próximo dia 25 de novembro de 2002, em Indaiatuba. É notável que as experiências acumuladas com o comitê paulista (CBH-PCJ) nas bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá tem servido bastante para aprimorar a construção deste novo processo. Neste mês de novembro, por exemplo, o CBH-PCJ tem realizado encontros, cursos com participação dos representantes de municipalidades, técnicos e membros da sociedade civil, com crescimento e qualificação do pessoal em diversas áreas do conhecimento, ampliando as visões e estimulando o trabalho integrado. Este é, de fato e concretamente, um forte empenho no desenvolvimento de cidadania e construção da democracia. Devemos ressaltar que o sucesso destas experiências, mesmo que permeadas por diversos problemas a serem resolvidos, deve-se à forte participação pessoal dos integrantes dos Comitês. Há presença do Estado, da União e de Municípios, contudo, é notável que, dependendo das lideranças políticas em cada uma dessas esferas de governo, a continuidade do trabalho acontece apenas quando seu pessoal está efetivamente comprometido com o processo.

Veja-se a falta de compromisso e de compreensão da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, quanto à votação do Projeto de Lei que estabelece a Cobrança pelo Múltiplo Uso das Águas: a tentativa de fazer politicagem, tentando isentar este ou aquele setor social, é uma demonstração de que muitas autoridades ainda não compreenderam que o Brasil está mudando para melhor. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são o local por excelência onde devem se dar os debates que estabelecerão os preços da cobrança pelo uso da água, pela possibilidade da abordagem local, obedecidas as características das regiões e dos setores produtivos.

Os debates sobre assoreamentos de nossos corpos d'água devem considerar, obrigatoriamente, a visão de integração e, portanto, ambiental. Dados e estudos específicos devem ser desenvolvidos, contudo, sem prescindir de integração em suas análises e interpretações.

6.0) BIBLIOGRAFIA

AMIN, Samir (2003)

ARANA, Mariano. Discurso proferido na Abertura da Reunião da Cúpula da Rede Mercocidades. Montevideu. Setembro de 2003.

BAUMAN, Z. - O Mal Estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BERNARDES, R. & NANNÉ, K. O Brasil Organizado Funciona. In: Revista Veja, ano 27, nº 6, pp.70-77. São Paulo, 1994.

BOFF, L. **Ecologia. Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. **A Águia e a Galinha. Uma Metáfora da Condição Humana**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

BONDER, Nilton (2004)

CARLOS, Ana Fani Alessandri - In **O Espaço do Público** - Unidade Temática: Desenvolvimento Urbano. Seminário realizado em Rio Claro - julho de 2001- Rede Mercocidades. Editado pelo Município de Malvinas Argentinas, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. [org.] **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – HUCITEC; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CARVALHO, P.F.; DE MAURO, C.A. & RIANI COSTA, J.L. A Questão Ambiental Demandando Uma Nova Ordem Mundial. I: **Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.

CASTRO, Josué - Geografia da Fome citado na pg. 37

CASTRO RUZ, Fidel. Mensaje ante la Cumbre de Rio, 1992;

_____. Discurso pronunciado ante la Conferencia Global de Pequeños Estados Insulares. **Granma**, ano 30, nº 90, pp.1. La Habana.

CHANTADA, A. Los Canjes de Deuda por Naturaleza. El Caso Dominicano. **Nueva Sociedad**, nº122, pp.164-175. Caracas, 1992.

DAVIDOVICH, F.A **Propósito da ECO-Urb's 92: A Temática Urbana na Questão Ambiental. Geografia e Questão Ambiental**. IBGE. pp. 13-23. Rio de Janeiro, 1993.

DE CABO, A R. e colaboradores. Introdução Geral. In: **Laudos Periciais em Depredações Ambientais**. MAURO, C. A de. [org.]; trabalho apresentado ao Laboratório de Planejamento Municipal. DPR. IGCE. UNESP. São Paulo, 1997.

DE MAURO, Cláudio A. [org.] **Laudos Periciais em Depredações Ambientais**. Laboratório de Planejamento Municipal trabalho apresentado ao Laboratório de Planejamento Municipal. DPR. IGCE. UNESP. São Paulo, 1997.

DE MAURO, C.A.de; CARVALHO, P.F. de & RIANI COSTA, J.L. A Questão Ambiental Demandando Novas Formações Espaço-Sociais. Laboratório de Planejamento Municipal/DPR/IGCE . UNESP. Publicação Interna: Coletânea 001, pp. 1-4. Rio Claro, 1992.

DIAS, Romualdo. A Democracia Participativa em Rio Claro, Brasil. In: **Coletânea Rio Claro a Cidade Azul no limiar do novo milênio**. DE MAURO, Cláudio A. [org.]; Rio Claro: Arquivo Público do Município, 2003.

_____. **Avaliação de Quatro Anos de Governo, 1997-2000**. Apostilado. Rio Claro/SP: Prefeitura Municipal de Rio Claro.

DÖWBOR, Ladislau. Da Globalização ao Poder Local - a nova hierarquia dos espaços. **Perspectiva - Revista da Fundação Seade**, vol. 9/nº3, pp. 3;10.1995. São Paulo.

- EZCURRA, E. El Ambiente en los Tiempos de Cólera. Ecología y Desarrollo en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 122, pp.128-137. Caracas, 1992.
- FELDMANN, Fábio. A Parte que nos Cabe: Consumo Sustentável?n: **Meio Ambiente no Século 21**. Coordenação de André Trigueiro. Rio de Janeiro. Sextaparte, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Pg 4**
- FROMM, Erich.** (1964) - Análise do Homem. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar. Ed. Rio Janeiro
- GALEANO, Eduardo. A Lição Argentina: os invisíveis tomaram conta da cena. **Revista Caros Amigos**. Ano V, nº 58, janeiro. São Paulo, 2000.
- GIL, Gilberto. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília. MinC, 2003.
- GODINHO, Tatau. O Papel Estratégico dos Organismos de Governo de Políticas de Gênero – **Seminário Regional: Ciudades Planificando la Igualdad. Unidad Temática Género y Municipio, Red Mercociudades**. Uruguay/Montevideo, 2001.
- GUATTARI, Felix. **CAOSMOSE: Um Novo Paradigma Estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GUERRA, Isabel. O Território como espaço de ação coletiva: paradoxos e possibilidades do "jogo estratégico de atores" no planejamento territorial em Portugal. In: **Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa**. Boaventura de Sousa Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUDYNAS, E. Los Múltiples Verdes del Ambientalismo Latinoamericano. **Nueva Sociedad**, nº 122, pp.104-116. Caracas, 1992.
- GUIMARÃES, R. El Discreto Encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación Impressionista de Rio-92. **Nueva Sociedad**, nº122, pp.68-103. Caracas, 1992.
- HAPPÉ, R. **Consciência é a Resposta**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Talento,1995.
- HUMBERG, M.E. **Cuidando do Planeta Terra: uma Estratégia para o Futuro da Vida**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, Publicação Conjunta de UICN,PNUMA,WWF; 1991.
- IBAÑEZ, M.R.**
- LEFF, E. **Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Veintiuno Editores. México. DF, 1994.
- LÉVY, Pierre. **A Conexão Planetária: o Mercado, o Cibernético, a Consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MACHADO, José. Discurso proferido na Reunião de Encerramento da Cúpula da Rede Mercociudades. Montevideo. Setembro de 2003.
- MATEO RODRIGUEZ,J.; DE CABO,A.; MAURO,C.A.de & CARVALHO,P.F.de. Desenvolvimento Sustentável: Paradigma Utópico ou Realizável ? In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. No Prelo. Porto Alegre.
- MEZA Aguillar,L. Educación Ambiental? Para qué? **Nueva Sociedad**, no.122. Caracas, 1992.
- NIETZCHE. Obras Incompletas. Seleção de Gerard Lebrun. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ORTIZ, Renato. Globalização, ideologia e política. In: **O Estado de São Paulo**, ed. 14/02/1997, página A2. São Paulo.
- PÁDUA, J. A. Espaço Público, interesses privados y política ambiental. **Nueva Sociedad**, nº122, pp.156-163. Caracas, 1992.
- PREISWERK, Matthias. **Educação Popular e Teologia da Libertação**. São Paulo: Vozes, 1997.

RODRIGUES, A.M. **Prefeitura Municipal de Rio Claro: Diagnóstico e Propostas**. Apostilado. Rio Claro/SP: Prefeitura Municipal, 1998.

RODRIGUES, A M. **Produção e Consumo do e no Espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI. “Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável”**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SADER, E. - Para Outras Democracias - In **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Boaventura de Sousa Santos, [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

_____ **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. [org.] **Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton A. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel Editora, 1978.

_____ **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

SHEAKESPEARE, W. Soneto 102, citado em “Roteiro da Ordem”

SILVEIRA, M.A. citando Bourdieu; Pg. 8

SOUZA, Maria A. de. Razão Global/ Razão Local/ Razão Clandestina/ Razão Migrante. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, no. 20; RS. Porto Alegre.

SUERTEGARAY, Dirce Ma.; BASSO, Luiz A.; VERDUM, Roberto. [orgs] **Ambiente e lugar no Urbano: A Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

TOLEDO, V. Utopia y Naturaleza - El Nuevo Movimiento Ecológico de los Campesinos Indígenas de América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 122, pp.86-103. Caracas, 1992.

Viola, E. El Ambientalismo Brasileño. De la Denuncia y Concientización a la Institucionalización y el Desarrollo Sustentable. **Nueva Sociedad**, nº 122, pp.138-155. Caracas, 1992.

WEBER, M. - **A Política Como Vocação**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 2003.